Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Luana Fátima Parada Martins

(Re)Pensar a Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

junho de 2026

(Re)Pensar a Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães
Luana Fátima Parada Martins
UMinho | 2026



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Luana Fátima Parada Martins

(Re)Pensar a Casa de Acolhimento Infantil:
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Arquitetura
Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Luísa Rodrigues

junho de 2026

Direitos de autor e de condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositórioUM da Universidade do Minho.

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Declaração de uso de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Agradecimentos

Quero expressar a minha profunda gratidão à minha família, pelo amor incondicional, apoio constante e por acreditarem em mim em todos os momentos desta caminhada. Sem vocês, este percurso não teria sido possível.

Aos meus amigos da universidade, obrigada por todos os momentos partilhados, pela entreajuda, pelas conversas, pelas noites de estudo e por tornarem esta jornada académica mais leve e especial. Levo comigo memórias e amizades que certamente ficarão para a vida.

À minha cachorrinha Lua, companheira fiel nos dias mais difíceis e presença constante nos momentos de descanso e conforto. O teu carinho tornou esta etapa muito mais feliz.

Ao meu namorado, obrigada pela paciência, incentivo, compreensão e apoio inabalável ao longo de todo este processo. Obrigada por estares ao meu lado, mesmo nos momentos mais desafiantes, e por celebrares comigo cada pequena conquista.

Um agradecimento especial à minha professora Ana Luísa, pela orientação, dedicação, disponibilidade e pelos conhecimentos partilhados ao longo deste percurso. A sua ajuda e incentivo foram fundamentais para a concretização desta tese.

A todos, o meu mais sincero obrigada.

“A criança não é um homem em miniatura; a arquitetura para crianças não pode ser uma arquitetura em miniatura.”

Ideia desenvolvida por Aldo van Eyck.

In “The Child, the City and the Artist”, 1962

(Re)Pensar na Casa de Acolhimento: Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

Resumo

O presente trabalho propõe a reflexão e o desenvolvimento de um projeto de arquitetura para um centro de acolhimento infantil, com o objetivo de aproximar o modelo institucional da noção de lar. Em Portugal, onde o acolhimento residencial constitui a realidade de muitas crianças, a maioria dos espaços existentes revela limitações face às suas necessidades emocionais e sociais. Neste contexto, a investigação questiona as dinâmicas herdadas dos antigos orfanatos, explorando de que forma o espaço pode deixar de ser uma estrutura rígida para se afirmar como um lugar de refúgio e construção de identidade.

Nesse sentido, o Parque da Cidade de Guimarães surge como suporte para esta reflexão, onde a presença da ruína, associada ao quotidiano do parque, revela o potencial para um projeto que estabelece uma relação com a memória e o espaço. Esta intenção projetual é fundamentada pelo estudo do desenvolvimento infantil e pela observação direta de uma casa de acolhimento, permitindo identificar limitações dos modelos atuais e estabelecer critérios para uma abordagem mais sensível às necessidades dos seus utilizadores.

O projeto materializa-se numa casa de acolhimento integrada na ruína, utilizando a preexistência como uma primeira camada de proteção. Através da inserção de novos volumes, neste abrigo de pedra, o espaço desenvolve-se de forma progressiva, transitando do domínio público para a escala doméstica e íntima da criança, reforçando a sensação de segurança e acolhimento. Assim, a casa afirma-se como um suporte ao desenvolvimento emocional, onde o espaço contribui para a construção de novas referências, aproximando-se de uma verdadeira condição de habitar e garantindo, a cada criança, o direito de se sentir em casa.

Palavras-chave

Acolhimento - Crianças - Estímulos - Lar - Reintegração

(Re)Thinking the Residential Care Home: Project in the City Park of Guimarães

Abstract

This work proposes a reflection and the development of an architectural project for a child care facility, with the aim of bringing institutional models closer to the notion of home. In Portugal, where residential care remains the reality for many children, most existing spaces reveal limitations in responding to their emotional and social needs. In this context, the research questions the spatial dynamics inherited from former orphanages, exploring how space can move beyond rigid structures to become a place of refuge and identity formation.

In this sense, the Parque da Cidade in Guimarães emerges as the setting for this reflection, where the presence of the ruin, combined with the everyday life of the park, reveals the potential for a project that establishes a relationship with memory and space. This design intention is supported by the study of child development and the direct observation of a care home, allowing the identification of current limitations and the definition of criteria for a more sensitive and responsive approach to users' needs.

The project takes shape as a residential care home integrated within the ruin, using the pre-existing structure as a first layer of protection. Through the insertion of new volumes within this stone shelter, the space unfolds progressively, transitioning from the public domain to the child's domestic and intimate scale, reinforcing the sense of safety and comfort. In this way, the house establishes itself as a support for emotional development, where space contributes to the creation of new references, approaching a true condition of dwelling and ensuring each child the right to feel at home.

Key Words

Care - Children - Stimuli - Home - Reintegration

Índice

Introdução ..... 16 | 19

1. A Casa de acolhimento infantil

1.1 Perspetiva Global ..... 22 | 29

1.2 Realidade Portuguesa ..... 30 | 32

2. A Criança sem lar

2.1 Idades e Fases de desenvolvimento ..... 36 | 43

2.2 A Escala da Criança ..... 44 | 45

3. A Proposta

3.1 Um Lugar ..... 52 | 63

3.2 Um Projeto ..... 64 | 91

Considerações Finais ..... 92 | 95

Referências Bibliográficas ..... 96 | 99

Índice de Figuras ..... 100 | 105

Entrevista ..... 106 | 111

Introdução

"O arquiteto pode contribuir para criar um ambiente que ofereça mais oportunidades para que as pessoas deixem as suas marcas e se identifiquem com o espaço, de modo que este possa ser apropriado por todos como um lugar que verdadeiramente lhes pertence" [1]

Herman Hertzberger,

'Lessons for Students in Architecture', 1991, p.47 (Tradução pela autora)

• Enquadramento

Uma criança chega com uma mochila pequena a um mundo demasiado grande para os seus ombros. Não traz móveis, nem fotografias, nem a continuidade das rotinas familiares. Traz apenas objetos essenciais, algumas memórias fragmentadas e uma incerteza difícil de nomear. Ao atravessar a porta de uma casa de acolhimento, não entra apenas num edifício, entra num espaço que irá moldar o seu quotidiano, os seus gestos, a sua privacidade e, inevitavelmente, a forma como aprende novamente a habitar.

O acolhimento residencial impõe uma rutura precoce com o ambiente familiar, alterando profundamente a perspetiva afetiva e social da criança e a sua relação com o espaço. A mudança de casa implica a perda de referências, de escalas conhecidas, de cheiros, de sons e de lugares íntimos, fazendo com que o novo espaço deixe de ser apenas um abrigo físico para assumir a responsabilidade de se tornar um suporte de pertença.

[1] "The architect can contribute to creating na environment which offers far more opportunities for people to make their personal markings and identifications, in such a way thet it can be appropriated and annexed by all as a place that truly ´belongs´to them"

• Objetivos

É precisamente nesta transição que esta investigação procura respostas, explorando como a arquitetura pode ajudar a reconstruir a identidade das crianças e jovens. Se a rutura é espacial, então a reconstrução também deverá ser. O objetivo que aqui se procura não é apenas conceber um equipamento funcional, mas desenhar uma arquitetura que ofereça condições para que cada criança possa, progressivamente, reconhecer-se nele, deixando marcas e criando rotinas para começarem a sentir que pertencem ao novo espaço.

É importante reconhecer que a arquitetura não resolve, por si só, a complexidade do acolhimento, uma vez que o cuidado e os afetos dependem de múltiplos fatores. No entanto, ela afirma-se como um meio fundamental, não como solução isolada, mas como condição necessária que, quando pensada com sensibilidade cria o cenário onde a reconstrução emocional e o desenvolvimento saudável podem finalmente acontecer.

Historicamente, o acolhimento infantil esteve associado ao modelo do orfanato, caracterizado por grandes estruturas institucionais e espaços indiferenciados que pouco respondiam às necessidades emocionais das crianças, reforçando sentimentos de anonimato e distância afetiva. Embora nas últimas décadas muitos países europeus tenham privilegiado o acolhimento familiar[2] como solução mais estável, por proporcionar um ambiente mais próximo da experiência de vida em família, em Portugal a maioria das crianças e jovens continua em acolhimento residencial[3].

Esta realidade coloca maiores exigências à qualidade desses espaços, atribuindo à arquitetura um papel importante na redução da distância entre instituição e casa, permitindo que um espaço coletivo possa, ainda assim, afirmar-se como um lugar de reconhecimento pessoal. O problema reside, muitas vezes, na persistência de modelos espaciais rígidos que não acompanham a evolução das práticas de cuidado, falhando na criação de ambientes que promovam a apropriação individual.

[2] Acolhimento familiar é a integração da criança em contexto familiar alternativo, promovendo relações estáveis e desenvolvimento emocional adequado (UNICEF, 2011).

[3] Acolhimento residencial é a colocação em instituições com cuidados assegurados por equipas técnicas, com maior dificuldade na individualização do cuidado (UNICEF, 2011).

• Estado da arte

Diversas investigações e orientações internacionais, nomeadamente da UNICEF (2011) e do European Expert Group (2012), têm vindo a evidenciar os impactos negativos de contextos institucionais prolongados no desenvolvimento infantil, reforçando a necessidade de ambientes mais humanizados e centrados na criança. Paralelamente, autores como Hertzberger (2005) sublinham a importância de conceber espaços que permitam apropriação e identificação, enquanto Aldo van Eyck (1962) defende uma arquitetura pensada a partir da criança, reconhecendo-a como sujeito ativo do espaço. Também Maria Montessori (1967) valoriza a relação entre a criança e o ambiente preparado, defendendo que o espaço deve favorecer a autonomia, a descoberta e a participação ativa no quotidiano.

Estas abordagens encontram expressão em projetos contemporâneos que procuram aproximar o acolhimento de uma lógica doméstica, como a *Casa de Acolhimento para Menores* do atelier CEBRA, ou em intervenções que valorizam a memória e a preexistência, como o projeto *Unser S(ch)austall* (2007), do atelier Naumann Architektur. Isto obriga-nos a pensar na escala não apenas como uma questão de metros quadrados, mas como a medida do mundo vista pelos olhos de uma criança. É nos pequenos detalhes, na altura de uma janela ou na criação de recantos à sua medida, que se combate a frieza do edifício. Quando o espaço se ajusta ao corpo e aos gestos dos mais pequenos, deixa de ser um equipamento impessoal para se tornar um lugar onde é possível deixar marcas, criar rotinas e, finalmente, sentir que se pertence a um lugar, mesmo estando longe da família biológica.



Figura 1_ Cabra Sofia nas ruínas, 2025

• Estrutura

A presente dissertação estrutura-se a partir de uma leitura inspirada no desenvolvimento da criança, entendendo a arquitetura como um suporte ativo dos diferentes estágios de crescimento físico, emocional e relacional, capaz de acompanhar as transformações que ocorrem ao longo da infância e da adolescência, particularmente em contextos de acolhimento residencial.

O primeiro capítulo, dedicado à casa de acolhimento infantil, aborda a evolução histórica destas instituições e enquadra a realidade portuguesa no contexto europeu, permitindo compreender os modelos existentes e os desafios que ainda persistem na criação de ambientes mais humanizados.

Já o segundo capítulo, centra-se na criança, onde é fundamental compreender as razões que conduzem ao acolhimento e explorando as diferentes fases de desenvolvimento e as necessidades associadas a cada etapa do crescimento. Nesta parte discute-se também a importância da escala da criança e da criação de ambientes que permitam apropriação, intimidade e interação social.

Por fim, no terceiro capítulo, desenvolve-se um projeto arquitetónico, onde se analisam o lugar, o programa e as estratégias espaciais adotadas para responder às necessidades identificadas ao longo da investigação. A casa de acolhimento afirma-se, portanto, como um espaço liminar, um lugar de transição entre uma rutura e a hipótese de um novo começo. Mais do que uma solução temporária, esta deve ser vista como o contexto ideal para o desenvolvimento, funcionando como um suporte onde a infância pode continuar a estruturar-se com segurança.

A Casa
de Acolhimento Infantil

1.

Figura 2_ Vista da casa presente no terreno de intervenção, 2025

1.1 Perspectiva Global

A história dos orfanatos consolidou-se como uma solução institucional às necessidades de acolhimento de crianças órfãs ou abandonadas, oferecendo proteção e educação em tempos marcados por adversidades sociais. Inicialmente, essas instituições caracterizavam-se por modelos rígidos e padronizados, mas ao longo do tempo evoluíram significativamente, acompanhando mudanças que refletem uma filosofia mais humanizada, procurando atender às necessidades individuais das crianças.

Na Antiguidade, o cuidado de crianças sem suporte familiar assumia um caráter predominantemente informal e comunitário, sendo acolhidas por membros da família alargada, vizinhos ou, em determinados casos, sob responsabilidade do próprio Estado (Boswell, 1999). Não existia, contudo, uma estrutura institucional formalmente dedicada a esse fim. Esta realidade relaciona-se com a forma como a infância era entendida na época, vista sobretudo como uma fase transitória da vida, ainda sem um reconhecimento claro das suas necessidades próprias. Como consequência, também não se desenvolviam espaços ou arquiteturas direcionadas às crianças, refletindo uma atenção limitada às suas particularidades.

Foi apenas a partir da Idade Média que o conceito de instituições de acolhimento começou a adquirir contornos definidos, no contexto europeu, com o crescimento urbano e o aumento da pobreza, que favoreceram a criação de dispositivos assistenciais organizados. Nesse período, a Igreja Católica desempenhou um papel de protagonismo na assistência aos grupos mais vulneráveis, promovendo a criação de espaços associados a conventos e mosteiros destinados ao acolhimento de órfãos, muitas vezes em coexistência com pobres e doentes (Schneider & Mancey, 2002).

Um exemplo paradigmático desse período é o *Ospedale degli Innocenti* em Florença, projetado por Filippo Brunelleschi no século XV. Considerado um dos primeiros orfanatos europeus, o edifício constitui um marco da arquitetura do início do Renascimento, ao introduzir uma atenção formal e simbólica associada à infância, apesar de manter uma organização institucional rígida e hierarquizada (Gavitt, 1990).

Em Portugal, a assistência à infância desenvolveu-se de forma semelhante, estando maioritariamente a cargo das Misericórdias, instituições fundadas a partir do século XV. No entanto, iniciativas de acolhimento infantil são identificadas já na segunda metade do século XIII, com a fundação do Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa, por iniciativa da rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso III (Fonte, 2005, p.109). As crianças eram acolhidas em edifícios de grande escala e caráter multifuncional, nos quais coexistiam diferentes respostas assistenciais. A arquitetura destas instituições privilegiava a funcionalidade e a disciplina, sem uma reflexão específica sobre a experiência da criança enquanto utilizadora do espaço.

O conceito de orfanato moderno tomou forma nos séculos XVII e XVIII, em resposta às necessidades sociais causadas por guerras, epidemias e crises económicas, que deixaram muitas crianças sem famílias. Nesse contexto, surgiram instituições especificamente destinadas ao acolhimento de órfãos, com objetivos organizacionais mais definidos, entre elas o *Foundling Hospital*, fundado em Londres, em 1739, pelo filantropo britânico Thomas Coram.

Este estabelecimento destacou-se como modelo pioneiro ao oferecer abrigo, educação e formação profissional às crianças acolhidas, protegendo-as das condições de abandono e exploração predominantes na época. O financiamento dessas instituições resultava, em grande medida, de doações filantrópicas e de recursos públicos, refletindo uma mudança gradual na perceção das responsabilidades coletivas face à infância vulnerável. (Coram, 2024).

Ao longo do século XX, intensificou-se um movimento crítico e reformista em relação aos orfanatos tradicionais, impulsionado pelo desenvolvimento das ciências humanas e sociais. As contribuições da psicanálise e da pedagogia, nomeadamente de Sigmund Freud e Maria Montessori, desempenharam um papel relevante nesse processo. A teoria freudiana sublinhou a importância das experiências emocionais precoces na constituição da personalidade, evidenciando os impactos duradouros de traumas e rupturas afetivas (Freud, 1905/1996, p. 141–147).

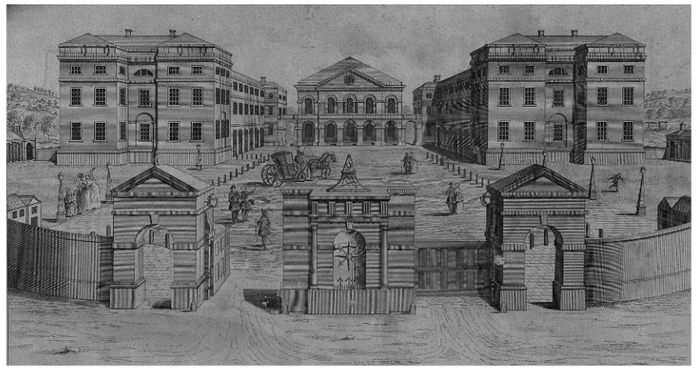


Figura 3_ Vista aérea do pátio do *Foundling Hospital*, Holborn, Londres. Gravura de B. Cole, 1754



Figura 4_ Filippo Brunelleschi, *Ospedale degli Innocenti*, 1419–1427. Fotografia de Thomas Leslie.



Figura 5_ Ambiente montessoriano em Barcelona, 1932.

Paralelamente, Montessori defendeu a autonomia da criança e a aprendizagem ativa, propondo a organização de ambientes preparados que favorecessem a exploração, o movimento e a descoberta, através de mobiliário adequado à escala infantil e de espaços flexíveis (Montessori, 1967). Essas perspetivas influenciaram significativamente a transformação dos espaços institucionais, promovendo configurações mais abertas, luminosas e próximas do ambiente doméstico, orientadas para o bem-estar psicológico e social das crianças.

Nesse enquadramento, destacam-se iniciativas pioneiras como a de Barbara Dockar-Drysdale, psicoterapeuta britânica que, a partir da década de 1940, fundou a *Mulberry Bush School*, destinada ao acolhimento de crianças com experiências traumáticas de abandono ou negligência. A instituição integrou práticas educativas e terapêuticas num ambiente residencial de caráter doméstico, centrado na construção de vínculos afetivos e na reconstrução da confiança, constituindo um exemplo relevante da aplicação de princípios humanizados no acolhimento institucional (Dockar-Drysdale, 1978).

A partir da segunda metade do século XX, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, o reconhecimento dos direitos das crianças em nível internacional, materializado na *Convenção sobre os Direitos da Criança* da ONU (1989), inaugurou uma nova era de proteção à infância. A institucionalização começou a ser entendida como uma medida excecional e transitória, priorizando-se modelos que privilegiam ambientes familiares, como o acolhimento familiar e unidades menores que simulam uma estrutura doméstica.

Essa mudança de paradigma resultou na transformação ou desmantelamento de muitos orfanatos tradicionais, com um foco crescente na reintegração familiar e na adoção, sempre que possível. A desinstitucionalização emergiu como uma abordagem central, promovendo o cuidado das crianças em espaços mais humanos e personalizados, como casas de acolhimento ou serviços de cuidados temporários. Essa evolução procurou não apenas atender às necessidades práticas de abrigo, mas também priorizar o bem-estar emocional e o desenvolvimento integral da criança, alinhando-se às melhores práticas internacionais e às normativas legais de proteção à infância.

Em síntese, a evolução histórica do acolhimento infantil evidencia uma transformação progressiva na compreensão da infância e no papel do espaço construído. A passagem de modelos institucionais rígidos para abordagens centradas na criança e inspiradas no ambiente doméstico constitui o enquadramento conceptual para a reflexão sobre a casa enquanto dispositivo arquitetónico e simbólico no acolhimento infantil contemporâneo.



Figura 6_ Maria Montessori em visita à Gatehouse School, Londres, 1951. Fotografia de Jack Esten.



Figura7_ Maria Montessori em sala de aula com um grupo de crianças em Acton, Londres, 1946. Fotografia de Kurt Hutton.

A sensibilização para os efeitos negativos da institucionalização no desenvolvimento da criança é amplamente reconhecida como um passo fundamental para reduzir resistências e promover processos eficazes de desinstitucionalização. O reconhecimento do impacto que a permanência prolongada em instituições pode ter no desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança tem vindo a sustentar uma mudança progressiva nas políticas e práticas de acolhimento a nível internacional, impulsionando profundas transformações nos sistemas de proteção à infância e favorecendo modelos alternativos ao acolhimento institucional tradicional (European Commission *Daphne Programme*, 2007).

O avanço das normas internacionais de proteção da infância, trouxe maior conscientização sobre os impactos negativos de longos períodos de institucionalização. Diversos estudos demonstram que crianças que crescem em instituições tradicionais apresentam maior risco de atrasos no desenvolvimento, dificuldades na formação de vínculos afetivos, problemas de saúde mental e exclusão social na vida adulta. Estes dados têm sustentado a atuação de organizações internacionais como a UNICEF (2011), a Save the Children (2009) e a European Expert Group (2012), que defendem modelos de acolhimento centrados na criança e no fortalecimento das famílias.

Um exemplo concreto destes impactos pode observar-se no percurso escolar de muitas crianças e jovens em acolhimento residencial onde estes tendem a apresentar mais dificuldades académicas, menor motivação e uma relação mais frágil com a escola quando comparados com crianças que crescem em contexto familiar. Estas dificuldades estão frequentemente ligadas a experiências de instabilidade, negligência ou conflitos familiares vividos antes do acolhimento. Pelo contrário, quando as crianças crescem em ambientes marcados por relações afetivas seguras e estáveis, aumentam as condições para um desenvolvimento mais equilibrado e um melhor percurso escolar (Delgado, 2019).

Neste sentido, as recomendações internacionais partilham um entendimento comum assente na prevenção da necessidade de acolhimento através da intervenção precoce junto das famílias, no desenvolvimento de cuidados alternativos de base familiar ou inseridos na comunidade e na criação de serviços externos de monitorização e avaliação da qualidade dessas respostas.

Paralelamente, sublinham a importância do acompanhamento e apoio após a saída do acolhimento, bem como o consenso quanto à inadequação de qualquer solução residencial para crianças com menos de três anos, dadas as exigências específicas desta fase do desenvolvimento infantil. Esta premissa reforça a responsabilidade do projeto de arquitetura contemporâneo nos casos em que o acolhimento residencial é a única solução viável. (CELCIS, 2013; European Expert Group, 2012)

A tradução destas diretrizes internacionais em soluções construídas tem encontrado soluções em projetos contemporâneos que desafiam a imagem tradicional da instituição. Um exemplo paradigmático é a *Casa de Acolhimento para Menores* em Kerteminde, do atelier dinamarquês CEBRA. O projeto nasce de algo tão simples e universal como o desenho de uma casa feito por uma criança: aquele volume familiar de telhado em bico.

Ao dividir o edifício em vários blocos pequenos, o atelier conseguiu apagar a imagem fria de um 'equipamento público' e criar, em vez disso, uma pequena vizinhança de casas acolhedoras. Esta escolha vai muito além da estética; é uma forma de dizer a quem chega, através da arquitetura, que aquele lugar é seguro e reconhecível. Ao usar uma linguagem visual que a criança já domina, o projeto consegue que ela identifique aquele novo espaço não como um centro de acolhimento, mas como a sua própria casa (CEBRA, 2016).



Figura 8_*Casa de acolhimento para menores.* CEBRA Architects, 2017. Fotografia de Mikkel Frost.

Esta abordagem de diálogo com o tempo encontra um exemplo sensível na *Casa-Abrigo de Sibbe*, do atelier M Architects + Planners, que traz uma reflexão sobre o que já existia no lugar. Ao integrar e transformar estruturas antigas, o projeto cria uma conversa direta entre as marcas do passado e a nova intervenção. Para uma criança que atravessa um processo de rutura, habitar um espaço que respeita a história e a integra no presente carrega um simbolismo especial, a arquitetura torna-se uma prova tangível de que é possível reconstruir e dar um novo sentido à vida, sem precisar de apagar o que ficou para trás (M Architects + Planners, 2015).

Esta desinstitucionalização da arquitetura assenta, sobretudo, na forma como o espaço e a autonomia se combinam para criar um verdadeiro sentido de pertença. Projetos como os da CEBRA ou da M Architects afastam-se propositadamente das superfícies frias e higienizadas que marcaram a imagem dos antigos hospitais, privilegiando materiais que transmitem conforto e calor, como a madeira ou o tijolo. No interior, a organização dos espaços foca-se na criação de zonas de transição, recantos que não são totalmente públicos nem privados, permitindo que a criança decida, ao seu ritmo, o nível de interação que deseja ter com o grupo. Esta possibilidade de escolha rompe com a antiga lógica institucional de regras rígidas, permitindo que a arquitetura se afirme como um organismo vivo, capaz de acompanhar as diferentes fases do crescimento e de oferecer a cada residente o seu próprio lugar no mundo (CEBRA, 2016) (M Architects + Planners, 2015).



Figura 9_ Casa-abrigo de Sibbe para crianças. Atelier M Architects + Planners bv, 2014. Fotografia de Jolien Fagard.

1.2 Realidade Portuguesa

Em Portugal, a evolução das respostas de proteção à infância acompanha as transformações sociais e institucionais que marcaram a forma como a sociedade compreende o cuidado e a responsabilidade coletiva perante crianças em situação de vulnerabilidade. Neste enquadramento, o sistema de proteção português tem procurado alinhar-se com as orientações internacionais e com as mudanças legislativas que reforçam o direito da criança a crescer em contextos próximos de uma experiência familiar.

De acordo com o *Relatório CASA 2024*, encontram-se em Portugal cerca de 6.349 crianças e jovens em situação de acolhimento, das quais a maioria significativa, aproximadamente 5.678, permanece em acolhimento residencial, enquanto apenas uma proporção residual se encontra integrada em famílias de acolhimento. Apesar de se verificar uma ligeira diminuição do número total de crianças acolhidas nos últimos anos, o sistema mantém uma forte dependência estrutural das respostas institucionais. Acresce ainda o facto de o tempo médio de permanência em acolhimento rondar os três anos, o que reforça a importância da qualidade dos espaços onde estas crianças vivem (Instituto da Segurança Social, 2024).

Diversos estudos e relatórios institucionais identificam como principais fatores explicativos desta realidade a ausência de uma cultura consolidada de acolhimento familiar, a escassez de famílias disponíveis, a complexidade administrativa associada aos processos de seleção e acompanhamento, e, sobretudo, a persistência de uma tradição institucional assente numa rede histórica de casas de acolhimento geridas por entidades do setor social e solidário (Instituto da Segurança Social, 2024; UNICEF, 2021; European Expert Group, 2012).

Como consequência destes fatores estruturais, Portugal apresenta uma das mais elevadas taxas de institucionalização de crianças no contexto europeu e da Ásia Central. De acordo com dados da UNICEF, no âmbito do sistema TransMonEE, cerca de 95% das crianças integradas no Sistema de Promoção e Proteção encontram-se em acolhimento residencial correspondendo a aproximadamente 294 crianças por cada 100 000, um valor significativamente superior à média da região. Em contraste, na maioria dos outros países, o acolhimento familiar constitui o modelo predominante de cuidados alternativos formais, com países a apresentarem entre 70% e 90% das crianças acolhidas em contexto familiar (UNICEF, 2021; UNICEF, 2024).

Esta discrepância evidencia diferentes níveis de implementação das políticas de desinstitucionalização e revela, no caso português, a persistência de uma forte dependência do acolhimento institucional, apesar de o enquadramento jurídico nacional ter incorporado estas orientações internacionais através da revisão da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, em 2015, que passou a consagrar a preferência pelo acolhimento familiar em detrimento do acolhimento residencial (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

Neste contexto, importa observar modelos alternativos que, embora inseridos no acolhimento residencial, procuram aproximar-se de uma lógica mais doméstica e relacional. Um exemplo frequentemente apontado é o modelo desenvolvido pelas *SOS Children's Villages International*, presente também em Portugal através das Aldeias de Crianças SOS. Estas comunidades organizam-se como pequenas aldeias compostas por várias casas familiares, onde grupos reduzidos de crianças vivem com um cuidador permanente.

A organização espacial privilegia a escala doméstica e a integração na comunidade envolvente, evitando a segregação típica das instituições tradicionais. Cada habitação funciona como uma unidade autónoma, com espaços de convivência, quartos e áreas exteriores que procuram reproduzir rotinas quotidianas semelhantes às de um ambiente familiar. Este modelo tem sido reconhecido internacionalmente por promover relações afetivas mais estáveis e um maior sentimento de pertença (*SOS Children's Villages International*, 2020).

Ainda assim, importa reconhecer que, apesar das suas qualidades, este modelo permanece inserido no sistema de acolhimento residencial, levantando questões sobre os limites da sua capacidade de substituir, de forma plena, o contexto familiar.

Perante este enquadramento, torna-se evidente que o acolhimento residencial, longe de ser uma resposta complementar, continua a assumir um papel estrutural no sistema de proteção à infância em Portugal, contrariando as orientações internacionais que privilegiam soluções de base familiar. Esta realidade evidencia não apenas limitações ao nível das políticas públicas e das respostas sociais, mas também a persistência de modelos espaciais e institucionais que nem sempre acompanham as necessidades reais das crianças.

Neste contexto, a arquitetura não pode ser entendida como um elemento neutro, mas como parte integrante do problema e, simultaneamente, do seu potencial de transformação. Se o acolhimento residencial permanece como realidade dominante, então torna-se urgente repensar os espaços que o suportam, evitando a reprodução de lógicas institucionais e promovendo ambientes que se aproximem de uma verdadeira experiência de habitar.



2.

Figura 10_ Retrato da autora durante a infância, 2009.

A Criança
sem lar

2.1 Idades e Fases de desenvolvimento

Pensar a arquitetura como um lugar de habitar é, no fundo, reconhecer o laço invisível que nos une aos espaços que nos rodeiam. O papel do arquiteto vai muito além de organizar paredes. É, antes de mais, o desafio de antecipar a vida e os sentidos que ali vão ganhar forma. Como refere Peter Zumthor, ao projetar um edifício é necessário considerar que nele acontecerão vivências que ultrapassam aquilo que o arquiteto consegue prever ou controlar, dando origem a uma vida própria do espaço. Esta dimensão do espaço constrói-se através das experiências e memórias que nele se inscrevem, transformando a estrutura física num cenário vivo de crescimento. (Zumthor, 2006, p.41)

Quando o foco é a infância, este exercício exige um olhar sensível, capaz de ver o mundo à altura da criança. Para ela, o espaço não se mede em metros quadrados, mas na intensidade da descoberta. É o chão onde se brinca ou a janela por onde se sonha. Habitar, nesta fase, é um ato de entrega e exploração, onde detalhes como o toque de uma textura ou a direção de um percurso se tornam referências fundamentais. Projetar para a criança implica, por isso, desenhar ambientes que saibam acolher o seu desenvolvimento, transformando a arquitetura num território onde ela se sinta verdadeiramente em casa.

Este entendimento encontra respaldo no enquadramento jurídico português, nomeadamente no Regime de Execução do Acolhimento Residencial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, que define as condições de funcionamento das Casas de Acolhimento. O diploma estabelece que estas unidades devem organizar-se de modo a proporcionar uma experiência próxima da de um ambiente familiar, respeitando a individualidade de cada criança ou jovem e promovendo a sua integração social. Determina, igualmente, a limitação do número máximo de 15 crianças ou jovens por unidade, a exigência da ausência de traços institucionais e a adoção de princípios como a individualização, a normalização, a participação e a privacidade (Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro).

Embora a entrada numa casa de acolhimento seja, para muitas crianças e jovens, um dos momentos mais marcantes e difíceis das suas vidas, este processo traz quase sempre o peso da rutura e do vazio deixado pela separação da família. Mudar de mundo desta forma pode trazer uma insegurança profunda e uma ansiedade que dificulta a adaptação, especialmente quando tudo acontece de repente. No entanto, este tempo de acolhimento também pode ser transformado numa oportunidade de recomeço e de crescimento. Para que isso aconteça, este "*lugar de passagem*" não pode ser um espaço onde a vida fica em pausa ou congelada; pelo contrário, deve ser um ambiente que estimule o crescimento físico e emocional, garantindo que nenhuma criança se sinta perdida num "*território de ninguém*" (Mota, 2021, p. 14).

Muitas destas crianças trazem consigo experiências difíceis e ignorar ou minimizar estas vivências pode reforçar sentimentos de invisibilidade e levar a criança a esconder ou desvalorizar a sua própria história como forma de se proteger emocionalmente, isso pode tornar o processo de adaptação e a construção de relações de confiança mais dificil. Por isso, o momento inicial do acolhimento assume uma importância decisiva, pois é muitas vezes nesta fase que a criança começa a formar a sua perceção da instituição e do lugar que poderá ocupar dentro dela.

De acordo com o *Relatório CASA 2024*, as principais causas de acolhimento incluem a negligência continuada, os maus-tratos físicos e psicológicos, o abuso sexual, a exposição a contextos de violência doméstica, abandono e incapacidade parental para garantir condições adequadas de cuidado. Estes fatores, muitas vezes cumulativos e prolongados no tempo, contribuem para trajetórias marcadas pela instabilidade e pela fragilidade emocional (Instituto da Segurança Social, 2024).

Como consequência das experiências vividas, muitas crianças e jovens em acolhimento manifestam comportamentos que refletem formas de defesa e estratégias que desenvolveram para lidar com situações difíceis. Estas reações podem traduzir-se em dificuldades na gestão das emoções e nas relações com os outros, surgindo por vezes através de atitudes como agressividade, destruição de objetos, incumprimento de regras ou mesmo fugas temporárias. Mais do que comportamentos que devem ser julgados de forma isolada ou punitiva, estas manifestações precisam de ser compreendidas à luz do percurso de vida de cada criança (Mota, 2021, pp. 57–61).

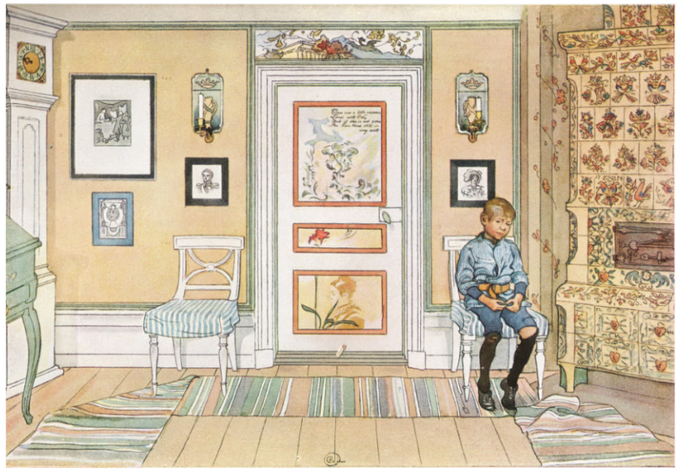


Figura 11_ *In the Corner.* Carl Larsson, 1894.

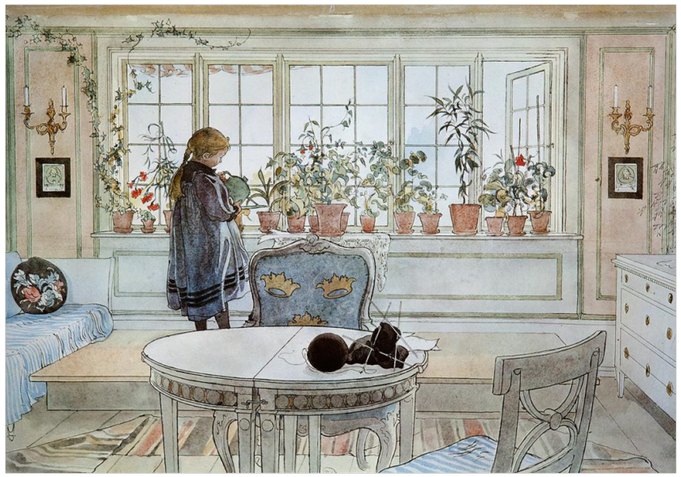


Figura 12_ *Flowers on the Windowsill.* Carl Larsson, 1894.

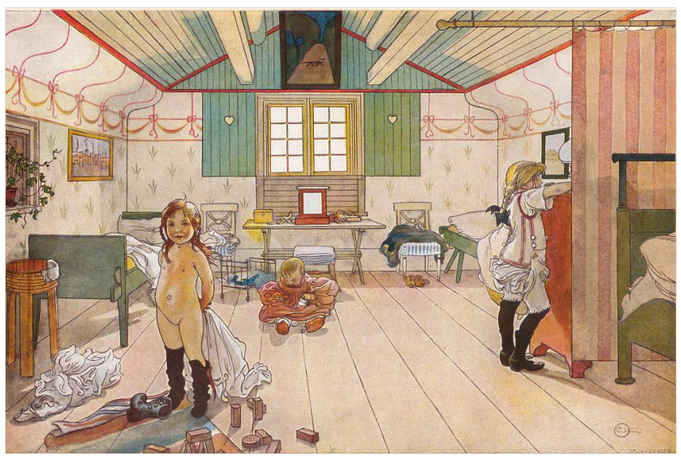


Figura 13_ *Mammas and the Small Girls.* Carl Larsson, 1897.

Neste contexto, torna-se claro que não existem duas crianças com percursos iguais. Cada uma traz consigo a sua própria história, marcada por experiências, perdas e aprendizagens diferentes, o que exige uma atenção particular às suas necessidades individuais. O acolhimento residencial deve, por isso, reconhecer esta diversidade, procurando adaptar as formas de cuidado, as rotinas e os ambientes às características de cada criança. Mais do que um espaço de passagem, a casa de acolhimento pode tornar-se um lugar importante no quotidiano destas crianças, capaz de apoiar o processo de recuperação emocional, favorecer a criação de relações significativas e oferecer condições para que, pouco a pouco, se construa um sentimento de segurança e pertença.

O desenvolvimento da criança ocorre de forma progressiva e contínua, envolvendo transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais que influenciam diretamente a forma como esta percebe, utiliza e se relaciona com o espaço. Compreender as diferentes fases do desenvolvimento infantil é fundamental para a conceção de ambientes de acolhimento capazes de responder adequadamente às necessidades específicas de cada idade, reconhecendo que os níveis de interação entre a criança, o adulto e o espaço se modificam ao longo do tempo, refletindo a forma como a criança constrói a sua relação com o mundo que a rodeia.

Diversos autores da área da psicologia do desenvolvimento sublinham que o ambiente físico desempenha um papel ativo no crescimento da criança, funcionando simultaneamente como suporte, estímulo e mediador das experiências quotidianas. Piaget (1970) identifica o desenvolvimento como um processo de construção progressiva da relação entre o indivíduo e o meio, enquanto Vygotsky (1978) destaca a importância do contexto social e espacial como elemento estruturante da aprendizagem e do desenvolvimento. Neste sentido, o espaço arquitetónico não pode ser entendido como neutro, devendo antes adaptar-se às capacidades, limitações e formas de interação próprias de cada etapa da infância.

A partir dos quatro anos, a criança inicia um processo gradual de autonomização, desenvolvendo capacidades motoras, cognitivas e sociais mais complexas. O brincar assume um papel central na aprendizagem e na exploração do mundo, sendo através da interação com o espaço e com os outros que a criança

constrói competências sociais, autonomia e sentido de pertença. Neste período, o ambiente que a rodeia ganha um papel determinante no seu desenvolvimento, devendo oferecer oportunidades diversificadas para brincar, aprender, descansar e conviver (Montessori, 1967).

Em contexto de acolhimento residencial, torna-se especialmente relevante criar espaços que permitam à criança reconhecer-se no lugar que habita e estabelecer uma relação mais próxima com o ambiente envolvente. Quartos partilhados por poucos elementos, áreas de estudo e espaços exteriores acessíveis podem favorecer esta identificação, enquanto a possibilidade de escolha e de participação nas rotinas quotidianas contribui para fortalecer a autoestima e promover relações mais equilibradas com adultos e pares.

Entre os seis e os doze anos, a criança entra numa fase marcada pelo desenvolvimento da autonomia, da curiosidade e das competências sociais. Neste período, a escola e as relações com os pares assumem um papel cada vez mais relevante na construção da identidade e no desenvolvimento de capacidades cognitivas e sociais. De acordo com Piaget (1970), trata-se de uma etapa em que a criança consolida formas de pensamento mais estruturadas e começa a compreender melhor as regras e dinâmicas sociais. Paralelamente, o ambiente físico continua a desempenhar um papel importante na forma como a criança explora o mundo, sendo fundamental que os espaços que frequenta favoreçam a socialização, o convívio e o desenvolvimento da autonomia.



Figura 14_ Vista perspetivada para o *Children's Creative Centre Playground*, Pavilhão Federal Canadiano, Expo 67, Montreal. Cornelia Hahn Oberlander.

Na adolescência, as necessidades em relação ao espaço transformam-se de forma significativa. Este é um período marcado pela procura de identidade, pela afirmação da individualidade e por uma crescente necessidade de autonomia em relação aos adultos. Como refere Erikson (1968), trata-se de uma fase fundamental na construção da identidade pessoal, em que os jovens procuram compreender o seu lugar no mundo e estabelecer novas formas de relação com os outros. Neste contexto, o espaço ganha uma importância particular, devendo oferecer condições que respeitem a privacidade, permitam momentos de recolhimento e possibilitem ao jovem apropriar-se do ambiente que habita.

Como refere Hertzberger (2005), os espaços destinados à infância devem permitir diferentes formas de apropriação, adaptando-se às necessidades e interpretações dos seus utilizadores. Neste sentido, a análise das diferentes fases do desenvolvimento evidencia que uma abordagem uniforme aos espaços de acolhimento residencial não é adequada, uma vez que em contextos onde coexistem crianças e jovens em diferentes etapas de crescimento, torna-se fundamental pensar a organização espacial como um sistema capaz de acomodar múltiplos ritmos e necessidades, promovendo ambientes que apoiem um desenvolvimento equilibrado e uma experiência de habitar mais próxima de um contexto familiar. É precisamente neste enquadramento que a noção de escala assume um papel central, permitindo compreender de que forma a arquitetura pode responder a estas diferenças, não apenas ao nível programático, mas também através da forma como o espaço é dimensionado e experienciado.

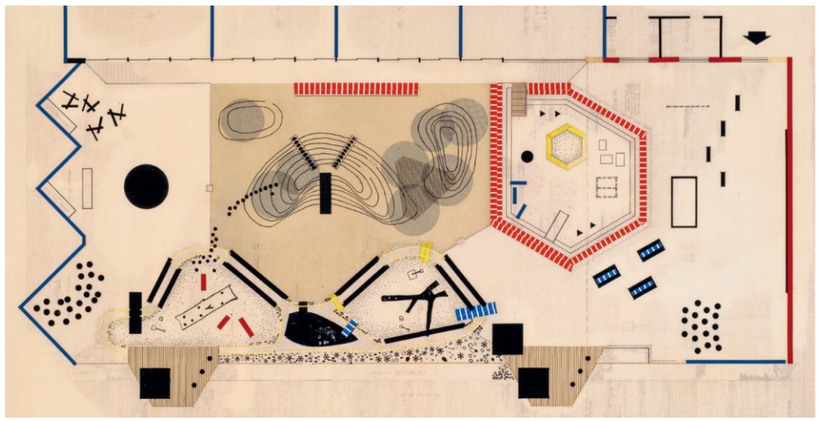


Figura 15_ Plano paisagístico para o parque infantil do *Children's Creative Centre Playground*, Pavilhão Federal Canadiano, Expo 67, Montreal. Cornelia Hahn Oberlander.

A Cadeira como Leitura da evolução da criança

A cadeira adapta-se progressivamente ao longo do crescimento da criança, traduzindo, em cada fase, uma necessidade emocional refletida na forma, na escala e no grau de suporte do objeto. Tal como na arquitetura, a cadeira evolui de um espaço de abrigo para um espaço de autonomia, acompanhando o desenvolvimento do indivíduo na sua relação com o mundo.



0-1 anos

SEGURANÇA

Nesta fase inicial, a cadeira aproxima-se do conceito de abrigo primordial, evocando um espaço envolvente e protetor.
A posição reclinada assegura o suporte integral do corpo, refletindo uma relação ainda limitada com o exterior.
Tal como na arquitetura, privilegiam-se ambientes íntimos, fundamentais para a construção de segurança.

ACOLHIMENTO



2-4 anos

DESCOBERTA

A progressiva verticalização traduz uma abertura ao mundo, permitindo uma exploração mais ativa do espaço.
Elementos como a bandeja funcionam como limites mediadores, garantindo segurança sem impedir a descoberta.
Esta fase aproxima-se de espaços intermédios, onde proteção e exploração coexistem.

EXPLORAÇÃO PROTEGIDA

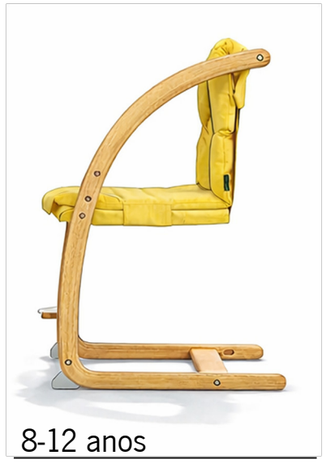


5-7 anos

AUTONOMIA

A cadeira torna-se mais livre, reduzindo os elementos de contenção e promovendo uma relação mais direta entre corpo e objeto.
Esta transformação reflete uma arquitetura que incentiva a independência e a apropriação do espaço, mantendo apenas suportes discretos de orientação.

PRIMEIRA INDEPENDÊNCIA



8-12 anos

IDENTIDADE

Nesta etapa, a cadeira aproxima-se formalmente de um objeto adulto, incorporando uma dimensão simbólica e expressiva.
O utilizador começa a reconhecer-se no objeto, tal como na arquitetura, onde o espaço passa a ser apropriado de forma mais consciente e pessoal.

APROPRIAÇÃO



13-17 anos

INDEPENDÊNCIA

A cadeira assume uma forma autónoma, sem elementos adicionais de suporte, refletindo uma relação madura entre corpo e espaço.
Nesse sentido, o ambiente deixa de impor limites e passa a permitir liberdade de uso e interpretação.

LIBERDADE

Figura 16_ Fotomontagem da cadeira como leitura da evolução da criança. Elaboração da autora.

2.2 A Escala da Criança

A escala constitui um elemento fundamental na relação entre a criança e o espaço arquitetónico, influenciando diretamente a forma como este é percebido, vivido e apropriado. Mais do que uma questão de dimensão física, a escala corresponde à forma como o corpo da criança se inscreve e se orienta no espaço, através do movimento, da exploração e das experiências sensoriais (Pallasmaa, 2012).

Muitos autores sublinham que a arquitetura concebida exclusivamente a partir da perspetiva adulta tende a reforçar a sensação de anonimato e institucionalização, especialmente em edifícios destinados à infância. Aldo van Eyck (1962) destaca que a criança não deve ser entendida como um "*adulto em miniatura*", mas como um sujeito com formas próprias de perceção e relação com o espaço. Defende, por isso, uma arquitetura capaz de criar lugares acessíveis e apropriáveis, onde a escala não se limita às dimensões físicas, mas se manifesta também na forma como o espaço permite a exploração, o abrigo, o encontro e momentos de introspeção.

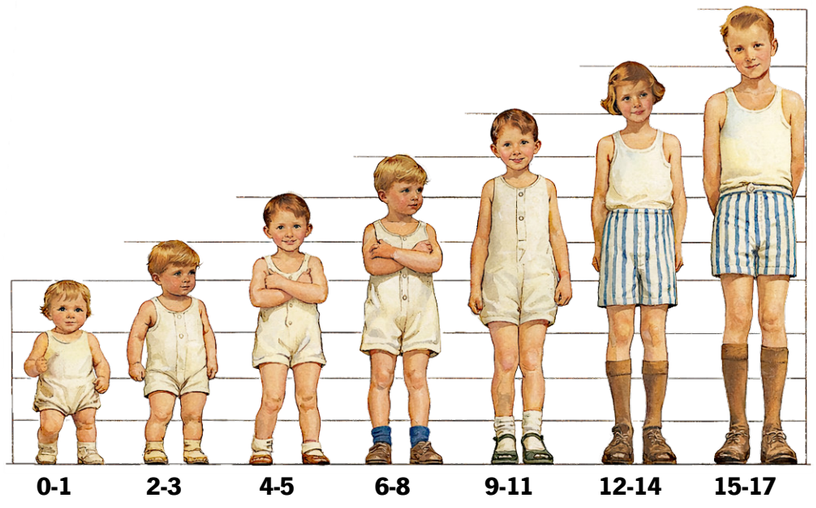


Figura 17_ Fotomontagem sobre a evolução da criança através das diferentes idades. Elaboração da autora.

A adaptação da escala arquitetónica manifesta-se, desde logo, na conceção de elementos como portas, janelas, mobiliário e equipamentos, que devem permitir à criança uma relação autónoma com o espaço. A possibilidade de alcançar, abrir, sentar ou observar sem mediação constante do adulto reforça a sensação de competência e independência, aspetos fundamentais para o desenvolvimento da autoestima e da identidade (Montessori, 1967). Em contextos de acolhimento, estas características tornam-se particularmente relevantes, uma vez que muitas crianças apresentam histórias marcadas pela instabilidade e pela perda de controlo, beneficiando de espaços que lhes devolvam uma perceção de domínio e previsibilidade.

Para além da dimensão física, a escala da criança relaciona-se com a organização espacial e com a forma como os ambientes são hierarquizados. Espaços excessivamente amplos, corredores longos ou áreas comuns indiferenciadas tendem a acentuar o carácter institucional, dificultando a leitura do espaço e a criação de referências afetivas. Por oposição, a fragmentação do programa em unidades menores, a criação de nichos, recantos e espaços intermédios favorecem a apropriação individual e a construção de relações mais próximas entre crianças e cuidadores (Hertzberger, 2005). Esta lógica aproxima-se do ambiente doméstico, onde a diversidade de escalas contribui para uma experiência mais rica e humanizada do habitar.

No contexto das casas de acolhimento infantil, a convivência entre crianças de diferentes idades exige uma atenção particular à forma como a escala é pensada. Um mesmo ambiente pode ser vivido de formas distintas consoante a idade, a estatura, o grau de autonomia ou as experiências de cada criança, tornando fundamental que a arquitetura ofereça múltiplas possibilidades de uso e interpretação.

Nesse sentido, a escala é o fator que dita como a criança habita e se apropria do espaço. Projetar à sua medida deixa de ser apenas uma opção técnica para se tornar um compromisso ético: é o reconhecimento da criança como protagonista, e não apenas como utilizadora passiva de uma instituição. Quando o ambiente respeita estas proporções, o espaço construído passa a ser um agente ativo que potencia a autonomia e a descoberta da identidade.

Visita a uma casa de Acolhimento

No âmbito da presente investigação, foi realizada uma visita à casa de acolhimento *A Casa da Criança*, uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, localizada em Guimarães, acompanhada de uma entrevista à coordenadora da instituição, Vera Mendes. Esta experiência permitiu complementar a análise teórica com uma leitura direta do funcionamento quotidiano destes espaços, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas espaciais, organizacionais e emocionais associadas ao acolhimento residencial infantil.

A instituição apresenta uma capacidade máxima para 15 crianças, encontrando-se atualmente próxima do limite, com 14 crianças acolhidas. A faixa etária predominante situa-se entre o primeiro ano de vida e os 13 anos, ainda que o acolhimento possa, formalmente, abranger crianças e jovens até aos 18 anos. Como refere a coordenadora, "*no fundo, fomos especializando em crianças mais pequenas*", evidenciando uma adaptação prática às necessidades do sistema e à gestão de vagas.

O edifício organiza-se em dois pisos principais: o piso superior destinado ao descanso, com quartos e instalações sanitárias, e o piso inferior, onde se concentram os gabinetes técnicos e as salas de atividades. A estrutura resulta da articulação entre uma pré-existência mais antiga e uma ampliação posterior, refletindo uma evolução funcional ao longo do tempo.

No quotidiano, o uso do espaço varia de acordo com a idade das crianças. Os mais velhos beneficiam de maior autonomia, enquanto os mais novos requerem supervisão constante. Como referido, "*os mais velhinhos utilizam o espaço livremente (...) os mais pequeninos têm que haver um controlo*", evidenciando a necessidade de diferentes níveis de autonomia no mesmo espaço.

As salas de atividades assumem-se como o principal espaço de permanência, sobretudo no inverno, enquanto o exterior ganha protagonismo no verão. Segundo a coordenadora, "*no verão jardim e no inverno sala de atividades*", revelando uma forte dependência das condições climatéricas na utilização dos espaços.

Os quartos são partilhados, não existindo espaços individuais. Ainda assim, é promovida a apropriação do espaço, sobretudo entre os mais velhos, que dispõem de áreas próprias com objetos pessoais. Como descrito, "*cada um tem a sua mezinha de cabeceira (...) com fotografia, com as coisinhas deles*", permitindo a construção de uma identidade dentro de um espaço coletivo.

A organização dos quartos é dinâmica e ajusta-se continuamente à entrada de novas crianças. "Cada criança que entra é um reajuste que temos que fazer cá na casa", refere a coordenadora, evidenciando a constante adaptação do espaço às necessidades emergentes. Os conflitos espaciais são pontuais e geralmente associados à partilha do quarto, nomeadamente diferenças de hábitos. Situações como "*aquele faz barulho a dormir*" ou "*gosta da luz acesa*" refletem pequenas tensões próprias da convivência, sendo, no entanto, resolvidas através da mediação da equipa técnica.

O funcionamento da casa assenta numa rotina estruturada e previsível, considerada essencial para o bem-estar das crianças. O dia organiza-se por grupos etários, permitindo uma gestão mais tranquila das atividades. "*Para ser um ambiente mais tranquilo, vamos acordando uns de cada vez*", explica a coordenadora, sublinhando a importância da organização no quotidiano. As atividades distribuem-se ao longo do dia entre escola, estudo, terapias e momentos de lazer. O estudo ocorre maioritariamente em espaços comuns, de forma a garantir acompanhamento, enquanto os momentos de convívio se concentram nas salas de atividades.

A organização espacial revela-se determinante no comportamento das crianças. A divisão por faixas etárias e a existência de espaços específicos contribuem para um ambiente mais estruturado. Como refere a coordenadora, "*o facto de cada idade estar numa sala com necessidades parecidas acaba por ser mais organizado e acolhedor*". Os quartos assumem-se como principais espaços de refúgio, sendo utilizados quando as crianças necessitam de se afastar. No entanto, não existe um espaço especificamente desenhado para esse fim, sendo essa função absorvida pelos espaços existentes.



Figura 18_ Espaços interiores e exteriores da Casa da Criança, Guimarães, registados durante visita realizada em 2025. Fotografias da autora.

O exterior desempenha igualmente um papel relevante, sobretudo na gestão da energia e do comportamento. A utilização do jardim permite às crianças libertar energia, reduzindo a pressão sobre os espaços interiores. Entre as principais limitações destaca-se a ausência de um espaço polivalente interior. Como referido, "*no inverno é mais difícil (...) estar muitas horas dentro de uma sala mais pequena*", evidenciando a necessidade de espaços mais amplos e flexíveis.

Foram também identificadas limitações associadas à pré-existência, nomeadamente a presença de escadas irregulares e pavimentos em pedra, que dificultam a acessibilidade. Estes elementos condicionam a adaptação do espaço a diferentes necessidades, como no caso de crianças com mobilidade reduzida.

Outro aspeto relevante prende-se com o momento de acolhimento. Na maioria dos casos, este ocorre de forma inesperada: "*ligam-nos de manhã e vem à tarde*", não existindo um espaço específico para esse momento. A receção acontece na sala de visitas, seguida de uma integração progressiva, evidenciando a ausência de um espaço de transição pensado para a chegada.

As observações realizadas tiveram um impacto direto no desenvolvimento do projeto, evidenciando a importância de uma arquitetura mais flexível e centrada na vivência da criança. A proposta procura dar resposta a estas questões através da criação de ambientes multifuncionais, capazes de se adaptar a diferentes necessidades e momentos. A visita evidenciou tanto a validade dos pressupostos teóricos como a distância entre as soluções atuais e o potencial transformador da arquitetura, sublinhando o acolhimento como um verdadeiro espaço de habitar.



3.

Figura 19_ Cabra Nena no terreno de intervenção,2025.

A Proposta

3.1 Um lugar

O projeto desenvolve-se no Parque da Cidade de Guimarães, num terreno marcado pela coexistência entre natureza e memória. A escolha deste local não se resume a uma análise técnica ou estratégica, mas nasce sobretudo de um reconhecimento direto do sítio, através de visitas sucessivas e do diálogo com os seus utilizadores permanentes.

Durante esse processo, foi particularmente significativo o encontro com o senhor Ricardo, funcionário do parque e responsável pelo cuidado dos animais presentes no terreno, cabras e ovelhas que ali vivem. O contacto com esta realidade revelou uma dimensão humana e afetiva do lugar que ultrapassa a sua leitura física ou paisagística. Em conversa, foi possível perceber que o pai do senhor Ricardo, atualmente com 75 anos, reside ainda numa habitação situada no interior do parque, nas proximidades da área de intervenção, e que não assistiu à construção das ruínas existentes no terreno, reforçando a ideia de uma preexistência antiga, já desligada da memória viva recente.



Figura 20_ Sr. Ricardo com as cabras no terreno de intervenção, 2025. Fotografia da autora.

Dessas conversas emergiu também a informação de que o terreno se localiza sobre um antigo caminho de servidão, uma via histórica de ligação entre a Penha e São Torcato. Embora hoje se encontre diluído na malha verde do parque, este percurso mantém a ideia de passagem e continuidade territorial. Esta condição de transição estabelece uma relação direta com o conceito de acolhimento residencial, entendido como um espaço intermédio na vida da criança entre a rutura do passado e a possibilidade de reconstrução de um novo sentido de habitar.

A presença dos animais revelou-se determinante na consolidação da escolha do lugar. Durante as visitas ao terreno, foi possível observar a interação espontânea entre crianças e os animais, nomeadamente no ato de lhes dar alimento. Este momento evidenciou o potencial terapêutico e relacional do espaço, demonstrando como a relação com os animais pode funcionar como mediadora emocional, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade, onde a presença dos animais não é entendida como um elemento complementar, mas como parte integrante da estratégia projetual e da experiência quotidiana do lugar. Esta perceção foi reforçada pelo testemunho do senhor Ricardo, ao referir a importância desta relação no bem-estar das crianças.

Adicionalmente, o terreno localiza-se junto a um parque infantil público, permitindo que as crianças acolhidas estabeleçam contacto com outras crianças da comunidade. Esta proximidade favorece processos de socialização e integração, contribuindo para evitar o isolamento institucional e aproximando a experiência do acolhimento de uma vivência mais próxima do quotidiano urbano.

Apesar de já existirem respostas de acolhimento no Concelho, a elevada dependência do sistema português em relação ao acolhimento residencial evidencia a necessidade de repensar não apenas a quantidade, mas sobretudo a qualidade destes espaços. Neste contexto, a proposta procura afirmar-se como um contributo crítico, explorando novas formas de habitar o acolhimento e questionando os modelos institucionais existentes.

A abordagem projetual inspira-se no projeto *Unser S(ch)austall*[4], no qual uma ruína preexistente é mantida e integrada no novo uso sem ser anulada pela intervenção contemporânea. Tal como nesse exemplo, a proposta desenvolvida parte da decisão de não reconstruir nem apagar a ruína existente, mas antes habitá-la. Esta opção não surge apenas como um gesto formal, mas como uma tomada de posição conceptual: preservar a ruína enquanto memória e utilizá-la como primeiro elemento de proteção.

Neste sentido, o projeto constrói-se através de uma lógica de camadas, a ruína enquanto envolvente exterior, a nova arquitetura que se insere no seu interior e, por fim, os espaços habitáveis à escala da criança. Esta ideia, próxima de uma "*caixa dentro de outra caixa*", estabelece uma relação entre proteção, abrigo e intimidade, onde cada camada reforça a sensação de segurança. A ruína, enquanto elemento existente, assume assim o papel de limite e proteção inicial, enquanto o novo projeto introduz uma escala mais doméstica.

Esta abordagem ganha um sentido profundo no contexto do acolhimento infantil. Da mesma forma que a criança traz consigo uma história que não deve ser apagada, a ruína é preservada como um testemunho vivo do passado. O projeto não tenta substituir o que existia, mas sim construir a partir dessa memória, criando um lugar que protege e permite que novas experiências floresçam. A arquitetura atua, assim, como uma ponte entre o que foi e o que é, entre a rutura e a continuidade. Habitar a ruína torna-se um gesto de renovação: o passado não é silenciado, mas transformado no suporte necessário para novos começos.



Figura 21_*Unser S(ch)austall*. Naumann Architektur, 2007.

[4] O projeto *Unser S(ch)austall* (Naumann Architektur, 2007), localizado em Taufkirchen an der Trattnach, Áustria, propõe a preservação da ruína como elemento estruturante da nova intervenção arquitetónica.

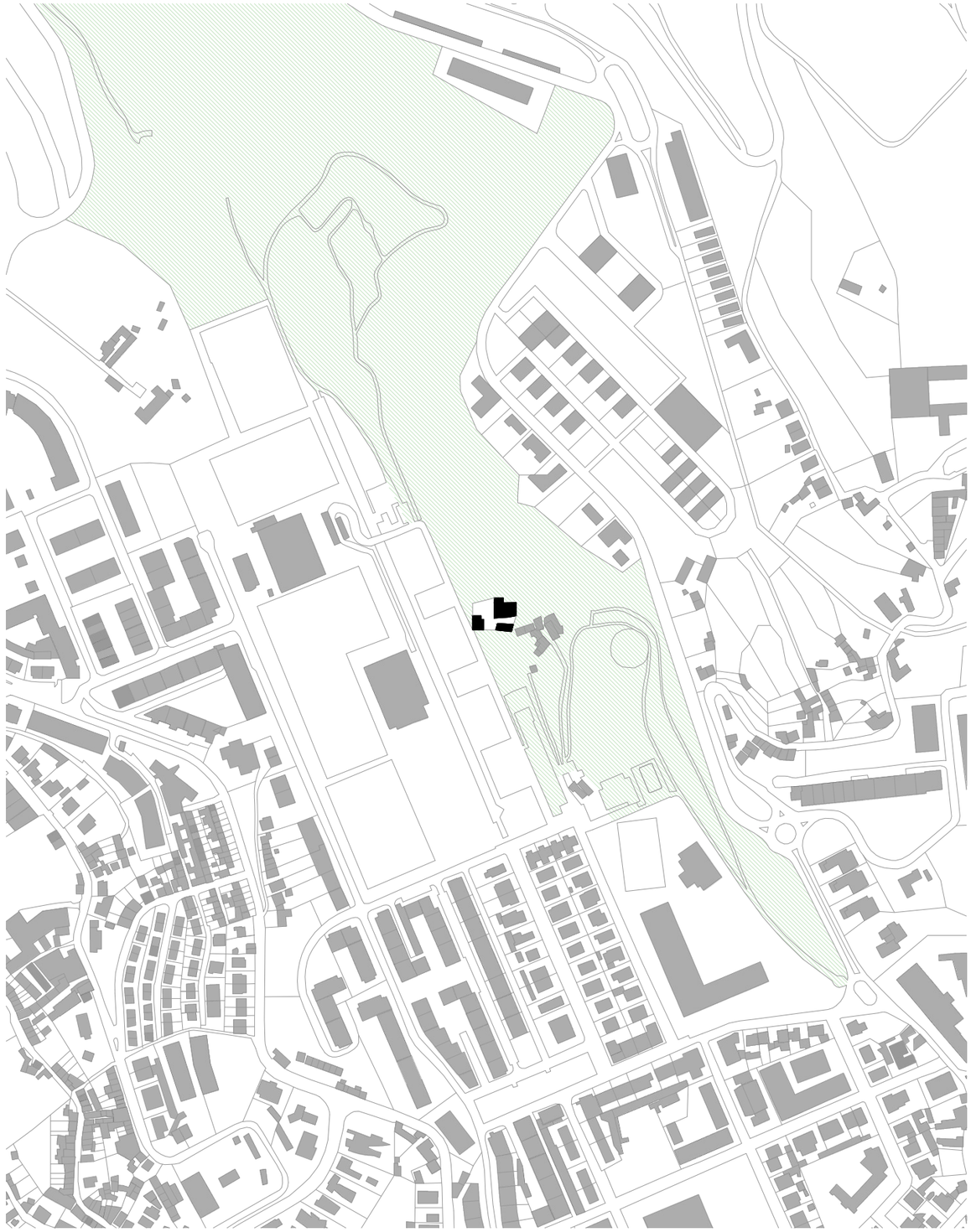


Figura 22_Planta de localização à escala 1:5000. Elaboração da autora.

Levantamento

O levantamento do terreno foi realizado através de observação direta e medição *in loco*, recorrendo à definição de pontos de referência que permitiram estruturar a leitura espacial e garantir uma representação coerente do conjunto. No caso da casa de pedra, o levantamento foi efetuado com maior rigor, através da medição direta dos principais elementos construtivos, utilizando referências fixas para assegurar a precisão das proporções e dimensões do espaço.

Já na área correspondente às ruínas, devido à irregularidade do terreno, à presença de múltiplos elementos pétreos e às dificuldades de acesso a determinadas zonas, o levantamento foi realizado de forma mais aproximada. Foram registadas algumas medidas diretas sempre que possível, sendo as restantes dimensões estimadas por comparação com elementos de escala conhecida, nomeadamente a altura de uma pessoa presente no local. Esta abordagem, embora menos rigorosa, permitiu obter uma leitura geral das proporções e da configuração espacial da ruína, suficiente para a sua integração no desenvolvimento do projeto.

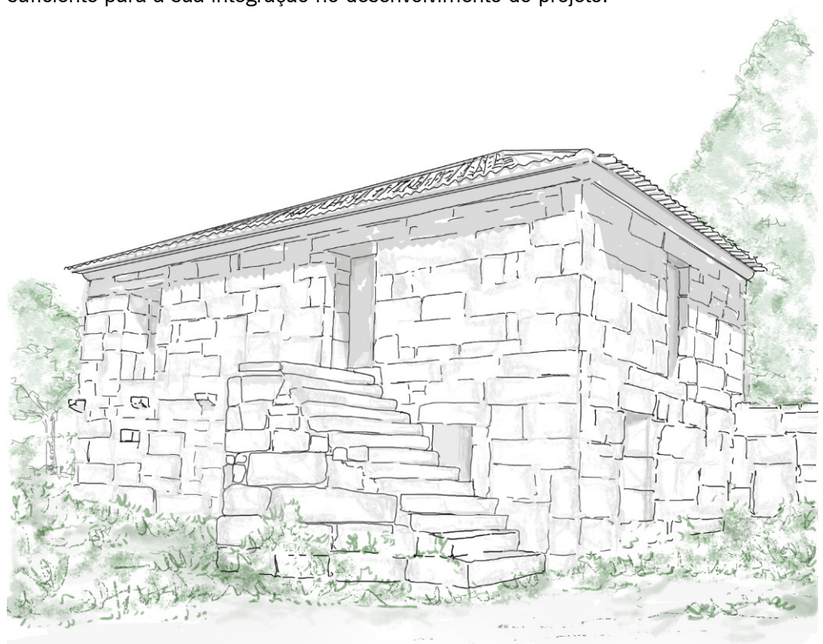


Figura 23_Desenho da casa existente no terreno de intervenção. Elaboração da autora.

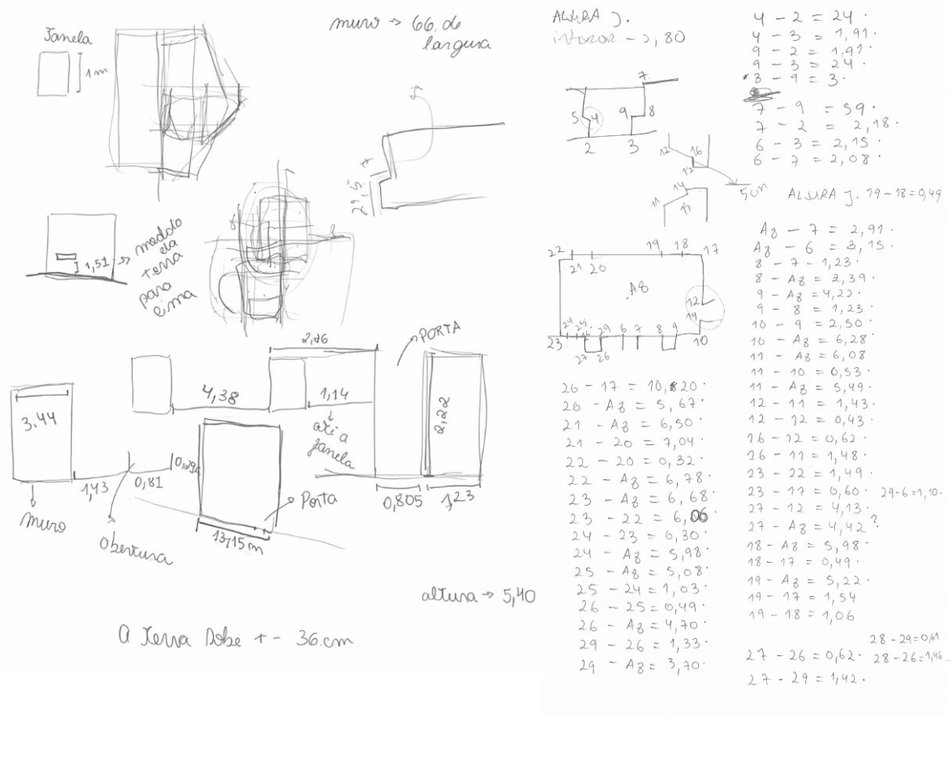


Figura 24_Desenhos e anotações do levantamento da preexistência. Elaboração da autora.



Figura 25_Desenho das ruínas existentes no terreno de intervenção. Elaboração da autora.

Os ajudantes das crianças





Na primeira visita ao terreno, encontrei uma cabra que ainda não tinha nome, tendo posteriormente o Sr. Ricardo decidido chamá-la **Luana**, num gesto simpático que acabou por reforçar a relação pessoal estabelecida com o lugar.







Figura 26_Cabras no terreno de intervenção, 2025. Fotografias da autora.

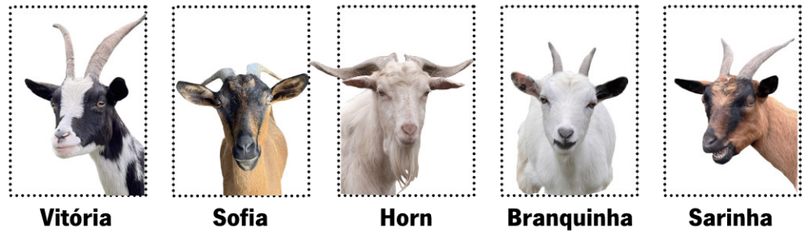


Figura 27_Identificação das cabras presentes no terreno de intervenção. Fotomontagem da autora.

No contexto do projeto, a presença das cabras no terreno ultrapassa a dimensão paisagística, tornando-se parte da experiência quotidiana da casa. Estes "*ajudantes*" introduzem uma forma de relação simples e direta, onde o gesto de alimentar, observar ou apenas estar próximo cria momentos de contacto sem exigência. Para crianças que chegam marcadas por rutura e instabilidade, esta aproximação pode oferecer um primeiro ponto de ligação ao lugar, permitindo que o vínculo surja de forma espontânea. Assim, os animais passam a integrar o ambiente não como elemento decorativo, mas como presença viva, capaz de suavizar a adaptação e tornar o espaço mais habitável.



Figura 28_Cabra Sofia nas ruínas. Fotografia da autora.

Levantamento fotográfico

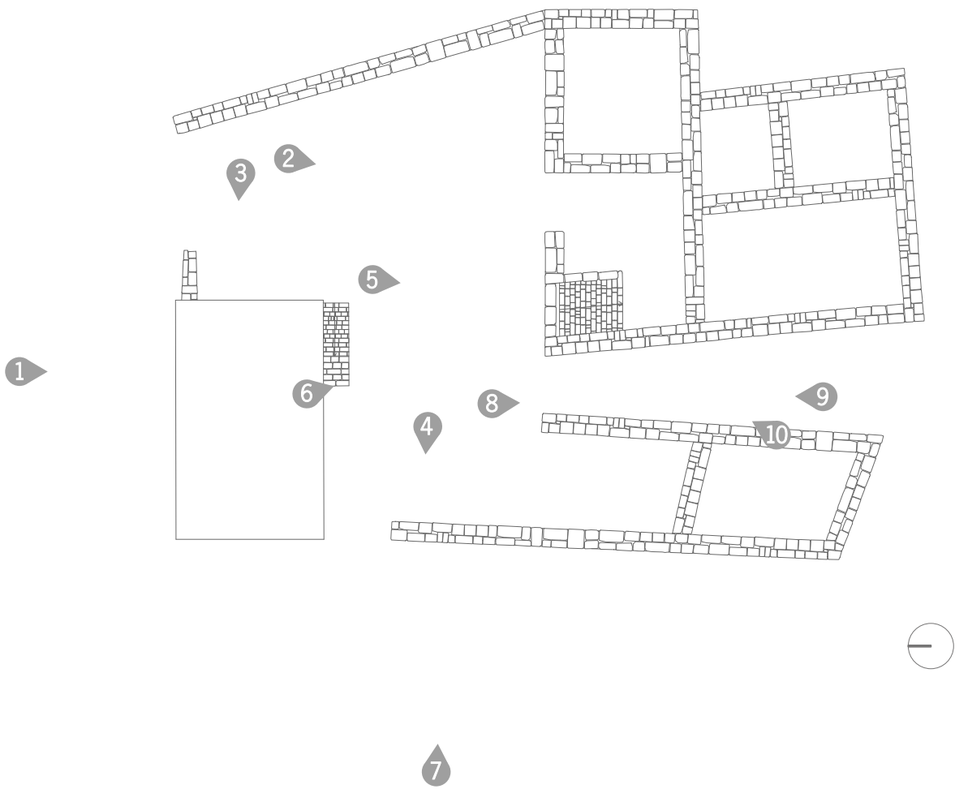


Figura 29_Planta da preexistência no terreno de intervenção. Elaboração da autora.



Figura 30_Registos fotográficos do terreno de intervenção, 2025. Fotografias da autora.

Levantamento fotográfico do interior da casa

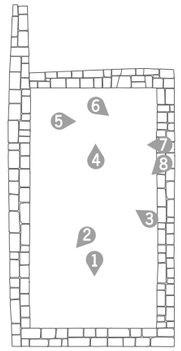
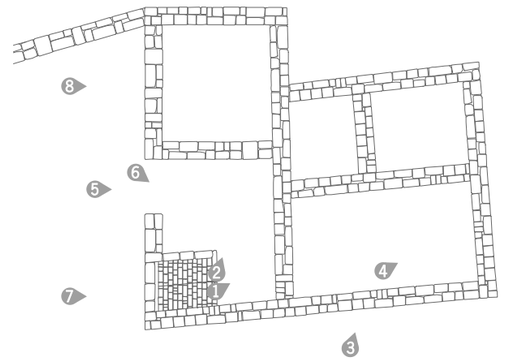




Figura 31_ Interior da casa existente no terreno de intervenção, 2025. Fotografias da autora.

Levantamento fotográfico das ruínas



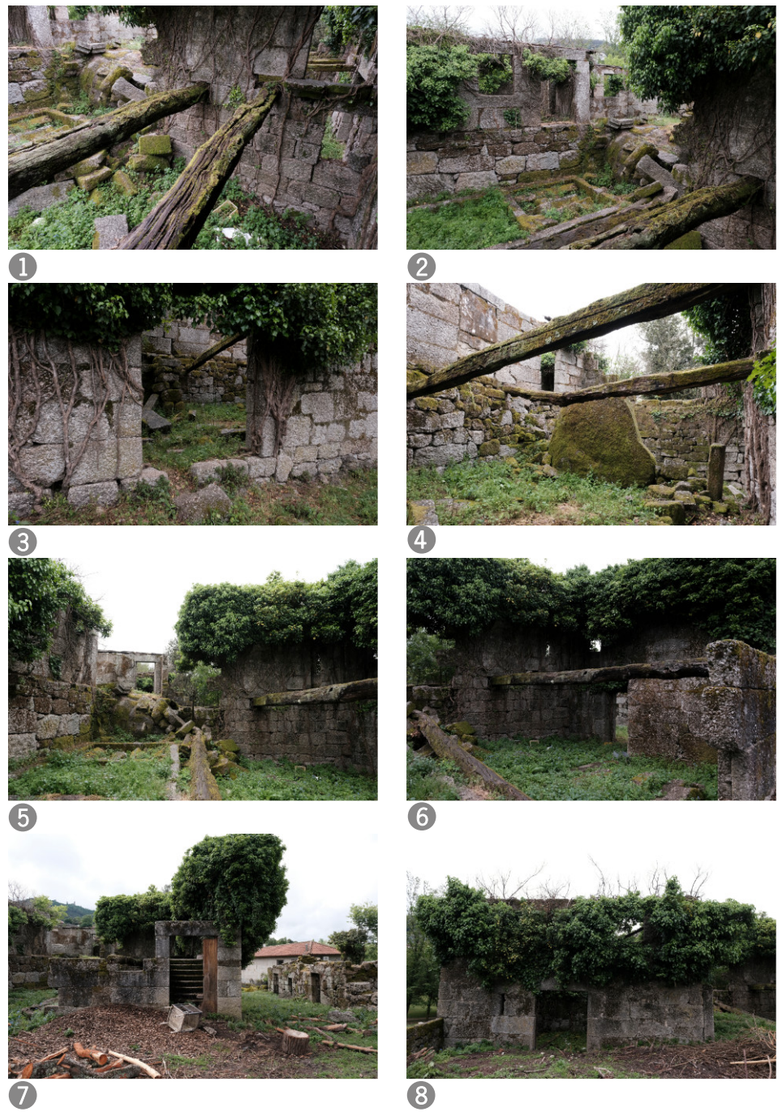


Figura 32_ Ruínas existentes no terreno de intervenção, 2025. Fotografias da autora.

3.2 Um Projeto

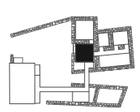
O programa desta casa de acolhimento vai além de uma simples organização funcional de espaços, desenvolve-se como um sistema de relações que procura responder às necessidades emocionais e sociais das crianças e jovens acolhidos. A sua definição nasce do princípio de que habitar, neste contexto, implica reconstruir o sentimento de pertença. Por isso, a arquitetura deve ser capaz de acompanhar as diferentes fases de desenvolvimento e os níveis de autonomia, promovendo formas de relação com o espaço que respeitem a individualidade de cada um.

Mais do que uma divisão rígida, o programa organiza-se como uma sequência de ambientes que estabelecem uma gradação entre o coletivo e o íntimo, permitindo que cada criança encontre o seu próprio ritmo entre a proximidade e o recolhimento. Esta estrutura traduz-se na articulação entre três domínios fundamentais: a área privada, associada ao descanso, à intimidade e à construção da identidade; a área familiar, onde se desenvolvem as dinâmicas de partilha, convivência e rotina; e a área exterior, entendida como extensão do habitar, promovendo o contacto com a natureza, o brincar e a relação com os animais.

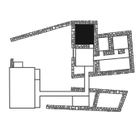
Os diferentes núcleos, espaço de chegada, quartos organizados por faixas etárias, instalações sanitárias, lavandaria e edifício de convívio e refeição, não são apenas respostas programáticas, mas momentos distintos de uma experiência contínua, onde o espaço acompanha os gestos do quotidiano e as necessidades específicas de cada fase da infância e adolescência. A organização por idades permite ajustar níveis de autonomia e privacidade, evitando soluções indiferenciadas e reforçando a identificação com o lugar.

A acessibilidade e os percursos assumem um papel central na construção desta experiência. A existência de dois acessos, um ligado à cidade e outro ao parque, reforça a dupla condição do projeto enquanto lugar de abrigo e espaço aberto à comunidade. No interior, os diferentes percursos permitem múltiplas formas de entrada no espaço doméstico, respondendo aos estados físicos e emocionais das crianças: chegar, recolher, conviver ou simplesmente estar. Esta possibilidade de escolha transforma a circulação num instrumento de apropriação, onde cada percurso corresponde a uma forma de habitar.

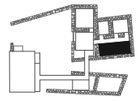
O programa propõe uma arquitetura que se constrói a partir de camadas, entre exterior e interior, entre coletivo e individual, entre instituição e casa, permitindo uma transição gradual que acompanha o processo de adaptação e apropriação do espaço por parte da criança, fazendo com que o espaço não seja somente habitado, mas também reconhecido como lugar.



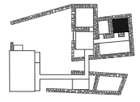
- Entrada



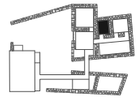
- Quarto 0 - 4 anos



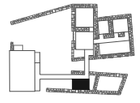
- Quarto 5 - 12 anos



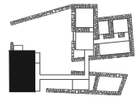
- Quarto 13 - 17 anos



- Casas de banho



- Lavanderia



- Espaços de Estar

Figura 33_ Organização formal do projeto. Elaboração da autora.



Figura 34_ Interior da Escola Imagine Montessori. Gradolí & Sanz, 2022. Fotografia de Mariela Apollonio.



Figura 35_ Sala de aula inspirada no método Montessori.

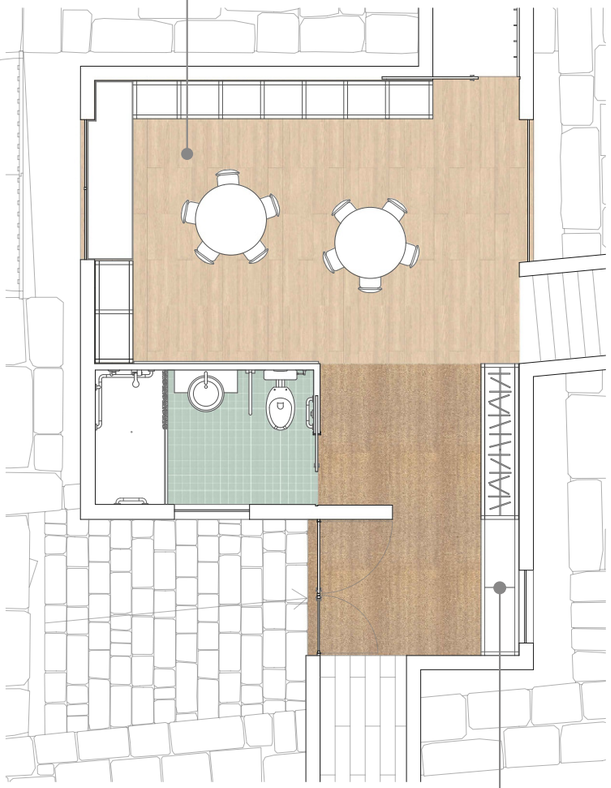
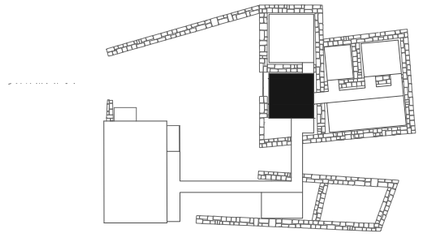




Figura 36_ Espaço de circulação e arrumação infantil no centro infantil em Brooklyn. BAAO, 2021.

O espaço de chegada



O espaço de chegada assume um papel determinante na experiência inicial da criança ou do jovem, funcionando como um momento de transição entre o exterior e o interior da casa, pensado para suavizar o impacto da chegada e permitir uma adaptação progressiva ao novo ambiente. Esta passagem é marcada pelo uso de um tapete de cairo, que ao mesmo tempo que cumpre uma função prática de remoção da sujidade trazida do exterior, introduz de forma subtil a transição entre o espaço público e o espaço doméstico, reforçando a ideia de entrada na casa.

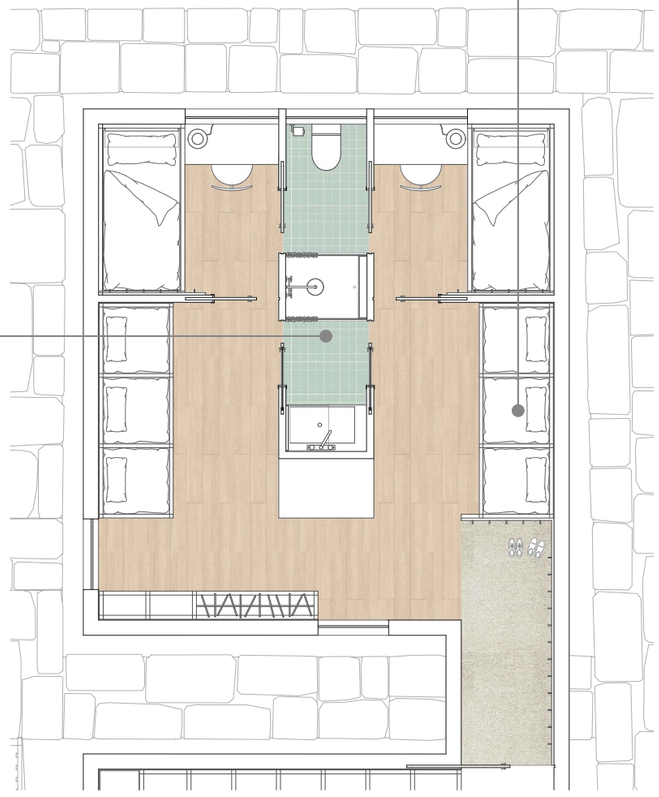
Associados a esta zona, encontram-se uma instalação sanitária acessível, garantindo condições de inclusão, e um espaço de estar destinado às crianças dos 0 aos 4 anos. Este espaço foi concebido de forma a permitir a permanência próxima dos cuidadores, assegurando conforto e segurança numa fase particularmente sensível do desenvolvimento. A presença de elementos naturais, como plantas, contribui para a criação de um ambiente mais acolhedor e tranquilo, aproximando o espaço de uma dimensão doméstica e sensorial.

A conceção deste ambiente inspira-se nos princípios de Maria Montessori[5], que valorizam a relação da criança com o espaço através da autonomia, da exploração e do contacto com elementos vivos. Neste sentido, o espaço procura oferecer uma atmosfera serena e estimulante, onde a criança possa sentir-se protegida, mas também curiosa e aberta à descoberta.

[5] Maria Montessori (1870–1952) foi uma médica e pedagoga italiana que desenvolveu um método educativo baseado na autonomia da criança, na aprendizagem através da experiência e na relação ativa com o ambiente envolvente.



Figura 37_ Estrutura de descanso infantil proposta em *How to Build Your Own Living Structures*. Ken Isaacs, 1974.



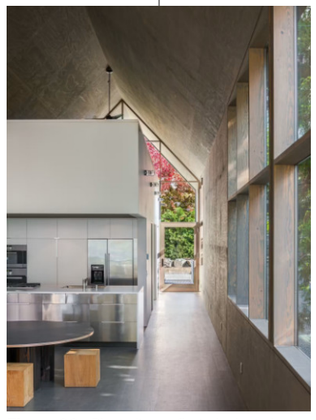
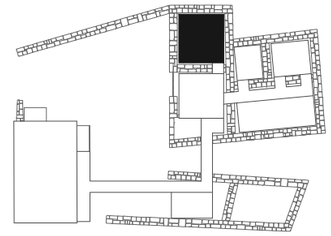


Figura 38_ Planta livre e flexível adaptada a diferentes usos e condições sazonais. Fotografia cedida por Ed Sozinho e Charlie Schuck.

Quarto **0 - 4**



O espaço destinado às crianças dos 0 aos 4 anos garante uma proximidade permanente aos cuidadores e facilita a vigilância, respondendo às exigências específicas da primeira infância. O desenho do espaço baseia-se num sistema modular de berços cujo dimensionamento evolui progressivamente de acordo com a idade e o crescimento da criança, permitindo uma adaptação contínua ao longo do tempo, e uma abertura de entrada com tampa, um exemplo da oportunidade de autonomia. Esta abordagem inspira-se nos princípios apresentados por Ken Isaacs (1974), que defende estruturas habitáveis flexíveis, capazes de acompanhar transformações físicas e funcionais sem perder coerência espacial, e que crianças devem ter acesso a informações e experiências respeitando seu próprio ritmo de assimilação.

À entrada do quarto foi integrado um tapete de alcatifa com propriedades acústicas, concebido para reduzir o ruído provocado pela circulação e evitar perturbações do sono, contribuindo para a criação de uma atmosfera mais tranquila e protetora. No centro do espaço encontra-se um tanque destinado ao banho dos bebés, facilitando os cuidados quotidianos e associado a este elemento, foi previsto um duche acessível, pensado tanto para os cuidadores como para as crianças entre os 2 e os 4 anos que já não utilizam o tanque, permitindo uma transição gradual nas rotinas de cuidado.

O programa integra ainda dois espaços de dormir destinados aos cuidadores, localizados no interior da área dos bebés, garantindo uma presença constante durante os períodos de descanso, sem comprometer a necessária privacidade. Esta organização espacial reforça a proximidade, o cuidado e a proteção, procurando criar um ambiente seguro e emocionalmente estável para as crianças mais pequenas.

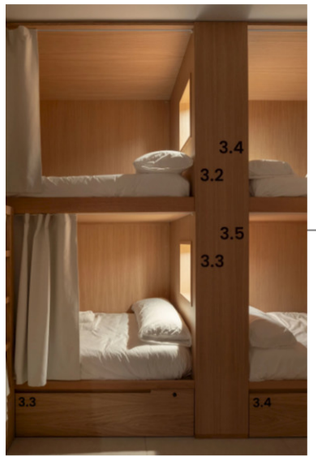


Figura 40_ Camas em nicho no *Kein Hostel*. Koba Interiorismo, 2023.



Figura 39_ Sistema modular da linha de mobiliário *Minmin*. Branka Blasius Bureau, 2013.

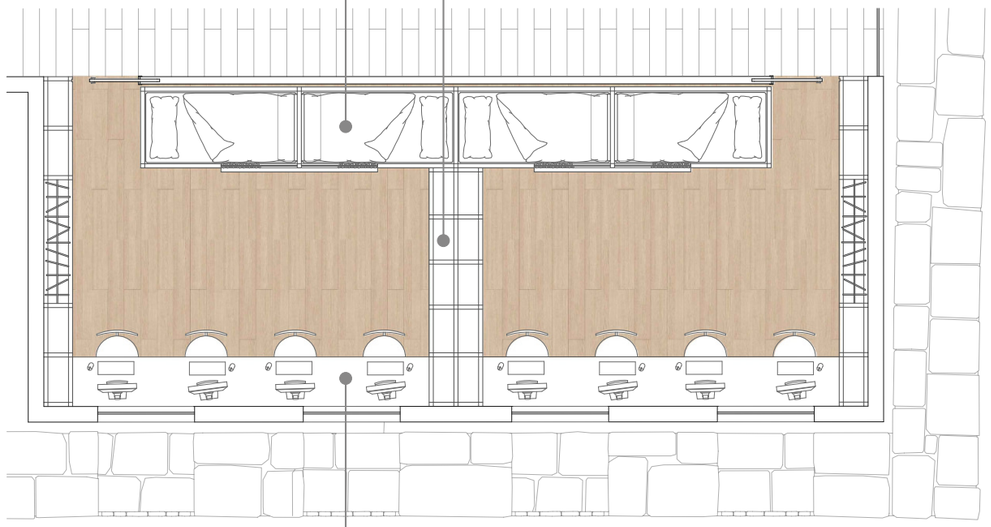
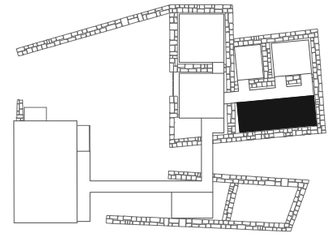




Figura 41_ Nicho de estudo e arrumação integrado em mobiliário infantil. Jessica Ruy Arquitetura, 2021. Fotografia de Carolina Lacaz.

Quarto **5 - 12**



O quarto destinado a crianças entre os 5 e os 12 anos é concebido como um espaço que procura equilibrar a vivência coletiva com a possibilidade de apropriação individual. A sua organização favorece condições adequadas ao descanso, o brincar e o estudo, acompanhando o desenvolvimento progressivo da autonomia.

O programa integra dois quartos com organização e dimensão equivalentes, destinados a meninas e a meninos, garantindo uma distribuição equilibrada e respondendo de forma clara às necessidades deste grupo etário, sem comprometer a flexibilidade de uso e a possibilidade de identificação com o lugar.

As camas inferiores dos beliches são posicionadas a uma altura acessível, permitindo a sua utilização por crianças com mobilidade reduzida e reforçando as condições de uso no quotidiano. A configuração dos beliches contribui também para uma leitura clara do espaço, libertando área central para atividades comuns e incentivando momentos de partilha.

As mesas de estudo encontram-se orientadas para as janelas, privilegiando a entrada de luz natural e a relação visual com o exterior, criando um ambiente mais confortável e estimulante para a concentração. São ajustáveis em altura, permitindo acompanhar o crescimento da criança e garantindo uma utilização adequada ao longo do tempo.

O espaço integra ainda zonas de arrumação individualizadas, que permitem a cada criança organizar os seus objetos pessoais, reforçando o sentido de responsabilidade e pertença. Estes elementos são desenhados à escala do utilizador, facilitando o acesso e a utilização autónoma.



Figura 42_Sistema modular *Kumiki System Stand*. Oficinalab, 2016. Fotografia de Oficinalab.

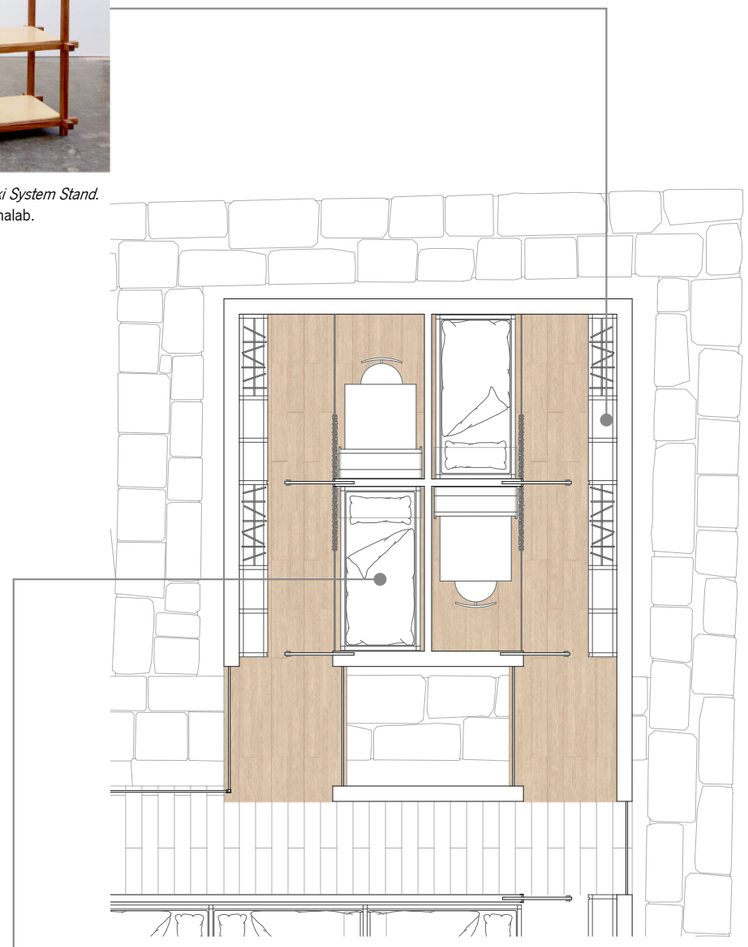
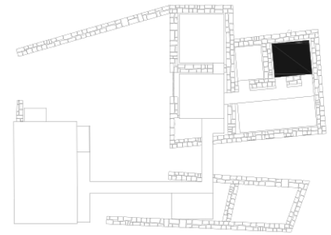






Figura 43_Sistema transformável de mobiliário no projeto *Domestic Transformer*, Hong Kong. Edge Design Institute, 2007.

Quarto **13 - 17**



O quarto destinado a jovens entre os 13 e os 17 anos responde às exigências próprias da adolescência, nomeadamente à necessidade de privacidade, de afirmação da identidade e de maior autonomia. Este espaço foi concebido para permitir um maior grau de personalização, contribuindo para o desenvolvimento do sentido de responsabilidade e para a preparação da transição para a vida adulta. A sua configuração procura equilibrar momentos de recolhimento com a possibilidade de socialização, reconhecendo a diversidade de usos característica desta fase.

A organização assenta num sistema de mobiliário transformável, no qual a cama pode ser elevada e convertida numa mesa de trabalho, permitindo a alternância entre momentos de descanso e de estudo no mesmo espaço. Esta solução possibilita a coexistência de diferentes configurações num único ambiente, promovendo a flexibilidade de uso e a adaptação às rotinas e necessidades do jovem. Para além disso, incentiva uma relação mais ativa com o espaço, em que o utilizador participa diretamente na sua transformação ao longo do dia.

A inspiração para esta estratégia projetual resulta do projeto *Domestic Transformer* (2007), que explora a capacidade de transformação do espaço doméstico através de elementos móveis e multifuncionais, particularmente relevantes em contextos de habitação de pequena escala. Neste caso, essa lógica é reinterpretada como um instrumento de autonomia, permitindo ao jovem transformar o seu próprio espaço e, assim, participar ativamente na forma como o habita.

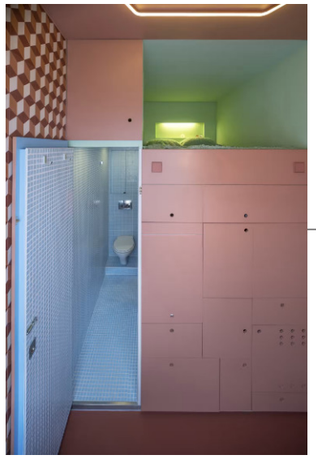
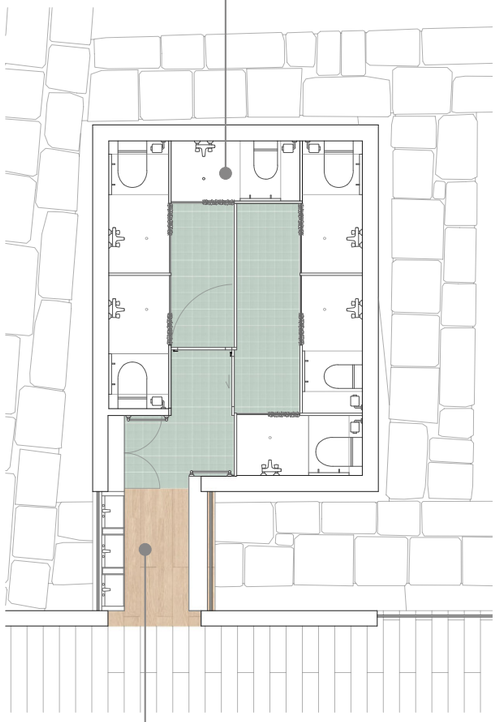


Figura 44_Casa de banho compacta integrada sob a plataforma elevada de descanso no projeto *The Cabanon*, Rotterdam. STAR strategies + architecture e BOARD, 2014–2023. Fotografia de Ossip van Duivenbode.



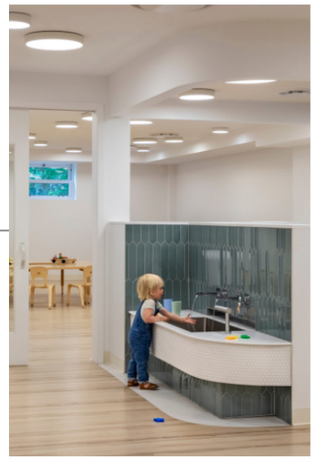
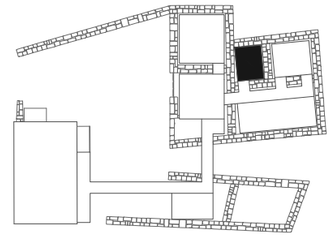


Figura 45_Lavatório infantil integrado em espaço educativo no centro infantil em Brooklyn. BAAO, 2021.

Casas de banho



As instalações sanitárias foram pensadas à escala da criança, de forma a facilitar o uso diário com conforto e confiança. O espaço organiza-se em cabines separadas para rapazes e raparigas, garantindo privacidade e uma leitura simples do ambiente.

Os equipamentos acompanham diferentes fases de crescimento, com sanitários em dois tamanhos e lavatórios a três alturas distintas, permitindo que cada criança utilize o espaço de forma intuitiva e progressivamente mais independente.

No interior das cabines, foram introduzidos elementos que respondem a várias necessidades do dia a dia. Cada uma integra uma tábua articulada que, quando levantada, permite pendurar a toalha; quando rebatida, funciona como apoio para a roupa. Esta peça pode ainda assumir a função de pequeno banco, facilitando o momento de troca e oferecendo maior estabilidade às crianças.



Figura 46_Cesto de roupa móvel em estrutura metálica e tecido.

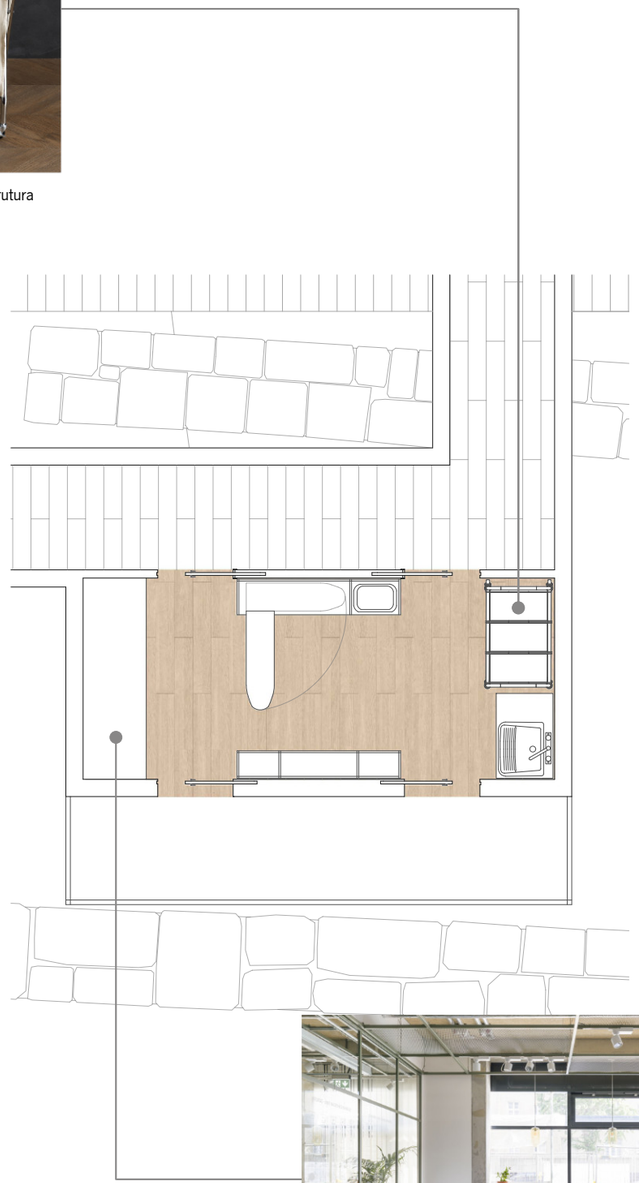
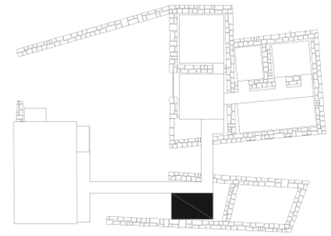




Figura 47_Lavandaria coletiva com bancadas de apoio e máquinas de lavar integradas. BRIQ, Berlim, 2018.

Lavanderia



A lavandaria constitui uma área de apoio essencial ao funcionamento do quotidiano da casa de acolhimento, assegurando a autonomia do edifício e a organização das rotinas domésticas. Para além da sua função prática, este espaço assume também uma dimensão pedagógica, ao incentivar a participação progressiva dos jovens nas tarefas do dia a dia.

A sua organização integra um sistema simples de separação da roupa, através de um carrinho com três cestos destinados a peças claras, escuras e coloridas, promovendo a aprendizagem de hábitos de cuidado e responsabilidade. O espaço inclui ainda mobiliário acessível, permitindo aos jovens recolher a roupa lavada e transportá-la até aos seus quartos, reforçando a autonomia e a gestão dos seus próprios pertences.

Desta forma, ela deixa de ser apenas um espaço técnico, tornando-se parte integrante do processo educativo, onde o quotidiano se transforma numa oportunidade de aprendizagem e preparação para a vida autónoma.



Figura 48_ Escada com arrumação integrada em estrutura interior de madeira. Atelier Bow-Wow, Tóquio, 2016.



Figura 49_ Espaço de refeição infantil. IK Nursery, HIBINOSEKKEI+Youji no Shiro, Mito, Japão, 2021.

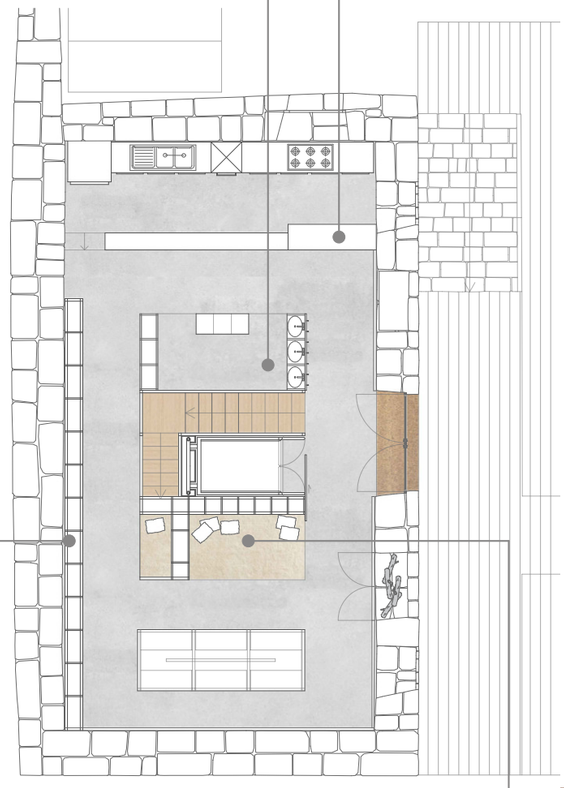


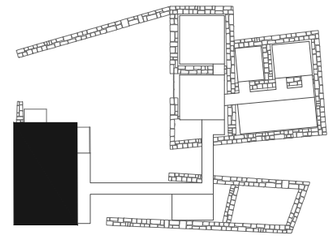


Figura 50_ Estante modular em madeira integrada em espaço infantil doméstico, 2022. Fotografia de Josep Ferrando.



Figura 51_ Espaço de leitura integrado em estrutura modular de madeira. Shulin Architectural Design, 2018. Fotografias de Yilong Zhao e Lin Chen.

Espaços de Estar



O edifício de convívio e refeição assume-se como o núcleo social e comunitário da casa de acolhimento, concentrando os principais espaços de encontro, partilha e vida coletiva. Desenvolvido em três pisos, organiza-se verticalmente, articulando diferentes níveis de interação e usos complementares.

No piso térreo, localiza-se a cozinha, concebida como um espaço aberto e participativo, onde o ato de cozinhar se aproxima do momento da refeição. Apresenta um balcão e uma mesa destinada às crianças mais pequenas, promovendo a interação e a aprendizagem no quotidiano, e em frente, a despensa garante funcionalidade e apoio direto às atividades diárias. Ainda neste piso, desenvolve-se o núcleo de circulação vertical, composto por escadas e uma plataforma elevatória, assegurando a acessibilidade universal a todos os níveis do edifício. A biblioteca surge integrada neste ambiente, permitindo o acesso a livros, incluindo livros de receitas, e reforçando a dimensão educativa e partilhada do espaço.

A este conjunto associa-se uma mesa de jantar modular, desenhada especificamente no âmbito do projeto, cuja configuração permite integrar os bancos no seu interior quando não estão em uso, libertando a área envolvente e permitindo uma maior flexibilidade na utilização do espaço. Esta solução procura responder às diferentes dinâmicas do quotidiano, possibilitando uma rápida transformação entre momentos de refeição e outras atividades coletivas. Para além disso, o seu desenho reforça a ideia de unidade e organização, contribuindo para uma leitura mais limpa do espaço e incentivando uma utilização partilhada e intuitiva por parte das crianças e jovens.



Figura 53_ Banco modular *AA Color* desenvolvido pelo Ishinomaki Workshop em colaboração com Calvin Ho, 2016. Fotografia de Masaki Ogawa.



Figura 52_ Estrutura móvel em madeira utilizada como oficina e espaço de encontro comunitário, 2012.

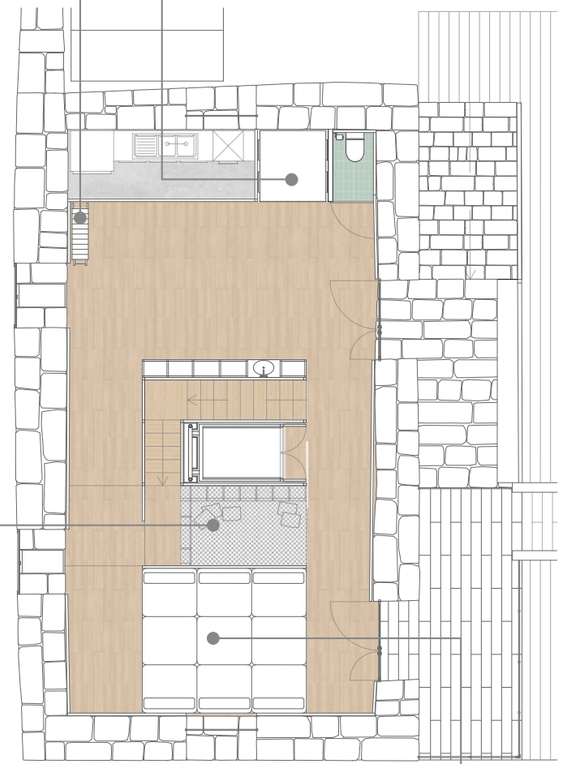




Figura 54_ Rede suspensa de circulação e brincadeira no Jardim de Infância e Creche SH. HIBINOSEKKEI + Youji no Shiro, Toyama, 2020.



Figura 55_ Plataforma elevada com almofadas sobre base de madeira compensada, utilizada como espaço partilhado de leitura e convívio. Hakorinove, Osaka.

No piso intermédio, o edifício integra uma instalação sanitária e um cubo multifuncional concebido para assumir diferentes funções ao longo do dia, funcionando como mesa de actividades, suporte a acções pedagógicas e espaço de reunião. Dotado de rodízios, este elemento móvel foi pensado para garantir a máxima flexibilidade do espaço: quando não está a ser utilizado, recolhe-se e encaixa numa área específica, libertando a planta e ampliando a área disponível; quando necessário, pode ser deslocado para o centro do espaço, assumindo um papel central na organização das diferentes actividades. Complementando este núcleo funcional, existe ainda um móvel de arrumação e um lavatório de apoio, concebidos para responder tanto às necessidades associadas à instalação sanitária como às actividades do quotidiano, promovendo uma utilização versátil e adaptável.

A circulação estabelece uma relação visual com a biblioteca através de uma rede suspensa, criando um espaço lúdico e informal de permanência, associado a uma zona de estar que favorece o convívio e o descanso. Ao longo das paredes de pedra foi igualmente prevista uma guarda contínua com cerca de um metro de altura, concebida para proteger as crianças do contacto directo com as superfícies mais irregulares da construção existente, contribuindo simultaneamente para a segurança e o conforto na utilização do espaço. Neste piso foi ainda concebido um sofá contínuo, desenhado à escala das diferentes faixas etárias das crianças, que integra compartimentos de arrumação, permitindo a organização de objectos e materiais e reforçando a apropriação do espaço pelos seus utilizadores.



Figura 56_ Espaço de permanência infantil sob cobertura inclinada em madeira, integrado à área de brincar e descanso. Casa de Campo Armstrong, Studio Peter Braithwaite, Peterborough, Canadá, 2024.



Figura 57_ Plataforma de trabalho suspensa integrada à biblioteca doméstica. *Maison à Bordeaux*, OMA, França, 1994–1998.

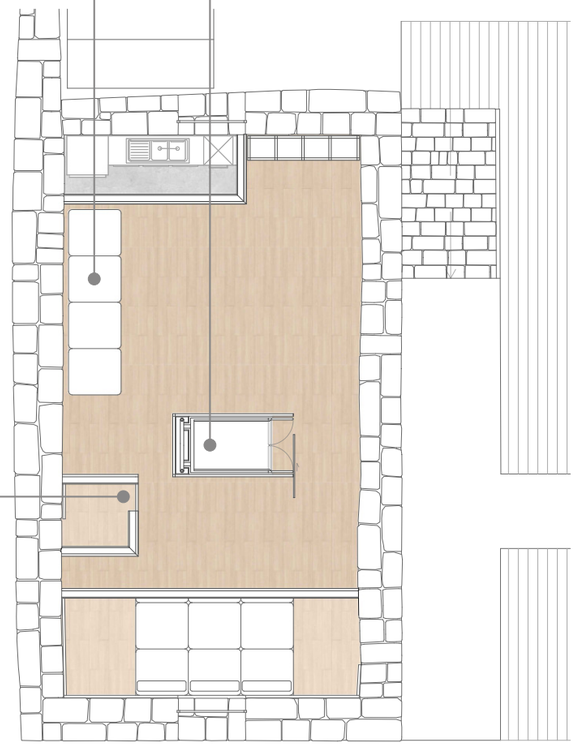
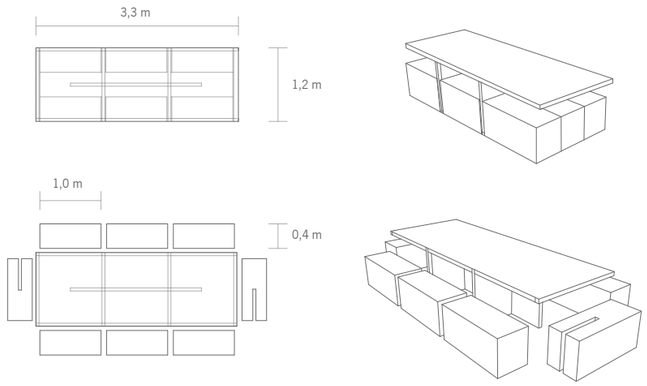




Figura 58_ Estante modular em madeira incorporada ao espaço doméstico, utilizada pelas crianças como escada. Renovação em Komagatani, Osaka, Japão, 2018.

No piso superior, a casa culmina num espaço multiusos de carácter flexível, concebido para acolher diversas atividades ao longo do dia, desde momentos de expressão criativa a situações de convívio ou uso informal. A sua configuração aberta permite uma adaptação contínua às necessidades dos utilizadores, funcionando como um espaço disponível à apropriação e à transformação. Mais do que organizar um conjunto de funções, este nível procura oferecer um espaço aberto a diferentes formas de utilização, onde a flexibilidade e a proximidade entre os utilizadores favorecem a construção de uma vivência comum. A plataforma elevatória, inspirada na *Maison à Bordeaux* (OMA, 1994–1998), integra-se neste percurso como um elemento ativo da vivência da casa, permitindo que crianças e jovens com mobilidade reduzida possam utilizar e experienciar os três pisos de forma autónoma e integrada no quotidiano coletivo.

Mesa Modular



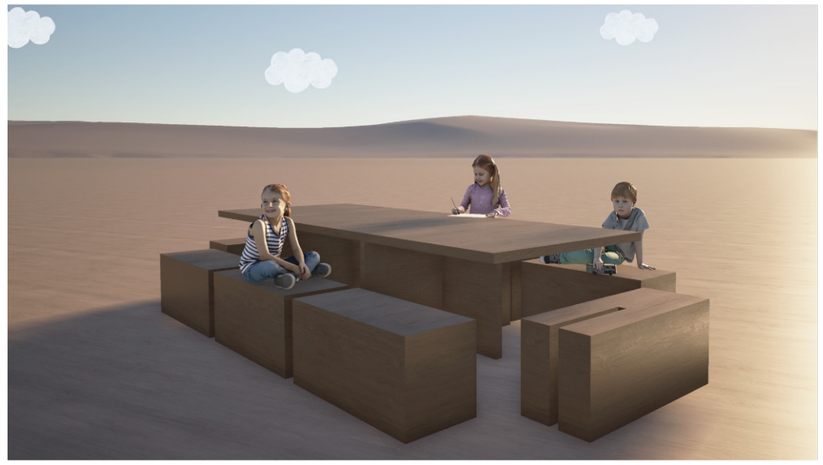


Figura 59_ Plantas técnicas e perspectivas 3D da mesa modular em configurações aberta e fechada, escala 1:100. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 60_ Perspectiva 3D da mesa modular em uso. Fonte: Elaborado pela autora.

Cubo Multiusos

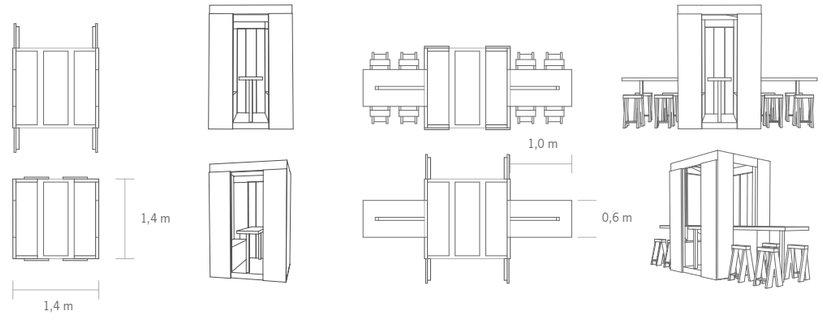
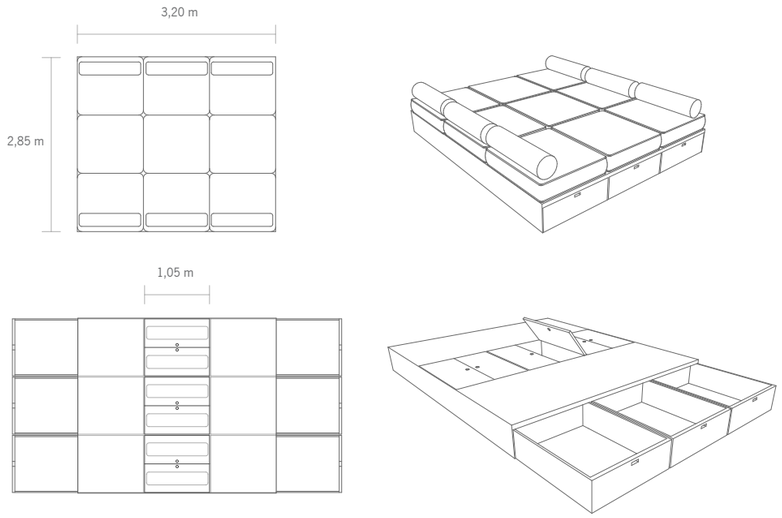




Figura 61_ Plantas técnicas e perspectivas 3D do cubo multiusos em configurações aberta e fechada, escala 1:100. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 62_ Perspectiva 3D do cubo multiusos modular em uso. Fonte: Elaborado pela autora.

Sofá



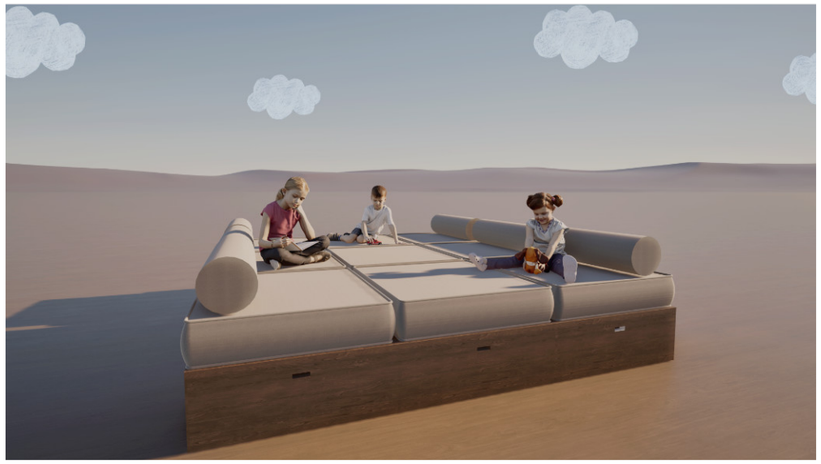


Figura 63_ Plantas técnicas e perspectivas 3D do sofá em configurações aberta e fechada, escala 1:100. Fonte: Elaborado pela autora.
Figura 64_ Perspectiva 3D do sofá em uso. Fonte: Elaborado pela autora.

Pormenores construtivos

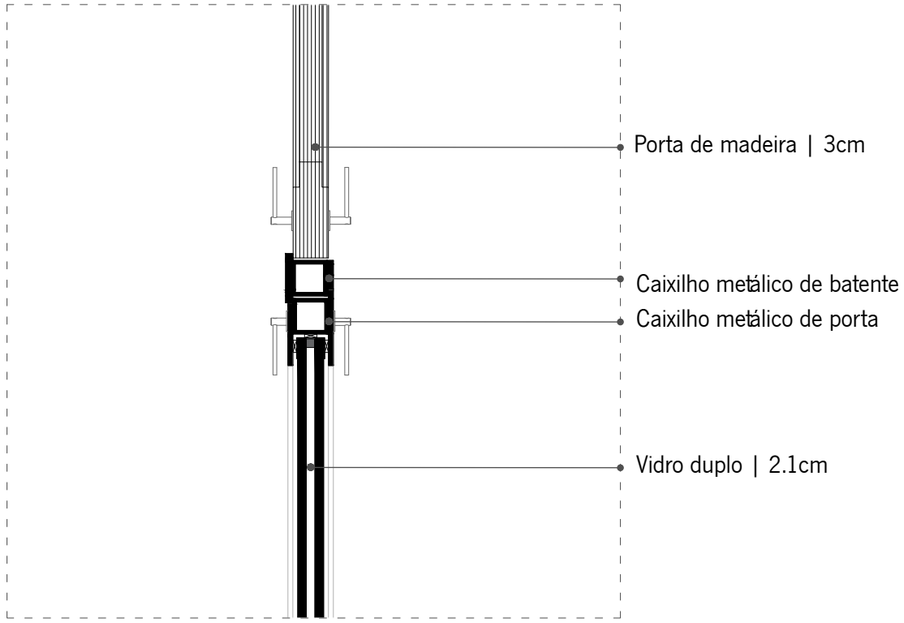


Figura 65_ Pormenor construtivo P1. Fonte: Elaborado pela autora.

P1

O pormenor P1 representa o encontro entre dois caixilhos metálicos, integrando uma porta e um sistema envidraçado. A porta de madeira com 3 cm funciona como elemento de fechamento, garantindo resistência e privacidade, enquanto o vidro duplo (2,1 cm) assegura isolamento térmico e acústico, reduzindo perdas energéticas e ruído exterior. Os caixilhos metálicos, tanto o de batente como o da porta, garantem a fixação e estabilidade dos elementos, além de contribuírem para a durabilidade do sistema. Este conjunto permite uma solução leve, com boa estanqueidade e desempenho, conciliando transparência e proteção.

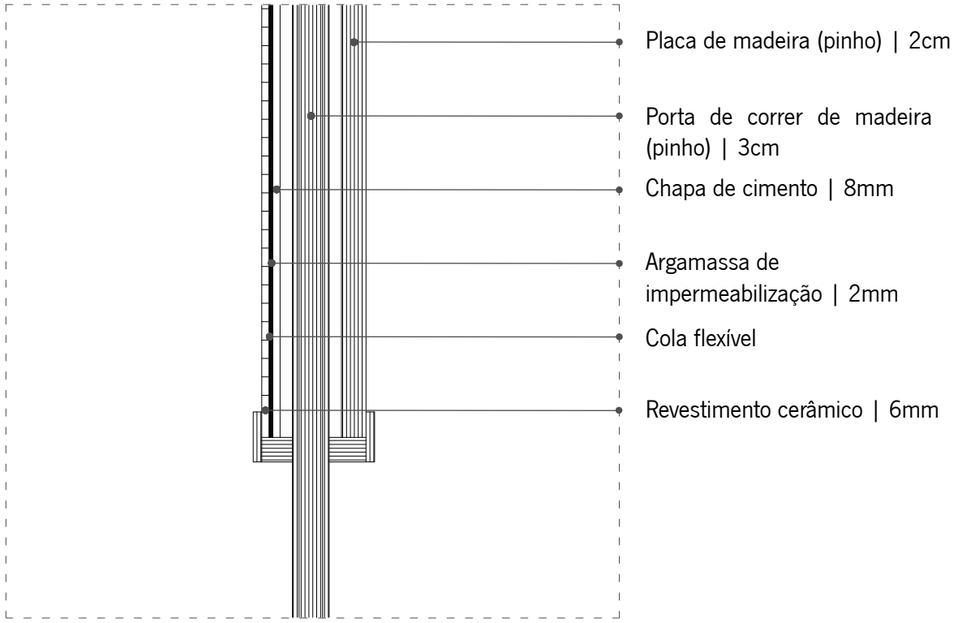


Figura 66_ Pormenor construtivo P2. Fonte: Elaborado pela autora.

P2

O pormenor P2 refere-se a uma porta de correr em madeira integrada numa parede com revestimento cerâmico. A porta de correr em pinho (3 cm) permite otimizar o espaço, sendo uma solução funcional para zonas com menor área disponível. A placa de madeira (2 cm) funciona como suporte estrutural. A chapa de cimento (8 mm) serve de base resistente à humidade, sendo essencial em zonas húmidas. Sobre esta, aplica-se uma argamassa de impermeabilização (2 mm), que impede a infiltração de água, garantindo a durabilidade do sistema. A cola flexível permite acomodar pequenas deformações sem fissurar, e o revestimento cerâmico (6 mm) constitui o acabamento final, resistente e de fácil manutenção.

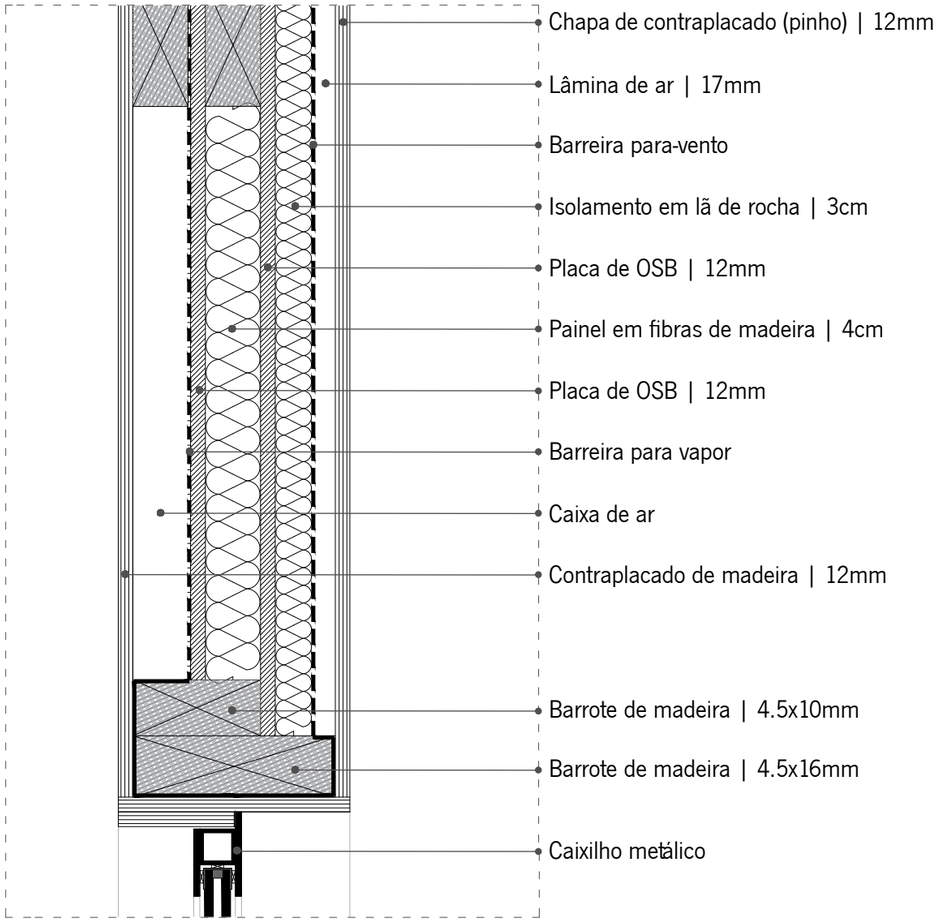


Figura 67_ Pormenor construtivo P3. Fonte: Elaborado pela autora.

P3

Este pormenor construtivo representa uma parede em estrutura de madeira, concebida para garantir conforto térmico e proteção contra a humidade. A composição inclui um revestimento exterior em contraplacado de pinho, uma lâmina de ar ventilada e uma barreira para-vento, que envolve também os barrotes de madeira, protegendo-os da humidade e aumentando a sua durabilidade. A parede integra ainda isolamento em lã de rocha, placas de OSB e um painel de fibras de madeira, melhorando o desempenho térmico e acústico. No interior, a barreira para vapor, a caixa de ar técnica e o revestimento em contraplacado de madeira asseguram a proteção e o acabamento da solução. Na base, os barrotes de madeira garantem o suporte da estrutura, sendo que o barrote de menor secção funciona como reforço do vão.

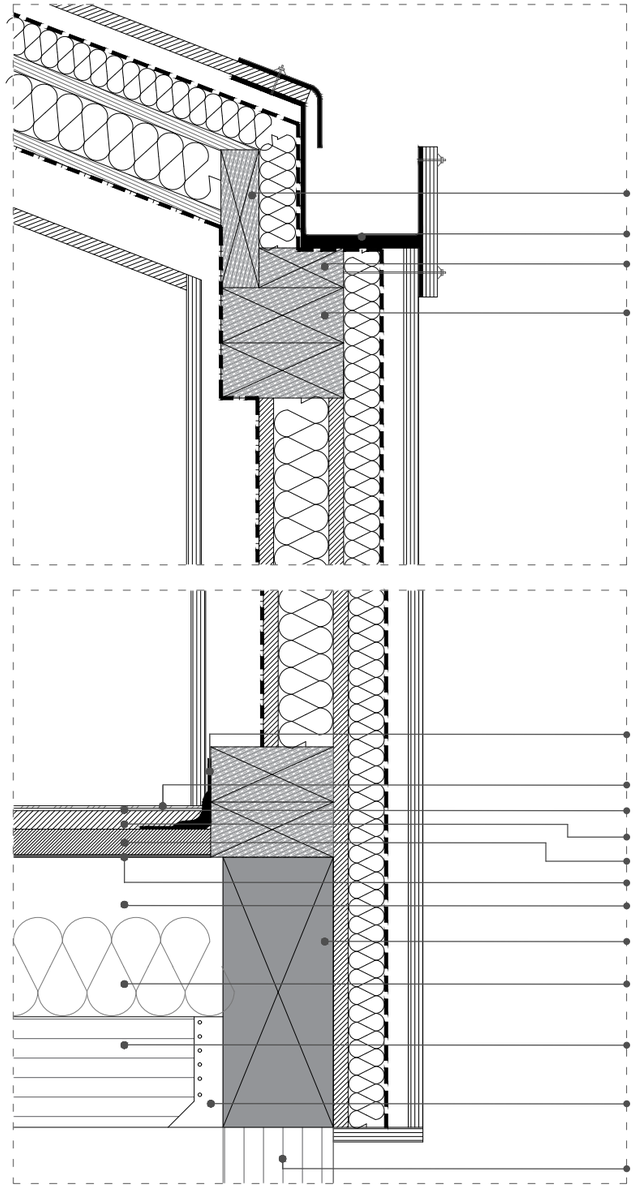


Figura 68_ Pormenor construtivo P4. Fonte: Elaborado pela autora.

P4

O pormenor P4 representa a ligação entre a cobertura inclinada e a parede exterior, integrando uma caleira para a recolha e drenagem das águas pluviais. A estrutura é constituída por barrotes de madeira de diferentes secções, que garantem o suporte da cobertura e a continuidade estrutural do conjunto. Na zona inferior, observa-se a ligação da laje de pavimento à estrutura vertical em madeira, através de vigas apoiadas em sapatas metálicas com abas externas, responsáveis pelo seu suporte e fixação. A solução é complementada por isolamento em lã de rocha, painéis OSB e manta acústica, assegurando um adequado desempenho térmico e acústico.

Considerações Finais

A presente dissertação partiu da necessidade de compreender de que modo a arquitetura pode responder, às problemáticas associadas ao acolhimento residencial infantil, num contexto marcado por ruturas biográficas, vulnerabilidade emocional e ausência de um núcleo familiar estável.

Ao longo da investigação, tornou-se evidente que o espaço arquitetónico não constitui um elemento neutro, mas um agente ativo que influencia profundamente a experiência espacial, emocional e relacional da criança. Assim, investigação deixou de se centrar apenas na análise crítica dos modelos existentes, passando a assumir uma dimensão propositiva, onde a arquitetura é entendida como um instrumento capaz de transformar a experiência do acolhimento. Este deslocamento da análise para a proposta permitiu estruturar a dissertação como um processo contínuo entre teoria e projeto, onde cada decisão espacial resulta diretamente das problemáticas identificadas.

Ao analisar alguns modelos tradicionais de acolhimento infantil, constatou-se que as soluções historicamente associadas aos orfanatos e a instituições de grande escala tendem a produzir ambientes marcados pela rigidez funcional e pela ausência



Figura 73_Autora da pesquisa durante o reconhecimento do local de estudo. Fotografia de Célia Barbosa.

de referências afetivas. Estas configurações privilegiam a lógica do controlo e da eficiência institucional, afastando-se da dimensão doméstica do habitar e comprometendo a construção de vínculos, o sentimento de pertença e a segurança emocional. Assim, estes modelos não só falham em responder às necessidades da criança, como, em muitos casos, reforçam os efeitos da rutura inicial.

Perante este cenário, a proposta aqui desenvolvida procura uma alternativa baseada na reinterpretação da casa de acolhimento como um espaço doméstico, flexível e sensível à experiência da criança. A organização espacial foi pensada para permitir a alternância entre diferentes atmosferas: zonas mais íntimas, onde a privacidade e o recolhimento convidam ao descanso, e espaços comuns, onde a convivência e a partilha promovem a construção de vínculos afetivos. Esta articulação entre o individual e o coletivo permite que cada criança encontre o seu lugar dentro da casa, sem perder a relação com o grupo.

A flexibilidade assume-se como princípio estruturante, permitindo que o espaço acompanhe diferentes idades e formas de habitar. Esta adaptabilidade transforma a casa num organismo vivo, capaz de evoluir com quem a habita e de responder às mudanças ao longo do tempo.

Neste enquadramento, a integração dos princípios da arquitetura informada pelo trauma revela-se particularmente relevante. Crianças que vivenciaram situações traumáticas apresentam frequentemente estados elevados de ansiedade, hipervigilância e dificuldade em estabelecer relações de confiança. Assim, o espaço arquitetónico deve atuar como um elemento de estabilização, promovendo segurança, previsibilidade e controlo.

A clareza e legibilidade dos espaços tornam-se fundamentais, evitando zonas ambíguas ou ocultas e privilegiando ambientes onde a criança possa compreender facilmente o que a rodeia. A utilização de luz natural, materiais naturais e cores suaves contribui para a redução de estímulos agressivos, enquanto a organização espacial intuitiva e a repetição de elementos reforçam a previsibilidade do ambiente envolvente. Em contextos marcados pelo trauma, saber “o que esperar” do espaço torna-se um fator essencial para a construção de segurança psicológica duradoura.

Paralelamente, a possibilidade de escolha assume um papel determinante. A existência de diferentes formas de uso, espaços multifuncionais e ambientes apropriáveis devolve à criança uma sensação de controlo frequentemente comprometida pelas suas experiências anteriores. A criação de espaços de refúgio, como nichos e recantos, permite momentos de autorregulação emocional, sem romper a ligação com o espaço coletivo.

A estratégia projetual assenta numa arquitetura em camadas, onde diferentes níveis espaciais constroem progressivamente um ambiente de proteção e pertença. A ruína existente é preservada como memória do lugar e como uma envolvente que acolhe a nova casa. No interior deste volume surgem pequenas estruturas que funcionam como micro-arquiteturas à escala do corpo, convidando à apropriação, ao refúgio e à interação.

O projeto organiza-se como uma sequência de "caixas dentro de caixas": da ruína à casa, e da casa aos espaços mais íntimos. Tal como a arquitetura se constrói por camadas, também a criança encontra aqui a possibilidade de reconstruir, de forma gradual, o seu próprio sentido de habitar, unindo simbolicamente o espaço ao seu processo de crescimento.

A partir destas premissas, foram identificados critérios fundamentais para a conceção de casas de acolhimento infantil: a adoção de uma escala doméstica; a criação de espaços legíveis e seguros; a possibilidade de apropriação individual; a existência de uma gradação entre espaços íntimos e coletivos; a flexibilidade programática; a integração de elementos naturais; a incorporação de espaços de refúgio; e a valorização do quotidiano como processo educativo e relacional.

Em síntese, esta dissertação procura demonstrar que os modelos tradicionais de acolhimento infantil podem influenciar negativamente a experiência espacial e emocional da criança, ao privilegiarem lógicas institucionais em detrimento da escala doméstica. A proposta desenvolvida evidencia o contrario. Procura mostrar que a arquitetura, quando pensada a partir da criança, das suas necessidades e da sua relação com o espaço, pode contribuir para a criação de ambientes mais seguros, apropriáveis e emocionalmente significativos.

Do ponto de vista da aplicabilidade, o modelo proposto salienta a necessidade de conceber casas de acolhimento a partir de uma leitura sensível do lugar, privilegiando contextos que permitam adaptação, integração e flexibilidade. Não se trata de um modelo rígido, mas de um conjunto de princípios que podem ser reinterpretados de acordo com cada realidade.

No entanto, importa reconhecer que a arquitetura, por si só, não resolve as problemáticas estruturais do sistema de acolhimento. A transformação depende de políticas públicas, investimento social e de uma mudança de paradigma no modo como a infância em risco é entendida. Ainda assim, a crescente consciência da importância da qualidade do cuidado abre espaço para intervenções mais sensíveis e informadas.

Neste cenário, a arquitetura assume um papel simultaneamente limitado e essencial: não como solução total, mas como condição necessária para a construção de ambientes mais dignos, humanos e significativos. Mais do que desenhar edifícios, trata-se de criar lugares onde a infância possa continuar a acontecer, mesmo quando tudo o resto falhou. Lugares onde o espaço não impõe, mas acolhe; onde não se vive apenas de forma provisória, mas onde se pode, ainda assim, construir memória.

Porque, no fundo, habitar não é apenas ocupar um espaço, é poder reconhecê-lo como parte de si. E é nesse reconhecimento que reside a possibilidade de recomeçar.

Referencias bibliograficas

Ariès, P. (1981). História social da criança e da família. Relógio d'Água.

Berridge, D. (2012). Educating young people in care: What have we learned? Children and Youth Services Review, 34(6), 1171–1175.

Bertão, A., et al. (2015). Acolhimento familiar: contributos para a proteção de crianças e jovens. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Boswell, J. (1999). A bondade dos estranhos: O abandono de crianças na Europa Ocidental desde a Antiguidade Tardia até o Renascimento. São Paulo: Companhia das Letras.

Bowlby, J. (1988). A secure base: Parent-child attachment and healthy human development. Routledge.

CELCIS. (2013). Improving the wellbeing of children in care. University of Strathclyde.

Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU. (1989). Nações Unidas.

Delgado, P., Oliveira, I., Carvalho, J., Correia, I., & Campos, J. (2019). Acolhimento de crianças e jovens: práticas, desafios e contextos educativos. Lisboa: Pactor.

Dockar-Drysdale, B. (1978). Therapy in child care. London: Longman.

European Commission Daphne Programme. (2007). De-institutionalisation and community living: Outcomes and costs. European Commission.

European Expert Group on the Transition from Institutional to Community-based Care. (2012). Common European guidelines on the transition from institutional to community-based care. European Commission.

Fine, A. H. (2019). Handbook on animal-assisted therapy (5th ed.). Academic Press.

Fonte, T. A. (2005). No limiar da honra e da pobreza: A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698–1924). Areosa: Impressão Ofilito.

Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago. (Edição standard brasileira).

Gavitt, P. (1990). Charity and children in Renaissance Florence: The Ospedale degli Innocenti, 1410–1536. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Gehl, J. (2010). Cities for people. Island Press.

Goldsmith, W. (s.d.). [Título ou descrição da ilustração]. Recuperado de http://www.williamgoldsmith.co.uk/

Hertzberger, H. (2005). Lessons for students in architecture. 010 Publishers.

Heywood, C. (2001). A history of childhood: Children and childhood in the West from medieval to modern times. Polity Press.

Instituto da Segurança Social. (2020). Relatório CASA 2019: Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens em Portugal. ISS, I.P.

Instituto da Segurança Social. (2024). Relatório CASA 2024: Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens em Portugal. ISS, I.P.

Llosada-Gistau, J., Montserrat, C., & Casas, F. (2017). Educational outcomes of children in residential care: A systematic review. Children and Youth Services Review, 79, 385–395.

M Architects + Planners. (2015). Shelter Home Sibbe. Maastricht: M Architects + Planners.

Montessori, M. (1967). The absorbent mind. Holt, Rinehart and Winston.

Montessori, M. (1967). The discovery of the child. New York: Ballantine Books.

Mota, C. P. (2021). Crianças, jovens e cuidadores no acolhimento residencial. Lisboa: Pactor.

Naumann Architektur. (2007). Unser S(ch)austall.

ONU. (1989). Convenção sobre os Direitos da Criança. Nações Unidas.

Pallasmaa, J. (2012). The eyes of the skin: Architecture and the senses (3rd ed.). Wiley.

Pires, J. (2010). Caminhos históricos e servidões rurais no território português. DGOTDU.

Portugal. (2015). Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Diário da República, 1.ª série.

Portugal. (2019). Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro. Diário da República, 1.ª série.

Schneider, D., & Mancey, S. M. (2002). Foundlings, asylums, almshouses and orphanages: Early roots of child protection. Middle States Geographer, 35, 92–100.

SOS Children's Villages International. (2020). Child care and protection: SOS Children's Villages care model. Innsbruck: SOS Children's Villages International.

UNICEF. (2011). Children in institutions: The beginning of the end? Florence: UNICEF Office of Research.

UNICEF. (2021). Children in alternative care: Regional overview – Europe and Central Asia. Geneva: UNICEF Regional Office for Europe and Central Asia.

van Eyck, A. (2008). Collected articles and other writings 1947–1998. SUN Publishers.

Winnicott, D. W. (1983). O ambiente e os processos de maturação. Artmed.

Zumthor, P. (2006). Atmosferas. Barcelona: Gustavo Gili.

Índice de Figuras

p.18 **Figura 1_** Cabra Sofia nas ruínas, 2025. Fonte: De autoria propria.

p.20 **Figura 2_**Vista da casa presente no terreno de intervenção, 2025. Fonte: De autoria propria.

p.24 **Figura 3_**Vista aérea do pátio do Foundling Hospital, Holborn, Londres. Gravura de B. Cole, 1754. Fonte: Wellcome Collection. Disponível em: wellcomecollection.org/works/utjb43u8

p.24 **Figura 4_**Ospedale degli Innocenti, Florença. Filippo Brunelleschi, 1419–1427. Fotografia de Thomas Leslie. Fonte: e-flux Architecture. Disponível em: https://www.e-flux.com/architecture/treatment/649392/ospedale-degli-innocenti-the-loggia-and-the-creation-of-the-public-sphere

p.24 **Figura 5_**Ambiente montessoriano em Barcelona, 1932. Fonte: Lar Montessori. Disponível em: https://larmontessori.com

p.26 **Figura 6_**Maria Montessori em visita à Gatehouse School, Londres, 1951. Fotografia de Jack Esten / Popperfoto via Getty Images. Fonte: Getty Images. Disponível em: https://www.gettyimages.com

p.26 **Figura 7_**Maria Montessori em sala de aula com crianças em Acton, Londres, 1946.

Fotografia de Kurt Hutton / Picture Post / Hulton Archive / Getty Images. Fonte: Getty Images. Disponível em: https://www.gettyimages.com

p.28 **Figura 8_**Casa de acolhimento para menores. CEBRA Architects, 2017. Fotografia de Mikkel Frost. Fonte: ArchDaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/870043/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra

p.29 **Figura 9_**Casa-abrigo de Sibbe para crianças. Atelier M Architects + Planners bv, 2014. Fotografia de Jolien Fagard. Fonte: ArchDaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/763986/casa-abrigo-de-sibbe-para-criancas-atelier-m-architects-plus-planners-bv

p.34 **Figura 10_**Retrato da autora durante a infância, 2009. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.38 **Figura 11_**Flowers on the Windowsill. Carl Larsson, 1894, Suécia. Fonte: WikiArt. Disponível em: https://www.wikiart.org/pt/carl-larsson/flowers-on-the-windowsill-1894

p.38 **Figura 12_**In the Corner. Carl Larsson, 1894, Suécia. Fonte: WikiArt. Disponível em: https://www.wikiart.org/pt/carl-larsson/in-the-corner-1894

p.38 **Figura 13_**Mammas and the Small Girls. Carl Larsson, 1897, Suécia. Fonte: WikiArt. Disponível em: https://www.wikiart.org/pt/carl-larsson/mammas-and-the-small-girls-1897

p.40 **Figura 14_**Vista perspetivada para o Children's Creative Centre Playground, Pavilhão Federal Canadiano, Expo 67, Montreal, Quebec. Cornelia Hahn Oberlander. Fonte: Cornelia Hahn Oberlander on Pedagogical Playgrounds.

p.41 **Figura 15_**Plano paisagístico para o Children's Creative Centre Playground, Pavilhão Federal Canadiano, Expo 67, Montreal, Quebec. Fonte: Cornelia Hahn Oberlander on Pedagogical Playgrounds.

p.42|43 **Figura 16_**Leitura da evolução da criança através da cadeira. Fonte: Elaboração da autora.

p.44 **Figura 17_**Fotomontagem sobre a evolução da criança através das diferentes idades. Fonte: Elaboração da autora.

p.48 **Figura 18_**Registos fotográficos da visita à Casa da Criança, Guimarães, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.50 **Figura 19_**Cabra Nena no terreno de intervenção, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.52 **Figura 20_**Sr. Ricardo com as cabras no terreno de intervenção, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.54 **Figura 21_**Unser S(ch)austall. Naumann Architektur, 2007. Fonte: ResearchGate. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-01-Unser-Schaustall-by-Naumann-Architektur-2007-autor_fig4_318886109

p.55 **Figura 22_**Planta de localização à escala 1:5000. Fonte: Elaboração da autora.

p.56 **Figura 23_**Desenho da casa existente no terreno de intervenção. Fonte: Elaboração da autora.

p.57 **Figura 24_**Desenhos e anotações do levantamento da preexistência. Fonte: Elaboração da autora.

p.57 **Figura 25_** Registo desenhado das ruínas da preexistência. Fonte: Elaboração da autora.

p.58 **Figura 26_**Presenças animais no terreno de intervenção, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.59 **Figura 27_**Retratos e nomes das cabras do terreno de intervenção, 2025. Fonte: Elaboração da autora.

p.59 **Figura 28_**Cabra Sofia nas ruínas do terreno de intervenção, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.60 **Figura 29_**Planta da preexistência no terreno de intervenção. Fonte: Elaboração da autora.

p.61 **Figura 30_**Registos fotográficos do terreno de intervenção, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.62 **Figura 31_**Registos do interior da preexistência, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.63 **Figura 32_**Ruínas existentes no terreno de intervenção, 2025. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

p.65 **Figura 33_**Organização formal do projeto. Fonte: Elaboração da autora.

p.66 **Figura 34_**Interior da Escola Imagine Montessori. Gradolí & Sanz, 2022. Fotografia de Mariela Apollonio. Fonte: ArchDaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/994515/escola-imagine-montessori-gradoli-and-sanz-arquitectes

p.66 **Figura 35_**Sala de aula inspirada no método Montessori. Fonte: Ganjing World. Disponivel em:https://www.ganjingworld.com/article/1hhm8ps7pgl4GQR6Uji89V6Av1vb1c

p.66 **Figura 36_**Espaço de circulação e arrumação infantil no centro infantil em Brooklyn. BAAO, 2021. Fonte: Dezeen. Disponível em: https://www.dezeen.com/2021/11/12/baao-playful-elements-brooklyn-daycare-centre/

p.68 **Figura 37_**Estrutura de descanso infantil proposta em How to Build Your Own Living Structures. Ken Isaacs, 1974. Fonte: How to Build Your Own Living Structures.

p.68 **Figura 38_**Planta livre e flexível adaptada a diferentes usos e condições sazonais. Fotografia cedida por Ed Sozinho e Charlie Schuck. Fonte: Dwell. Disponível em: https://www.dwell.com/article/a-minimalist-home-in-seattle-embodies-a-simpler-way-of-life-3b6b336b/6395679491891245056

p.70 **Figura 39_**Sistema modular da linha de mobiliário Minmin. Branka Blasius Bureau, 2013. Fonte: Archiproducts. Disponível em: https://www.archiproducts.com/en/news/the-minmin-furniture-line-from-branka-blasius-bureau-at-imm_31565

p.70 **Figura 40_**Camas em nicho no Kein Hostel. Koba Interiorismo, 2023. Fonte: Koba Interiorismo. Disponível em: https://kobainteriorismo.com/proyectos/kein-hostel/

p.70 **Figura 41_**Nicho de estudo e arrumação integrado em mobiliário infantil. Jessica Ruy Arquitetura, 2021. Fotografia de Carolina Lacaz. Fonte: Casa de Valentina. Disponível em: https://www.casadevalentina.com.br/projeto/apartamento-com-muita-iluminacao-natural-e-area-social-integrada/

p.72 **Figura 42_**Sistema modular Kumiki System Stand. Oficinalab, 2016. Fotografia de Oficinalab. Fonte: Behance. Disponível em: https://www.behance.net/gallery/61183007/KUMIKI-SYSTEM

p.72 **Figura 43_**Sistema transformável de mobiliário no projeto Domestic Transformer, Hong Kong. Edge Design Institute, 2007. Fonte: Edge Design Institute. Disponível em: https://www.edgedesign.com.hk/2007domestictransformer

p.74 **Figura 44_**Casa de banho compacta integrada sob a plataforma elevada de descanso no projeto The Cabanon, Rotterdam. STAR strategies + architecture e BOARD, 2014–2023. Fotografia de Ossip van Duivenbode. Fonte: Dwell. Disponível em: https://www.dwell.com/article/this-75-square-foot-apartment-fits-two-infrared-saunas-54bfe4ca/7240497226779697152

p.74 **Figura 45_**Lavatório infantil integrado em espaço educativo no centro infantil em Brooklyn. BAAO, 2021. Fonte: Dezeen. Disponível em: https://www.dezeen.com/2021/11/12/baao-playful-elements-brooklyn-daycare-centre/

p.76 **Figura 46_**Cesto de roupa móvel em estrutura metálica e tecido. Fonte: Crate & Barrel. Disponível em: https://www.crateandbarrel.com/bed-and-bath/laundry-storage/1

p.76 **Figura 47_**Lavandaria coletiva com bancadas de apoio e máquinas de lavar integradas. BRIQ, Berlim, 2018. Fonte: BRIQ. Disponível em: https://briqgroup.com/work/bsh-waschkuche/

p.78 **Figura 48_**Escada com arrumação integrada em estrutura interior de madeira. Atelier Bow-Wow, Tóquio, 2016. Fonte: Divisare. Disponível em: https://divisare.com/projects/325090-atelier-bow-wow-tanada-terrace-office

p.78 **Figura 49_**Espaço de refeição infantil. IK Nursery, HIBINOSEKKEI+Youji no Shiro, Mito, Japão, 2021. Fonte: Architizer. Disponível em: https://architizer.com/projects/is-nursery/

p.78 **Figura 50_**Estante modular em madeira integrada em espaço infantil doméstico. 2022. Fotografia de Josep Ferrando. Fonte: Wallpaper*. Disponível em: https://www.wallpaper.com/architecture/a-house-within-a-house-historic-sant-cugats-hidden-gem-0

p.78 **Figura 51_**Espaço de leitura integrado em estrutura modular de madeira. Shulin Architectural Design, 2018. Fotografias de Yilong Zhao e Lin Chen. Fonte: ArchDaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/909333/casa-do-livro-na-montanha-shulin-architectural-design

p.80 **Figura 52_**Estrutura móvel em madeira utilizada como oficina e espaço de encontro comunitário. Fonte: Craft Yatai. Disponível em: https://craftyatai.exblog.jp/15156772/

p.80 **Figura 53_**Banco modular AA Color desenvolvido pelo Ishinomaki Workshop em colaboração com Calvin Ho. 2016. Fotografia de Masaki Ogawa. Fonte: Ishinomaki Laboratory. Disponível em: http://ishinomaki-lab.org/

p.80 **Figura 54_**Rede suspensa de circulação e brincadeira no Jardim de Infância e Creche SH. HIBINOSEKKEI + Youji no Shiro, Toyama, 2020. Fonte: Architizer. Disponível em: https://architizer.com/blog/practice/details/sh-kindergarten-and-nursery/

p.80 **Figura 55_**Plataforma elevada com almofadas sobre base de madeira compensada, utilizada como espaço partilhado de leitura e convívio. Hakorinove, Osaka. Fonte: Renoverisu. Disponível em: https://renoverisu.jp/case/p/sunestate_2kg2l7/

p.82 **Figura 56_**Espaço de permanência infantil sob cobertura inclinada em madeira, integrado à área de brincar e descanso. Casa de Campo Armstrong, Studio Peter Braithwaite, Peterborough, Canadá, 2024. Fonte: Architizer. Disponível em: https://architizer.com/projects/armstrong-cottage/

p.82 **Figura 57_**Plataforma de trabalho suspensa integrada à biblioteca doméstica. Maison à Bordeaux, OMA, França, 1994–1998. Fonte: OMA. Disponível em: https://www.oma.com/projects/maison-a-bordeaux

p.82 **Figura 58_**Estante modular em madeira incorporada ao espaço doméstico, utilizada pelas crianças como escada. Renovação em Komagatani, Osaka, Japão, 2018. Fonte: O.F.E.A. Disponível em: https://www.ofea.jp/#n9_02

p.84 **Figura 59_**Representação técnica da mesa multifuncional em configurações aberta e fechada. Fonte: Elaboração da autora.

p.84 **Figura 60_**Perspectiva 3D da mesa modular em uso. Fonte: Elaborado pela autora.

p.85 **Figura 61_**Plantas técnicas e perspectivas 3D do cubo multiusos em configurações aberta e fechada, escala 1:100. Fonte: Elaborado pela autora.

p.85 **Figura 62_**Perspectiva 3D do cubo multiusos modular em uso. Fonte: Elaborado pela autora.

p.86 **Figura 63_**Plantas técnicas e perspectivas 3D do sofá em configurações aberta e fechada, escala 1:100. Fonte: Elaborado pela autora.

p.86 **Figura 64_**Perspectiva 3D do sofá em uso. Fonte: Elaborado pela autora.

p.87 **Figura 65_**Pormenor construtivo P1. Fonte: Elaborado pela autora.

p.88 **Figura 66_**Pormenor construtivo P2. Fonte: Elaborado pela autora.

p.89 **Figura 67_**Pormenor construtivo P3. Fonte: Elaborado pela autora.

p.90 **Figura 68_**Pormenor construtivo P4. Fonte: Elaborado pela autora.

Entrevista

Luana: **Quantas crianças vivem atualmente na casa e de que idade até que idade vocês acolhem?**

Vera Mendes: Nós temos capacidade para 15 crianças, neste momento temos 14. A mais pequenina tem um ano e a mais velha tem 13 anos. Portanto, as nossas faixas etárias são assim mais pequenas, não acolhemos muitos adolescentes, são crianças assim mais pequeninas.

Luana: **Então, se tivesse que ter um limite, seria com quê? 13 anos?**

Vera Mendes: Não, entre os 0 aos 18, ou seja, todas as casas têm dos 0 aos 18. Nós, no fundo, fomos especializando em crianças mais pequenas, pronto, e a Segurança Social para já vai tendo isso em atenção e vamos acolhendo crianças mais pequenas. Não quer dizer que não possamos acolher uma mais velha, pode acontecer. Contudo, eles fazem sempre, ou seja, a Segurança Social aqui em Portugal é quem faz, é uma equipa que se chama Gestão de Vagas e são eles, não é, que acolhem quem tem o pedido e fazem a gestão de que acham que aquela criança se enquadra melhor e pedem à instituição.

Luana: **Como as crianças utilizam os espaços no dia a dia?**

Vera Mendes: Pronto, nós temos o piso de cima, são quatro, é quase um dormitório, quartos e casa de banho. E o piso de baixo, aqui deste lado, gabinetes e a parte de trás, salas de brincar, salas de atividades. Os mais velhinhos utilizam o espaço livremente, eles têm autonomia, vão ao quarto quando querem, saem. Depois temos os mais pequeninos, temos uma com um e outra com dois, depois temos cinco no pré-escolar, ou seja, estes daqui já têm que haver um controlo, não é? Querem ir à casa de banho, claro que deixamos ir sozinhos, quatro, cinco anos, mas com uma maior supervisão.
Esta parte do edifício é antiga, já tem mesmo muitos anos. Isto até era um tasco que foi nos doado aqui pela igreja da Oliveira, isto pertence à igreja da Oliveira, que nos foi doado há muitos anos, já não sei quantos anos, mas foi mesmo muitos anos. E depois as salas é um corpo novo, foi uma obra feita, em que pronto, ficou acordado que aqui seria a zona dormitório em cima e aqui os gabinetes. E depois na parte de trás, as salas de atividades.

Luana: **E existem espaços que eles evitam e o porquê?**

Vera Mendes: Se evita não, há espaços que eles não podem frequentar, que são proibidos. Nós temos uma parte de cima, o sótão, onde fazemos quase como uma arrumação, eles não podem lá ir. Temos a despensa aqui também, temos uma despensa que eles não vão. Temos a outra que é da arrumação, produtos de higiene, quase que um stock de produtos de higiene, quer das crianças, quer da casa, produtos de limpeza. E há determinados espaços, eles sabem quais são os que eles não podem ir. Aliás, temos um, temos um aviso e um fecho. Temos um aviso, mas eles se abrirem, não é, saem sem dar conta, então esses espaços que eles não podem ir, todos eles têm assim um trincozinho na parte de cima para eles não chegarem, mas os espaços que eles não podem frequentar é porque são perigosos para eles. Podem constituir perigo.

Luana: **Onde eles passam mais tempo?**

Vera Mendes: Na sala de atividades. No bom tempo também temos um jardim muito grande, em que eles também passam muito tempo lá fora, de inverno é mais sala de atividades, digamos. Verão jardim e inverno sala de atividades.

Luana: **E elas conseguem personalizar os espaços, por exemplo, o quarto delas?**

Vera Mendes: São todos partilhados, ninguém tem um quarto individual, ninguém tem um quarto único. Mas conseguem, cada um tem a sua mezinha de cabeceira ou uma secretária, vai dependendo, os meninos mais pequeninos não têm isso. Mas estas de 10, 11, 12, 13 têm o seu quarto com fotografia, com as coisinhas delas, com mezinha de cabeceira, onde eles põem lá os pertences deles, a secretária, com os livros de estudo.

Luana: **Existem alguns conflitos relacionados com o espaço?**

Vera Mendes: É assim, conflitos, às vezes os mais velhos dizem “ah, eu não queria dormir com este porque aquele faz barulho a dormir, aquele ressona, assim, aquele gosta da luz acesa, eu gosto da luz apagada”, os mais velhinhos temos que fazer essa gestão. Mas nada de grave, conversado tudo se resolve.

Luana: **Como são distribuídas por idade?**

Vera Mendes: É mais ou menos dividido por faixas etárias ou então por irmãos. Quando eles chegam no dia do acolhimento, ou nos primeiros tempos, eles dormem sempre no mesmo quarto, mas depois, às vezes são eles próprios a pedir para trocar, porque são faixas etárias muito grandes e preferem dormir com os amiguinhos. Pode depender muito.

Nós temos agora, por exemplo, duas irmãs em que dormem juntas desde que cá estão. Estão sempre no mesmo quarto. Vamos fazendo assim essa gestão de acordo com os meninos também que entram, não é? E depois, cada criança que entra é um reajuste que temos que fazer cá na casa, não é? De acordo com as características, com as necessidades, por isso, claro que tentamos manter o espaço e que eles sintam aquele quarto como deles, mas às vezes temos que fazer alterações, porque entra um, este quarto está cheio, mas o menino que entra até deveria ir para aquele quarto, então fazemos uma divisão, "olha, então vamos dividir metade para esse metade para aquele" e vamos fazendo a gestão assim, mas é muito, ou seja, aqui a nossa gestão é muito prática e dinâmica. Conforme vamos acolhendo as crianças é que vamos alterando esses fatores todos.

Luana: **E os quartos são divididos pelas meninas e os meninos?**

Vera Mendes: Não, há misto também.

Luana: **E isso funciona bem?**

Vera Mendes: Sim, claro que as meninas mais velhas de 12, 13 anos já têm um quarto para elas e não misturamos, que temos um menino com 11 e vai fazer 12, então elas em um quarto e ele está noutro, mas na idade pré-escolar é misto.

Luana: **E como é que é um dia típico na casa? Desde que eles acordam até a hora deles irem dormir?**

Vera Mendes: Nós, dos 14, só duas é que ficam em casa, ou seja, acordamos primeiro os meninos do primeiro e do segundo ciclo que entram cedo, às 8 horas, acordamos às 7 e às 8 eles todos têm que estar a sair de casa. Acordam, fazem higiene, vestem-se e tomam o pequeno-almoço. Temos um funcionário responsável por levá-los à escola.

A seguir a esse, acordamos o grupo do pré-escolar, que são os meninos de 3, 4, 5 e fazem exatamente a mesma coisa, ou seja, vão mais tranquilos, vamos acordando uns de cada vez, embora uns já estejam acordados, ficam no sofá a ver televisão à espera que seja a vez daquele grupo. Esse do pré-escolar também faz exatamente a mesma coisa, por volta das 8 acordam, fazem higiene, tomam o pequeno-almoço e vão para o infantário. Cá na casa ficam só duas meninas, uma para um lado e outras duas ficam com as colaboradoras, que depois durante o dia fazem a higienização dos espaços. Temos uma colaboradora na limpeza, mas elas ajudam também.

E depois, ao final do dia, regressam todos, uns às 3 e meia, depois depende do horário do 2º ciclo, há dias que saem à 1, há outras que saem às 4, vai dependendo muito, mas ao final do dia eles vêm da escola e sabem as obrigações, que é: chegam da escola, se quiserem comer alguma coisa, têm meia hora para chegar da escola, mas depois sabem que têm que fazer os trabalhos de casa. Alguns deles têm acompanhamento, psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, que é sempre quando eles chegam a casa, porque é o horário em que eles estão em casa, tem que ser mais ao final do dia. Depois das tarefas feitas, banhinho e depois do banho fazem aquilo que eles quiserem: veem televisão, jogam, cada um tem o tempo adequado às tecnologias de acordo com a faixa etária.

Depois eles já andam por grupos, as crianças são divididas em três grupos: o grupo dos mais pequenos, do pré-escolar e dos grandes. Primeiro vai jantar o dos pequenos, depois o do pré-escolar e depois o dos grandes. Deitamos as mais pequeninas por volta das 20h30, pré-escolar às 21 e os mais crescidos às 22 têm que estar todos na cama. Pronto, e há um bocado esta nossa rotina. Claro que ao fim de semana a rotina é mais flexível, deixá-los dormir, já não acordamos por grupos, vamos acordando conforme vão acordando sozinhos, vamos vestindo. Já não há aquele horário para cumprir e aquele rigor de horário, por isso vamos fazer tudo com mais calma ao fim de semana.

Luana: **Como é a chegada de uma nova criança?**

Vera Mendes: É aquilo de tentar reorganizar os novos quartos, é isso. Tentar perceber como fazemos o acolhimento. Muitas das vezes, às vezes é programado, mas a maior parte das vezes é de um dia. Ou seja, dizem "olha, vai na tarde", ou então "olha, já estamos aqui, não tenho uma vaga lá para o seu amigo".

E temos poucos dados. Sabemos que é menino e que tem quatro anos, por exemplo, não é? É um bocadinho difícil. Só depois de ele vir, normalmente a equipa técnica fica

— a colega da psicologia, assistente social — com a família ou com o assistente social que faz a retirada da criança, e eu fico com a criança.

Mostrar os espaços, acalmar, tentar que ele perceba o que é que lhe está a acontecer, onde é que ele vai ficar, porque é que tem esta casa. Se tivermos oportunidade, antecipadamente falarmos com as crianças — "vamos lá amanhã, vamos acolher, isto assim assim". Às vezes não é possível, então também são apanhados assim um bocadinho de surpresa. Mas pronto, de uma forma geral, eles são muito afáveis, muito simpáticos com os novos colegas. Os problemas só vêm depois, não é?

E pronto, às vezes não é preciso fazer ajuste nenhum, porque a casa já está, uma criança de três anos, a casa já está minimamente organizada para isso. Mas imaginemos que neste momento eu tinha de 18, eu não podia pôr um jovem de 18 juntamente com miúdos de 10 ou 11, não é? Ia ter que fazer o reajuste aqui dos espaços, nomeadamente que temos casas de banho, também tínhamos que fazer, porque cada grupo também tem a sua casa de banho.

E é um bocadinho por aí, mas lá está, depende muito da faixa etária que recebemos. Recebemos crianças com deficiência, tivemos que adaptar os espaços, quartos, refeitório, salas também. Depende muito da criança.

Então não existe um espaço preparado para esse momento. É conversas e mostrar. Na sala de visitas, as crianças que às vezes estão de boa forma — como se diz, são todos nós — o tribunal tem direito a visitas de familiares. E o acolhimento é sempre feito naquela sala, na sala de visitas. Posteriormente, a criança é trazida para o convívio.

Às vezes tentamos, muitas das vezes ocorre até assim, na caminha deles: "olha, vais ficar no teu quarto, na tua caminha, tem aqui este boneco". Se ele trouxer de casa, vem, se não, também tentamos colocar algo para que sinta aquele espaço um bocadinho como seu. O primeiro dia é difícil, mas depois vamos tentar personalizar. Mas não há um espaço a olhar o acolhimento.

Luana: **Se pudesse redesenhar a casa, o que mudaria?**

Vera Mendes: Acho que essa casa já tinha um espaço mais ou menos definido quando vieram para cá, certo? Temos uma das casas do piso de cima em pedra, que são irregulares, cadeiras de rodas, por exemplo, um bocadinho nesta pedra que tropeça muito. Claro que poderíamos reajustar, neste caso não podemos, mas idealmente era o que faríamos. Era a única coisa que faríamos.



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Luana Fátima Parada Martins

(Re)Pensar a Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

junho de 2026

(Re)Pensar a Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães
Luana Fátima Parada Martins
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Luana Fátima Parada Martins

(Re)Pensar a Casa de Acolhimento Infantil:
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Arquitetura
Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Luísa Rodrigues

junho de 2026

Anexo

Folha 1- Planta de Cobertura - 1:100

Folha 2 - Planta Piso 1 - 1:100

Folha 3 - Planta Piso 2 - 1:100

Folha 4 - Entrada - 1:20 - 1:5

Folha 5 - Quarto 0-4 anos - 1:20 - 1:5

Folha 6 - Entrada | Quarto 0-4 anos - 1:50 - 1:5

Folha 7 - Quarto 5-12 anos - 1:50 - 1:20 - 1:50

Folha 8 - Quarto 13-17 anos - 1:20 - 1:50

Folha 9 - Casa de Banho - 1:20 - 1:50 - 1:5

Folha 10 - Lavanderia - 1:20 - 1:50

Folha 11 - Espaços de Estar (Planta Piso 1) - 1:50

Folha 12 - Espaços de Estar (Planta Piso 2) - 1:50

Folha 13 - Espaços de Estar (Planta Piso 3) - 1:50

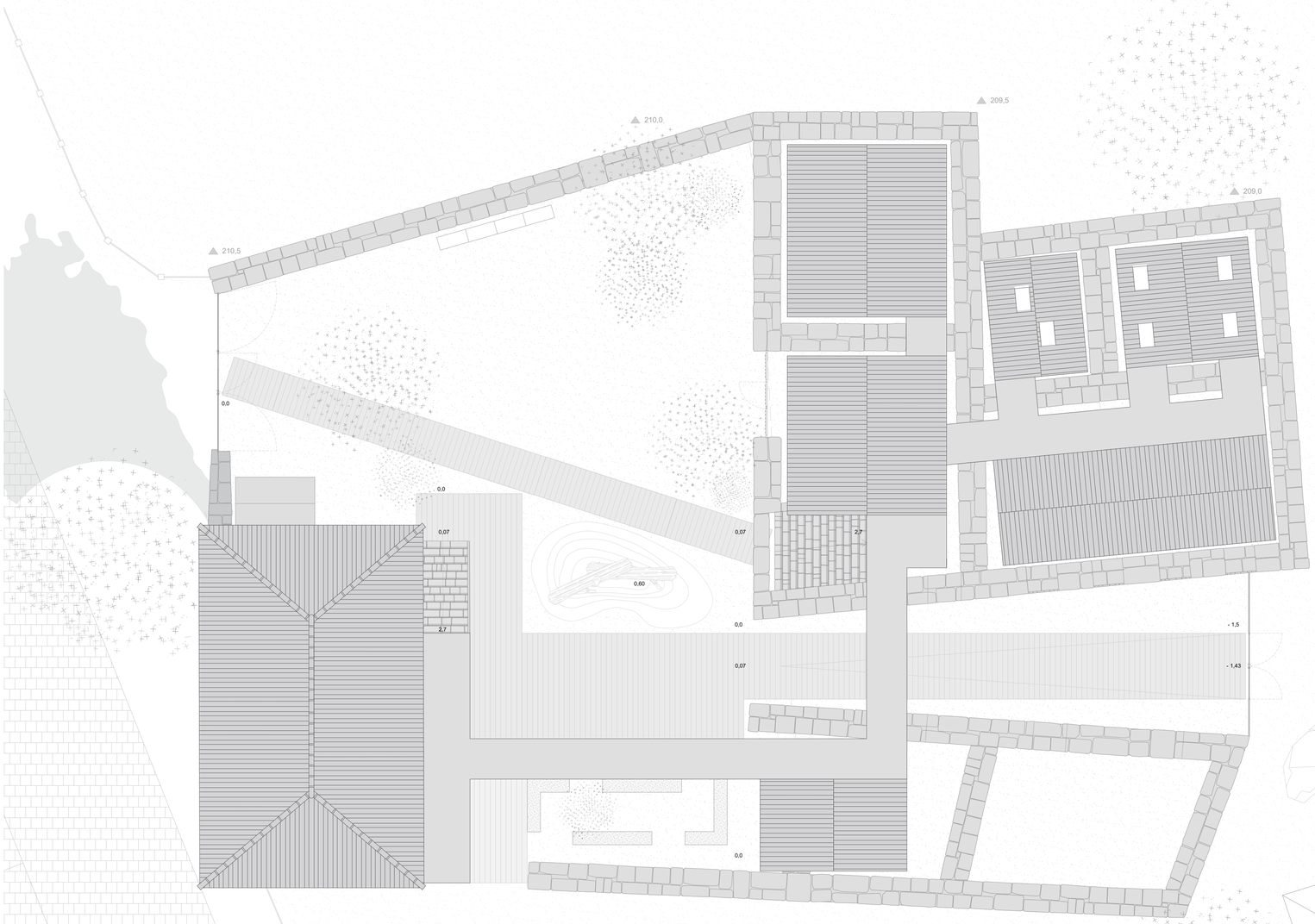
Folha 14 - Espaços de Estar (Cortes) - 1:50

Folha 15 - Espaços de Estar (Cortes) - 1:50

Folha 16 - Espaços de Estar (Cortes) - 1:50

Folha 17 - Espaços de Estar (Cortes) - 1:50

Folha 18 - Fotomontagens - 1:50



Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casas de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

- Telha cerâmica tradicional
- Ripado de madeira
- Contraplacado marítimo inclinado
- Contraplacado marítimo plano
- Pedra

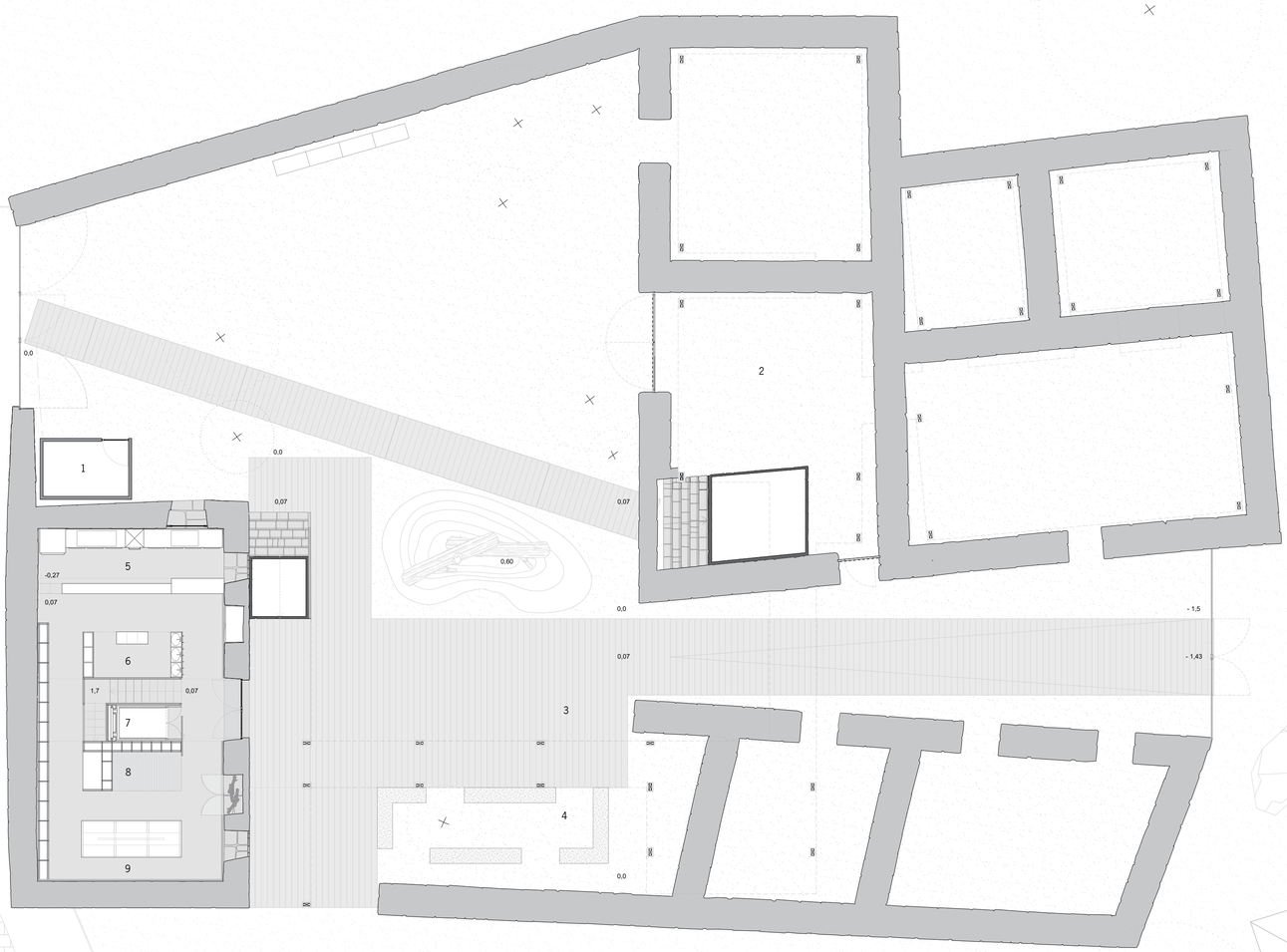
(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

N

Projeto — Escala 1:100

Planta de Cobertura — Folha 18|01



Legenda:

1 - arrumos

2 - recinto de contenção dos animais

3 - zona muntifuncional exterior

4 - horta

5 - cozinha

6 - dispensa

7 - plataforma elevatória para pessoas com mobilidade reduzida

8 - espaço de leitura

9 - espaço de refeição

Materialidade:

Ripado de madeira

Pedra

Pavimento em Betão

(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

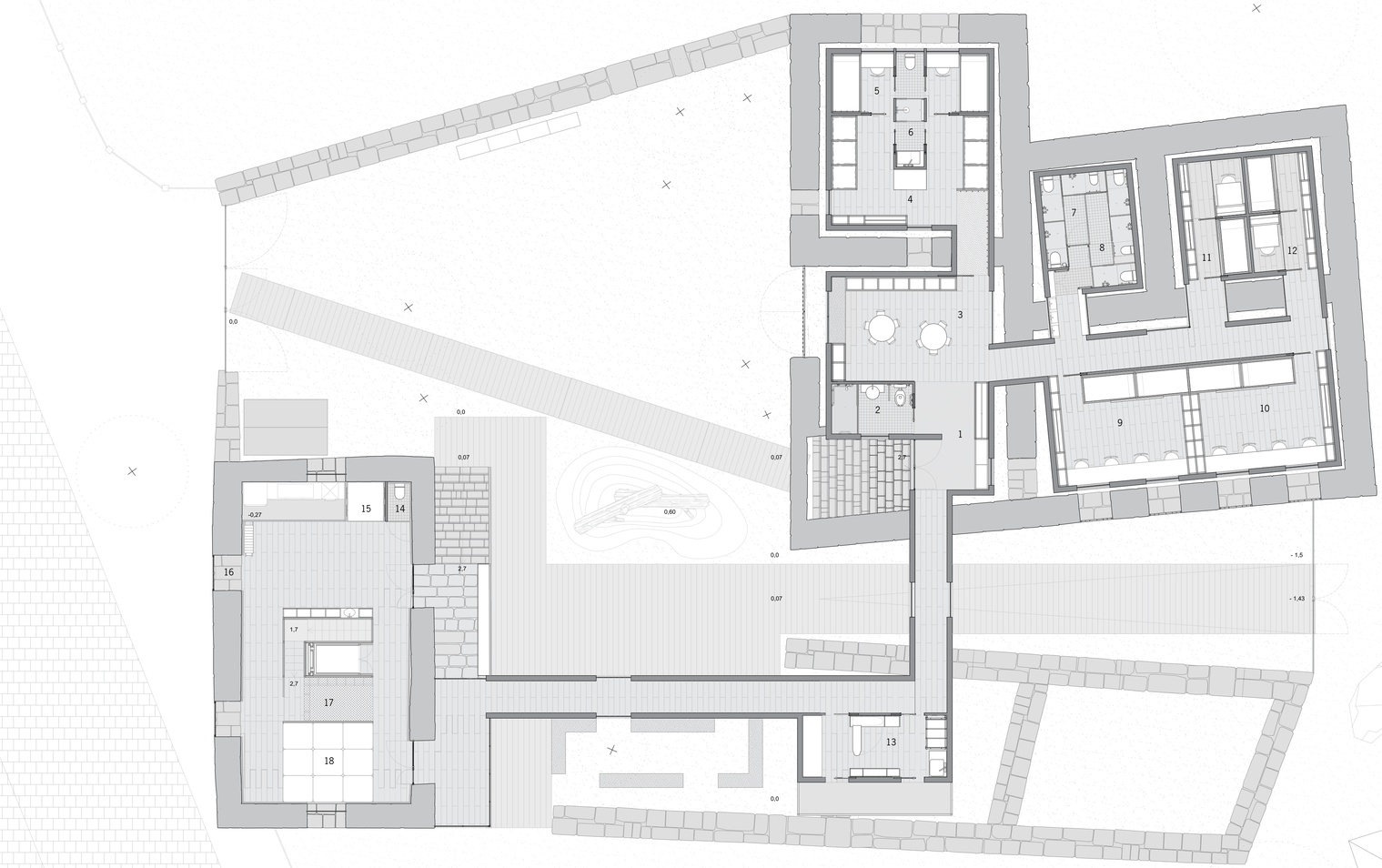
N

Projeto

Escala 1:100

Planta Piso 1 | Cota 1,5

Folha 18|02



Legenda:

1 - entrada

2 - casa de banho para pessoas com mobilidade reuzida

3 - zona de estar para crianças entre os 0 aos 4 anos

4 - quarto para crianças dos 0 aos 4 anos

5 - quarto dos cuidadores

6 - casa de banho

7 - casa de banho para raparigas

8 - casa de banho para rapazes

9 - quarto para raparigas dos 5 aos 12 anos

10 - quarto para rapazes dos 5 aos 12 anos

11 - quarto para raparigas dos 13 aos 17 anos

12 - quarto para rapazes dos 13 aos 17 anos

13 - lavandaria

14 - casa de banho

15 - cubo multiusos

16 - namoradeira

17 - rede

18 - zona de estar- sofá

Materialidade:

Ripado de madeira

Pedra

Soalho em madeira de carvalho

Pavimento cerâmico

Tapete de cairo

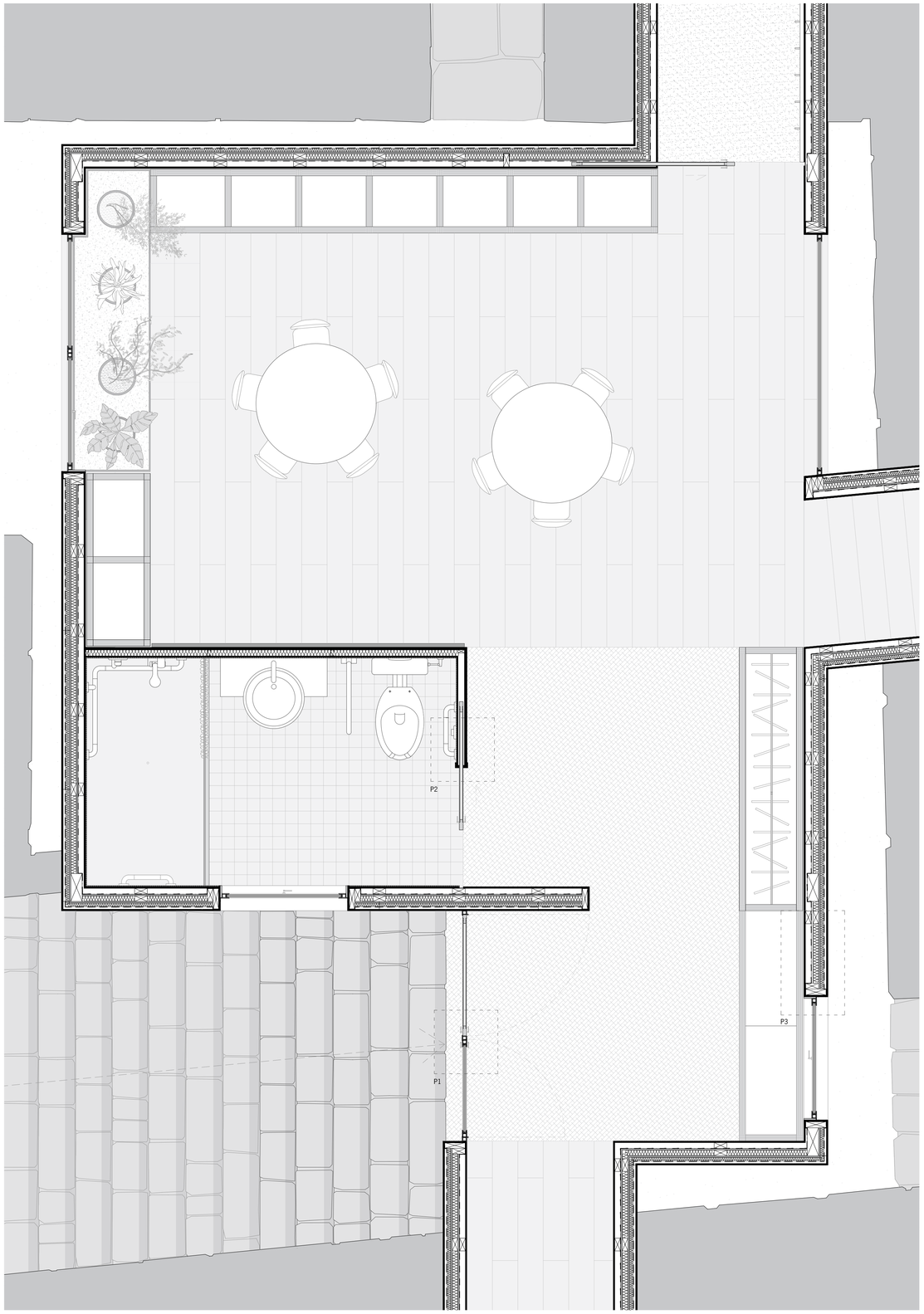
Tapete de alcatifa

(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

N

Projeto — Escala 1:100

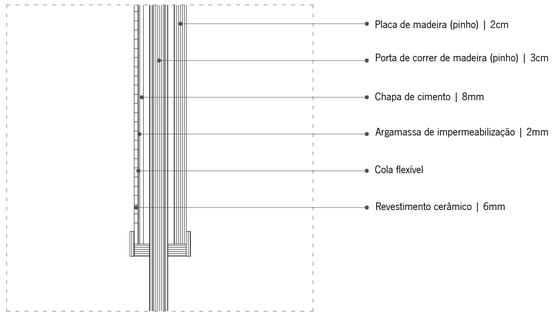
Planta Piso 2 | Cota 4,5 — Folha 18|03



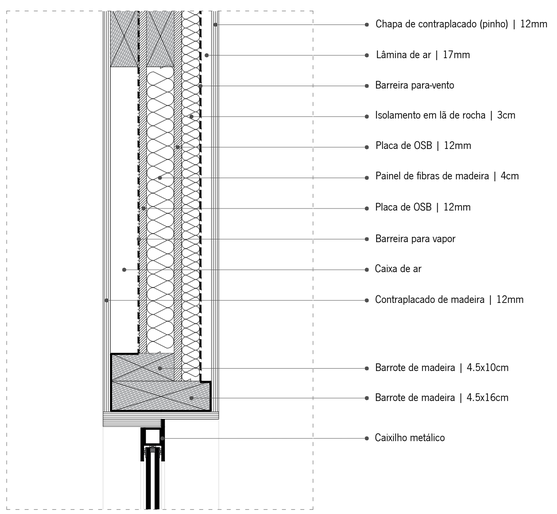
1:20



P1- 1:5



P2- 1:5



Legenda Programatica:



- Entrada



- Quarto 0 - 4 anos



- Quarto 5 - 12 anos



- Quarto 13 - 17 anos



- Casa de banho



- Lavanderia



- Espaços de Estar

Materialidade:



Soalho em madeira de carvalho



Pedra



Pavimento cerâmico



Tapete de cairo

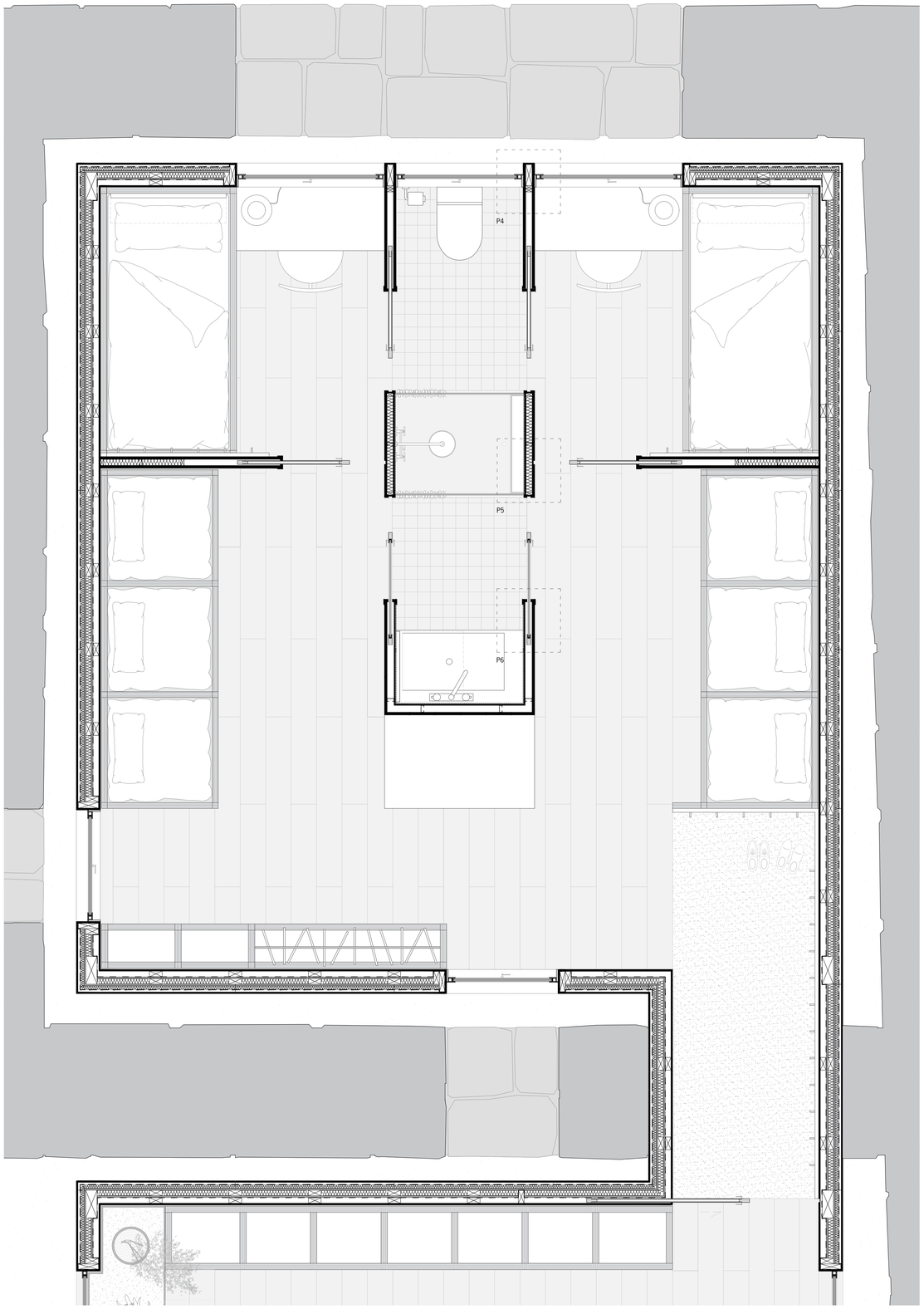
(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

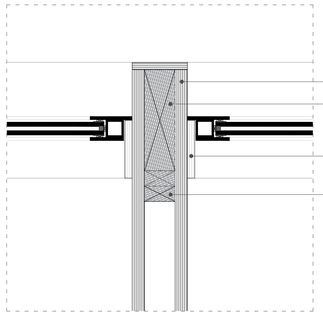
N

Projeto - Espaço de chegada — Escala 1:20 | 1:5

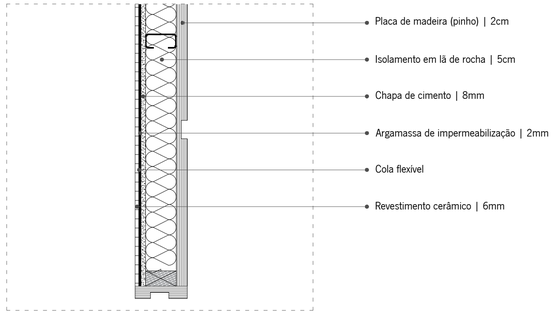
Planta Piso 2 | Pormenores Construtivos — Folha 18 | 04



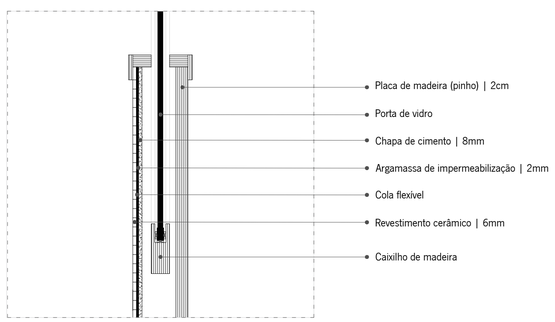
1:20



P4- 1:5



P5- 1:5



P6- 1:5

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

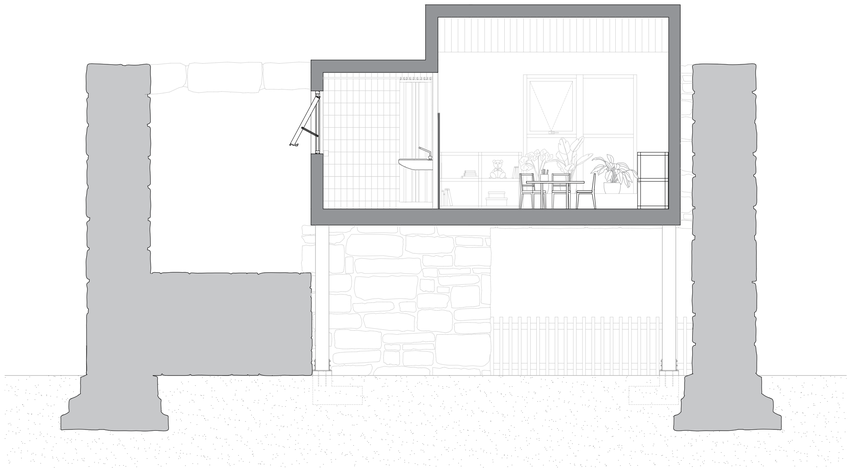
- Soalho em madeira de carvalho
- Pedra
- Pavimento cerâmico
- Tapete de alcatifa

(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

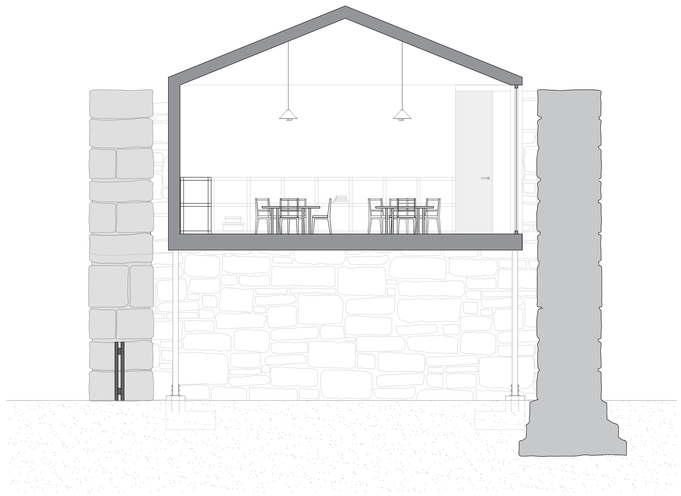
N

Projeto - Quarto 0 - 4 anos — Escala 1:20 | 1:5

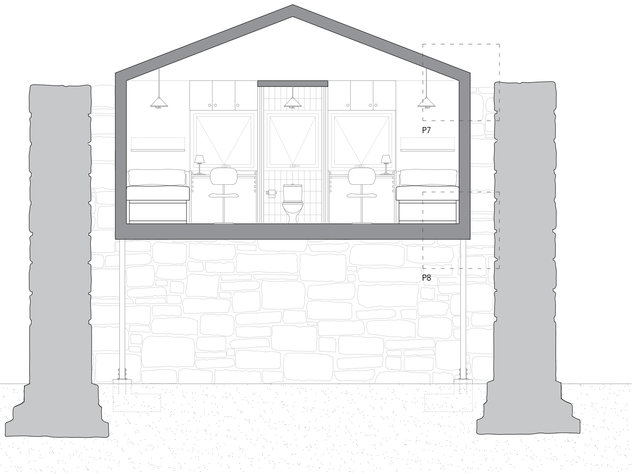
Planta Piso 2 | Pormenores Construtivos — Folha 18 | 05



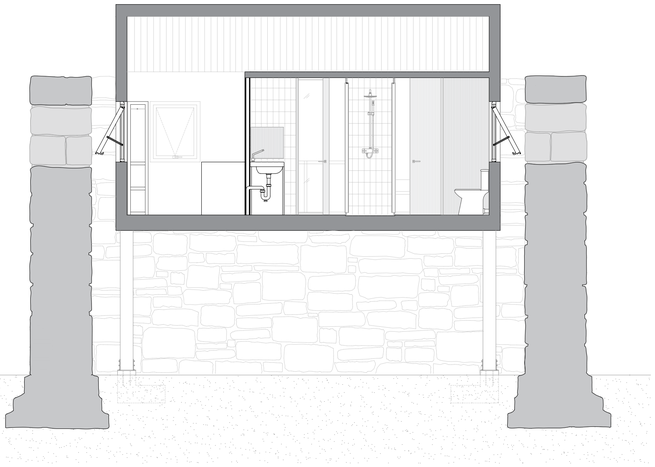
Corte A-A' - 1:50



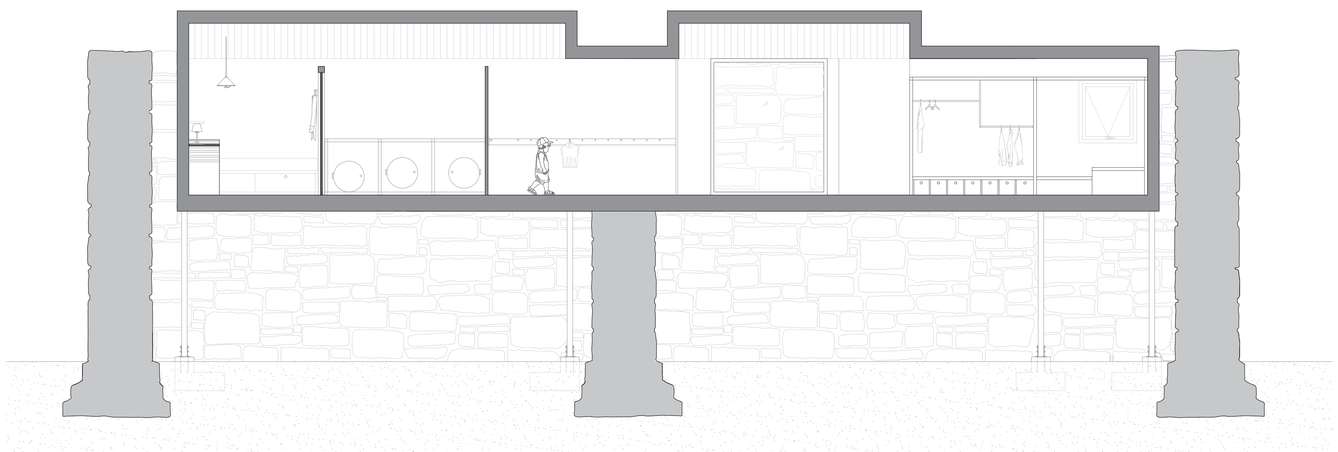
Corte B-B' - 1:50



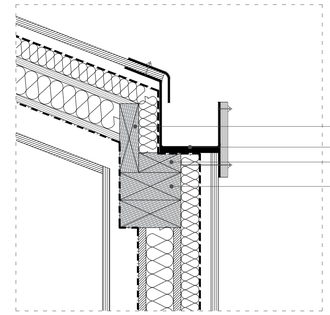
Corte D-D' 1:50



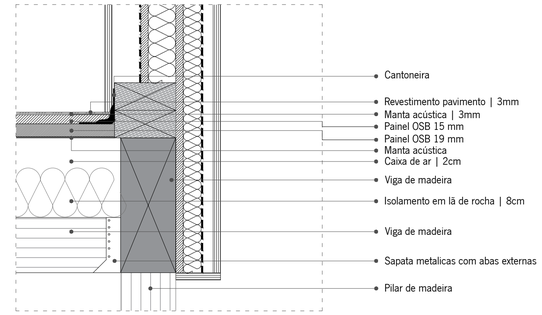
Corte E-E´1:50



Corte C-C' - 1:50



P7- 1:5



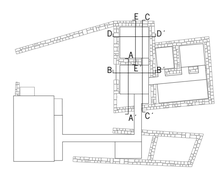
P8- 1:5

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

- Terra
- Pedra

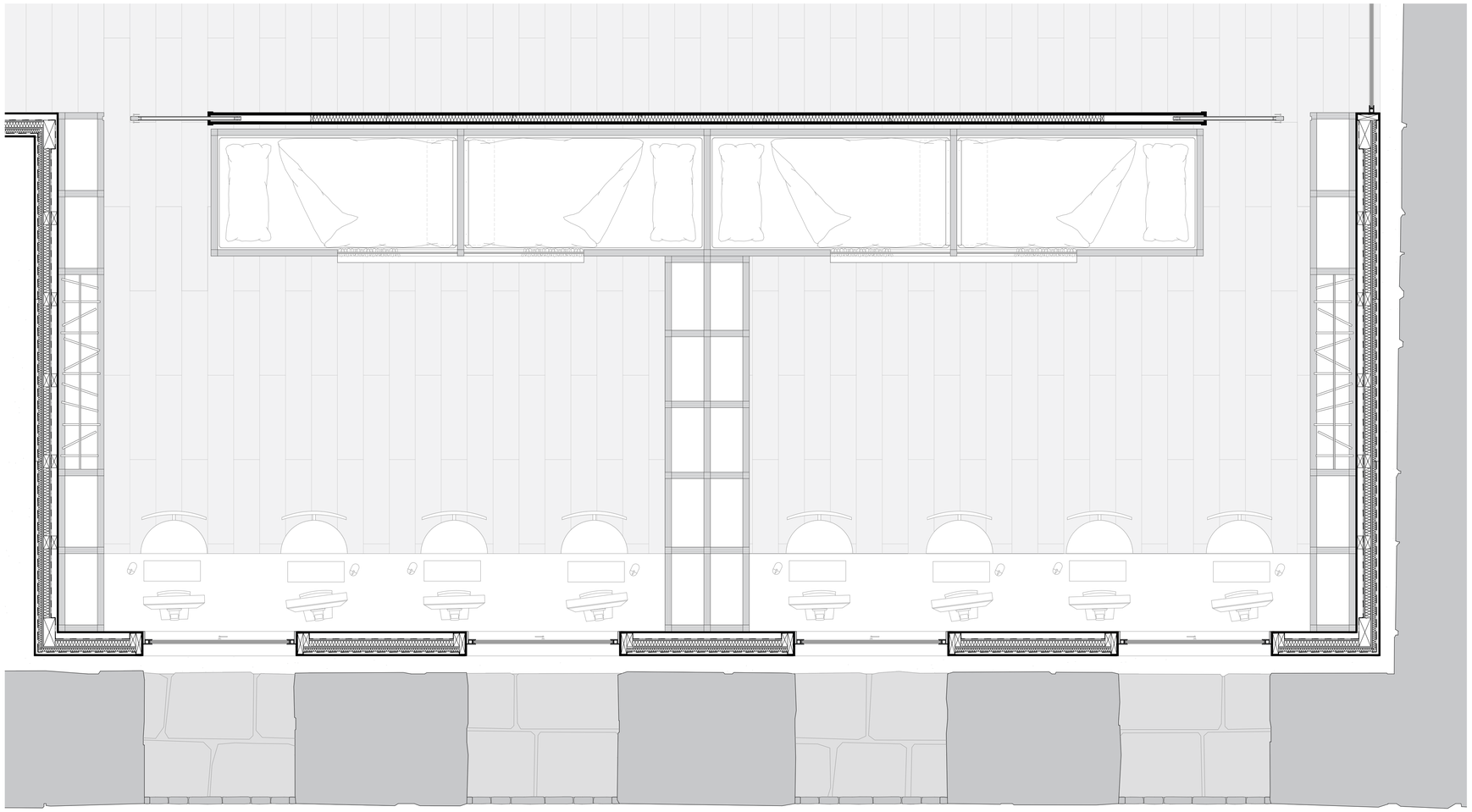


(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

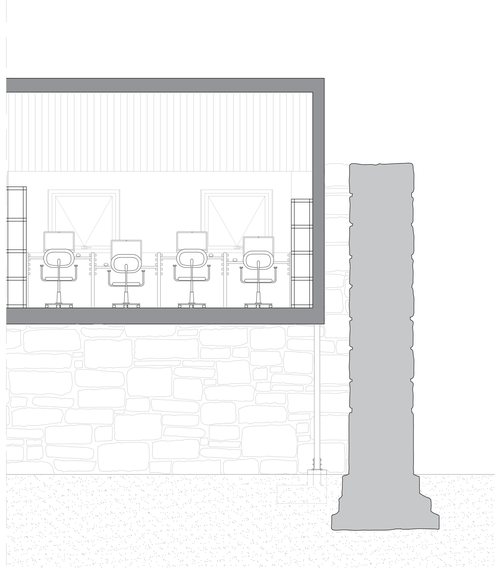
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

Projeto - Entrada | Quarto 0 - 4 anos — Escala 1:50 | 1:5

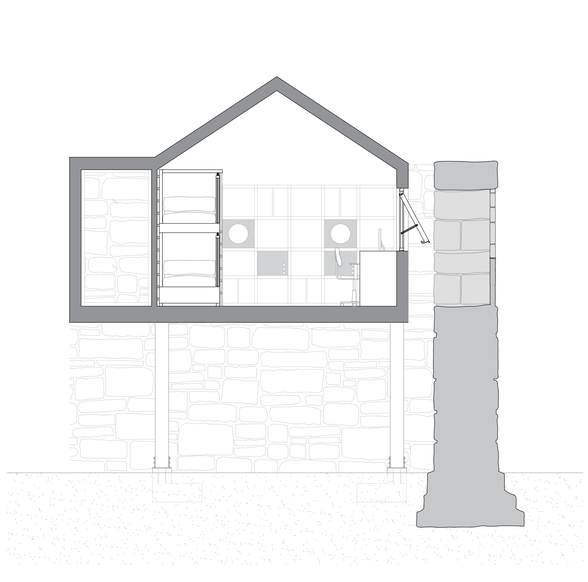
Cortes | Pormenores construtivos — Folha 18 | 06



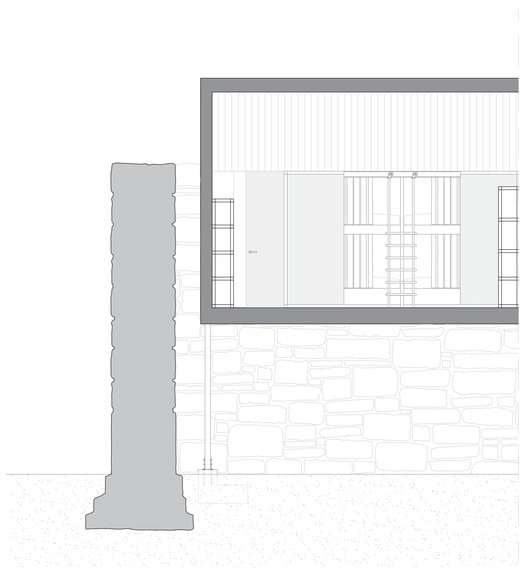
1:20



Corte F-F' 1:50



Corte G-G' 1:50



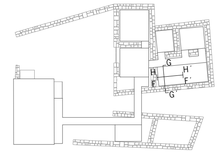
Corte H-H' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

- Soalho em madeira de carvalho
- Pedra



(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

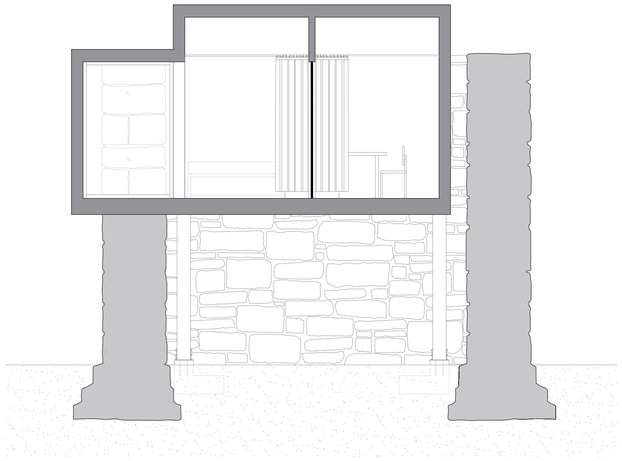
N

Projeto - Quarto 5 - 12 anos — Escala 1:50 | 1:20 | 1:5

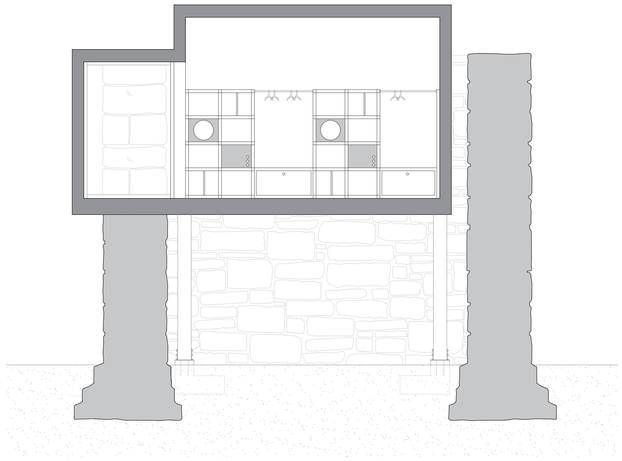
Planta Piso 2 | Cortes | Pormenores Construtivos | Cota 4,5 — Folha 18 | 07



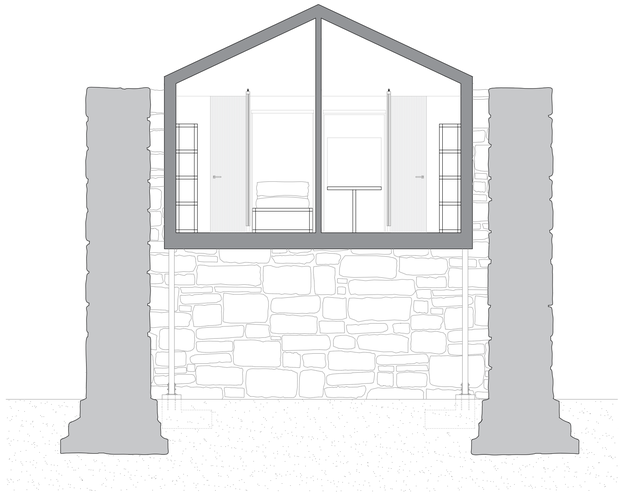
1:20



Corte I-I' 1:50



Corte J-J' 1:50



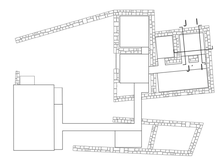
Corte K-K' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

- Soalho em madeira de carvalho
- Pedra



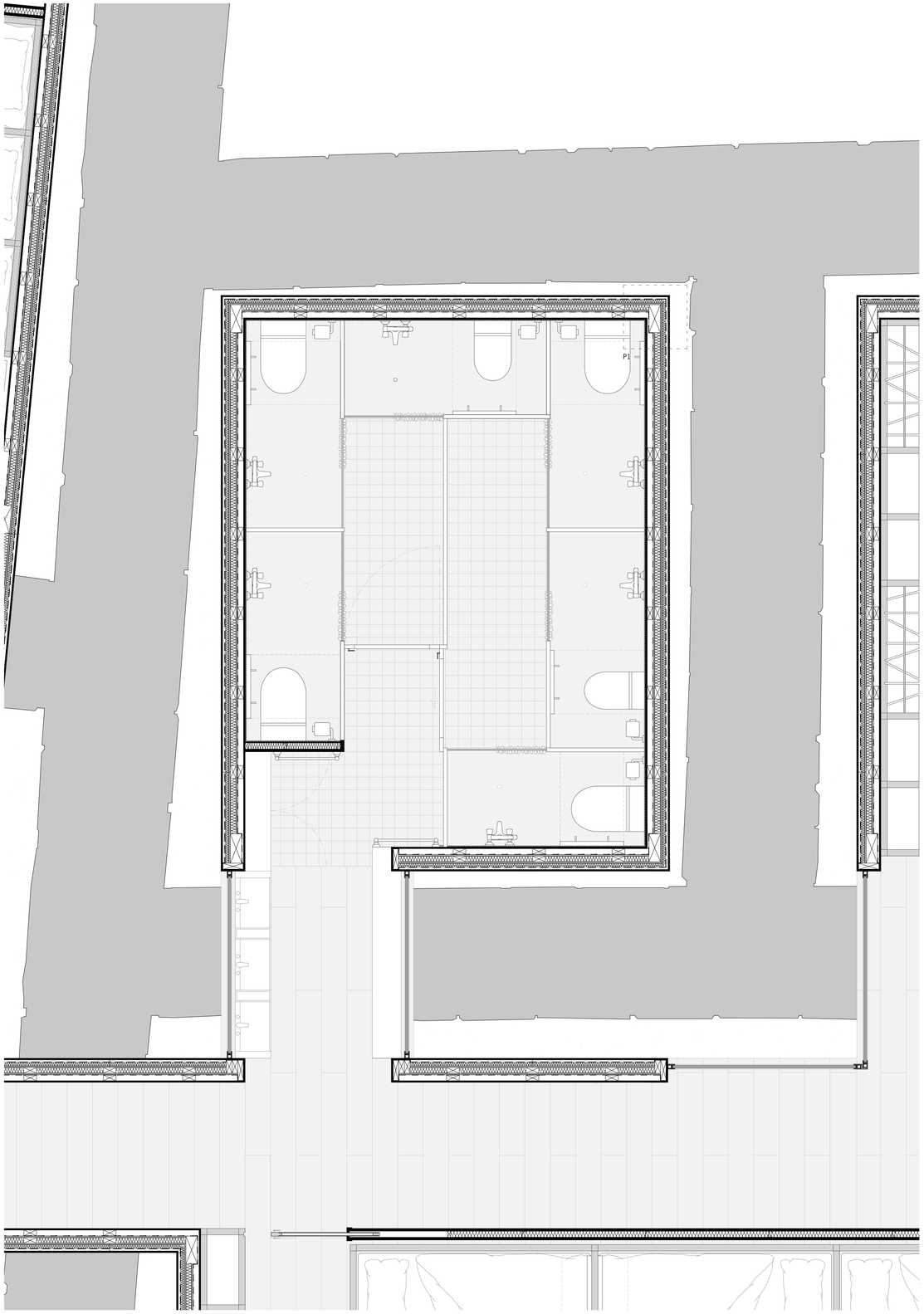
(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

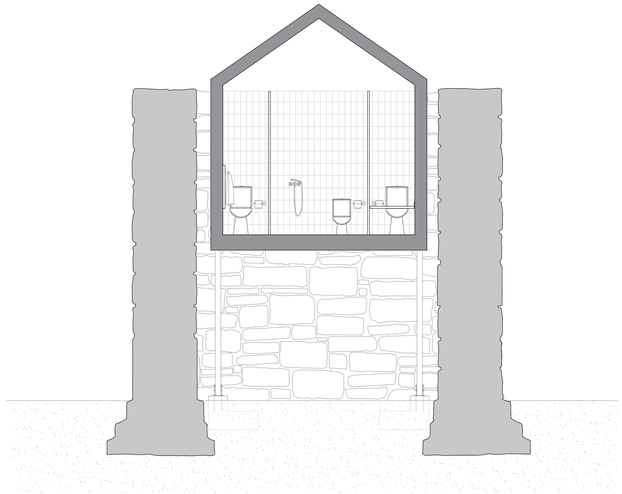
N

Projeto - Quarto 13 - 17 anos — Escala 1:20 | 1:5

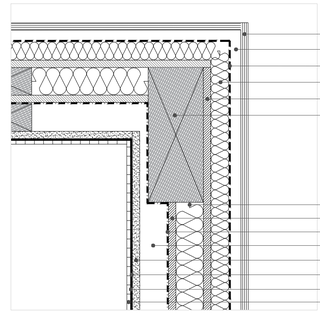
Planta Piso 2 | Cortes | Cota 4,5 — Folha 18 | 08



1:20

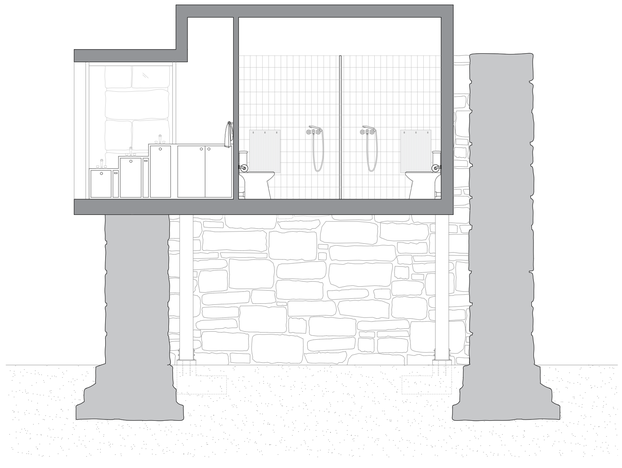


Corte L-L' 1:50



- Contraplacado de madeira | 12mm
- Lâmina de ar | 17mm
- Barreira para-vento
- Isolamento em lã de rocha | 3cm
- Placa de OSB | 12mm
- Pilar de madeira | 9x22cm
- Painel em fibras de madeira | 4cm
- Placa de OSB | 12mm
- Barreira para vapor
- Caixa de ar
- Chapa de cimento | 12mm
- Argamassa de impermeabilização | 2mm
- Cola flexível
- Revestimento cerâmico | 6mm

P9- 1:5



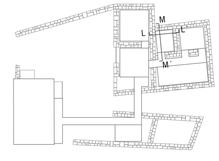
Corte M-M' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

- Soalho em madeira de carvalho
- Pedra
- Pavimento cerâmico

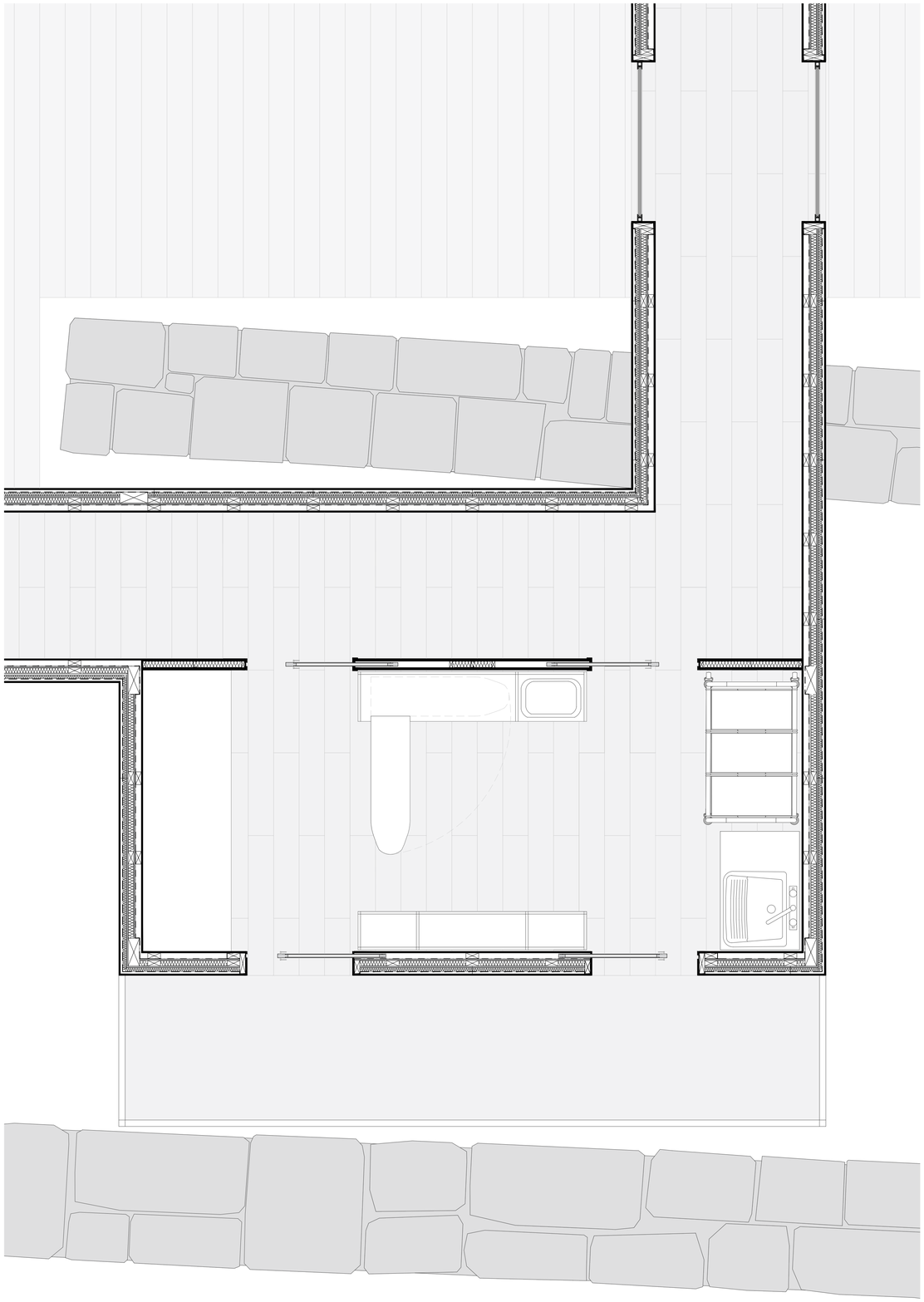


(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

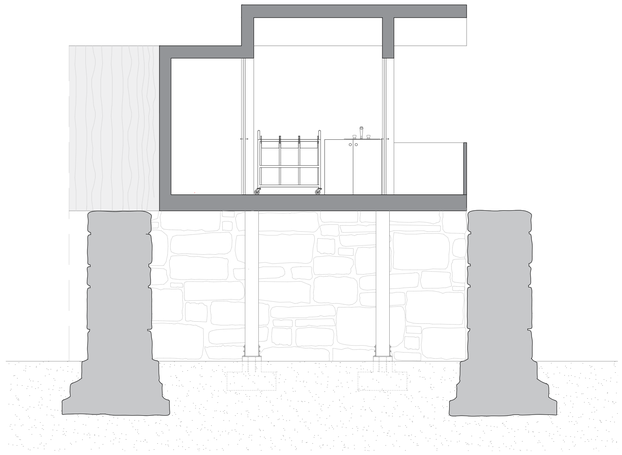
N

Projeto - Casa de banho — Escala 1:20 | 1:50 | 1:5

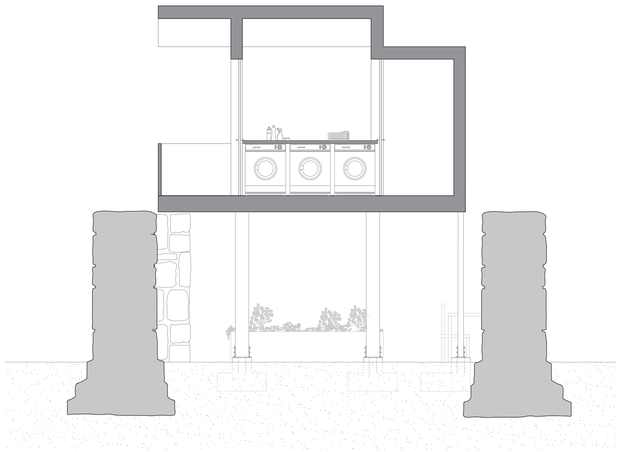
Planta Piso 2 | Cortes | Cota 4,5 — Folha 18 | 09



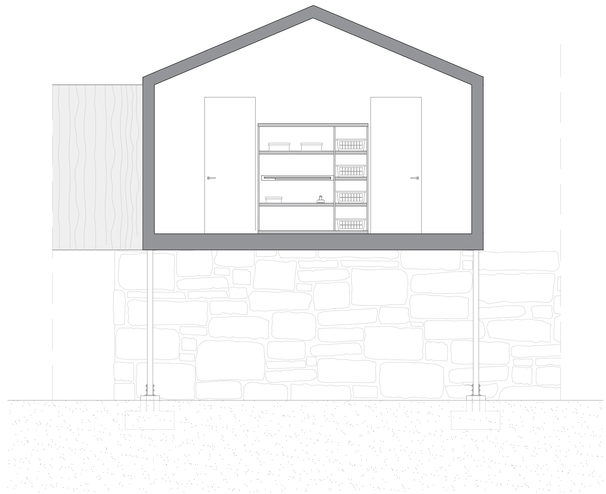
1:20



Corte N-N' 1:50



Corte O-O' 1:50



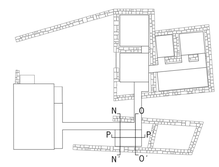
Corte P-P' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

- Pedra



(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

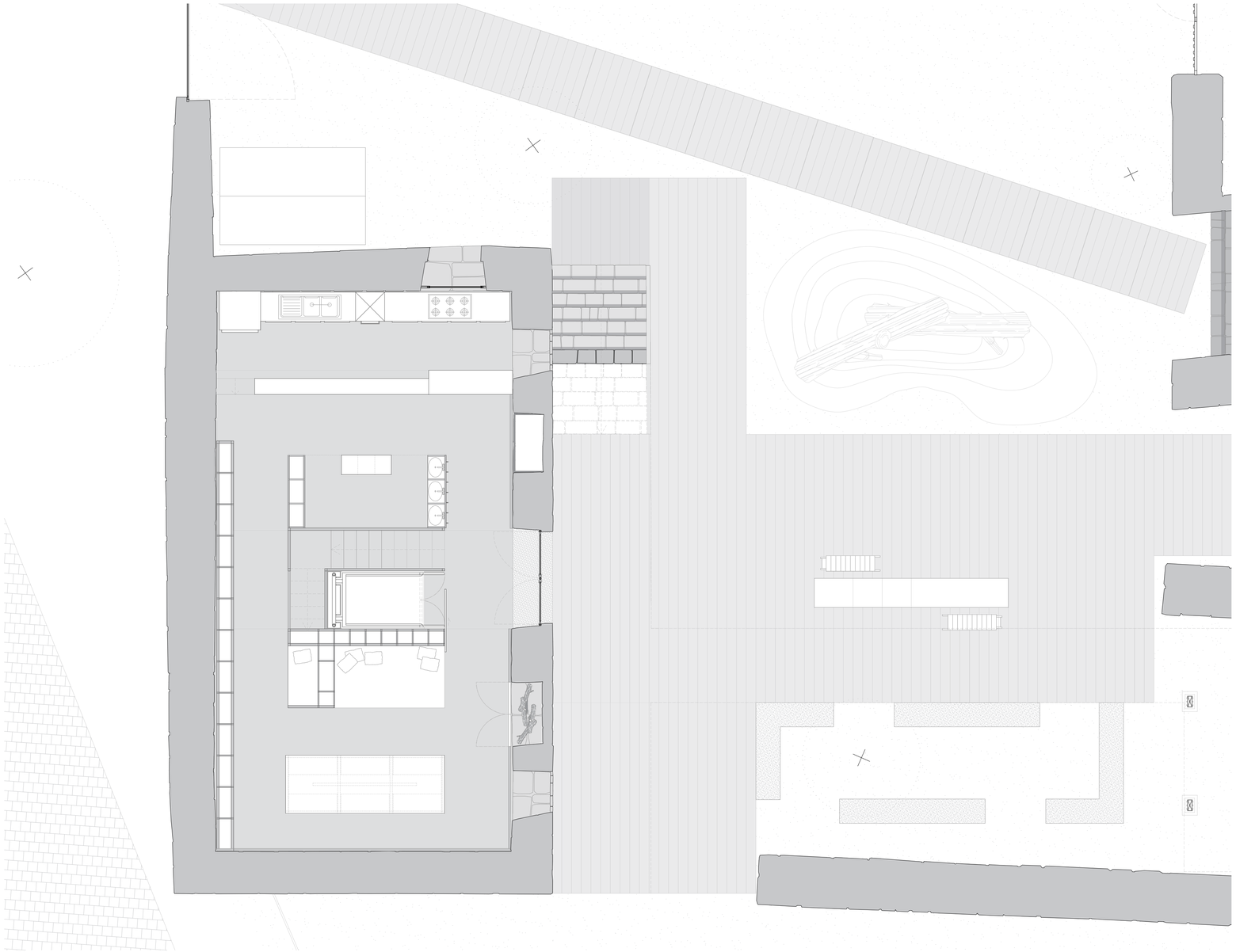
N

Projeto - Lavandaria

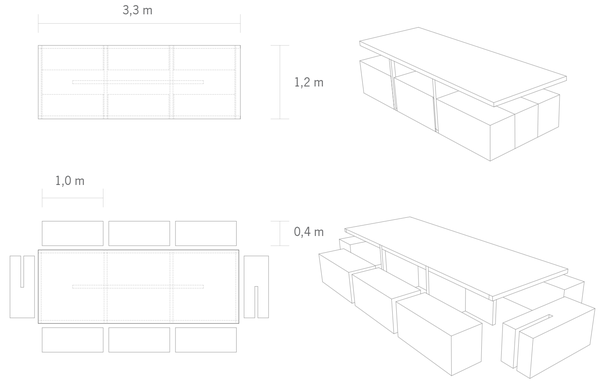
Escala 1:20 | 1:5

Planta Piso 2 | Cortes | Cota 4,5

Folha 18 | 10



1:50



Planta e 3D mesa- 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaço de Estar

Materialidade:

- Ripado de madeira
- Pedra
- Soalho em madeira de carvalho
- Pavimento em Betão
- Tapete de cairo

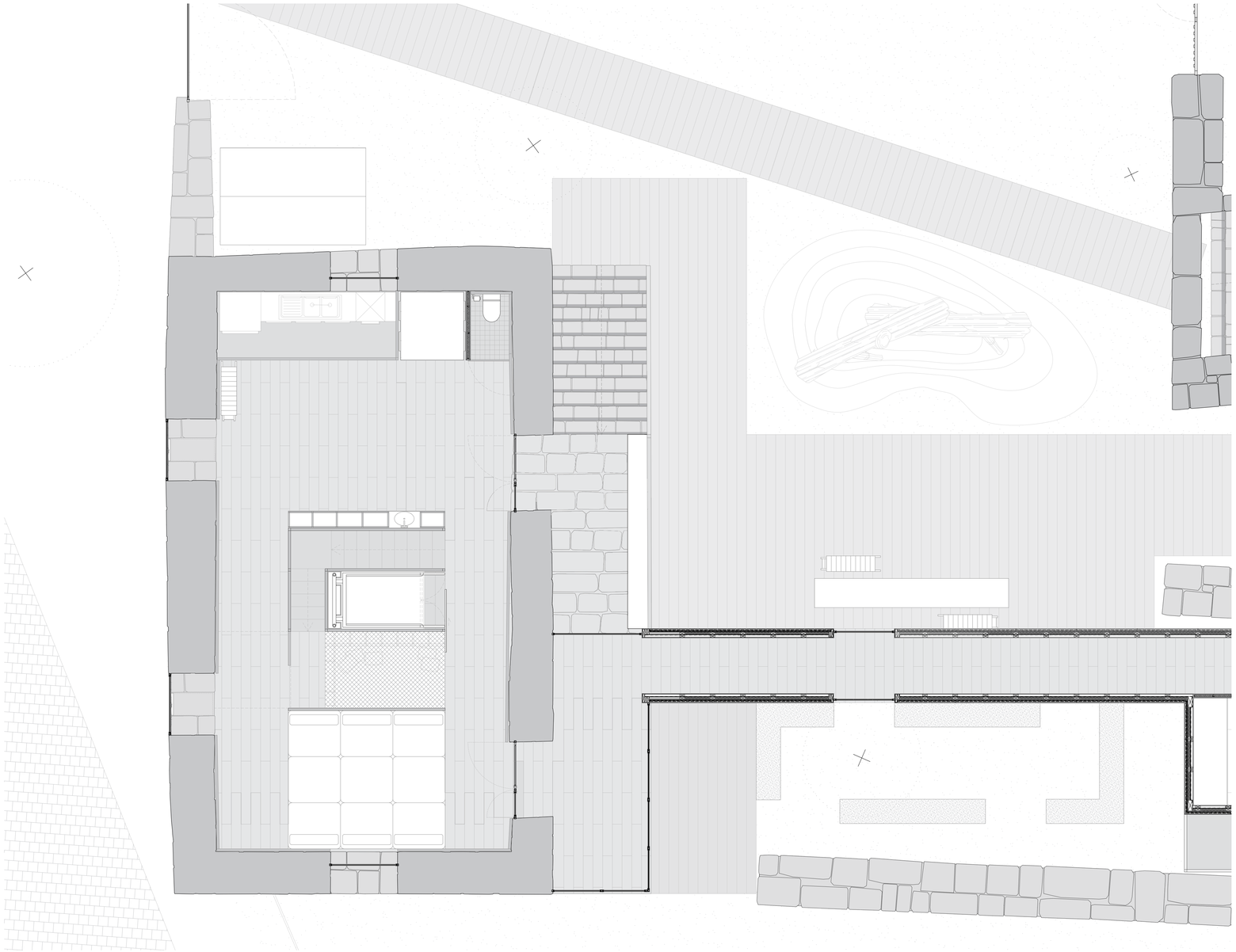
(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

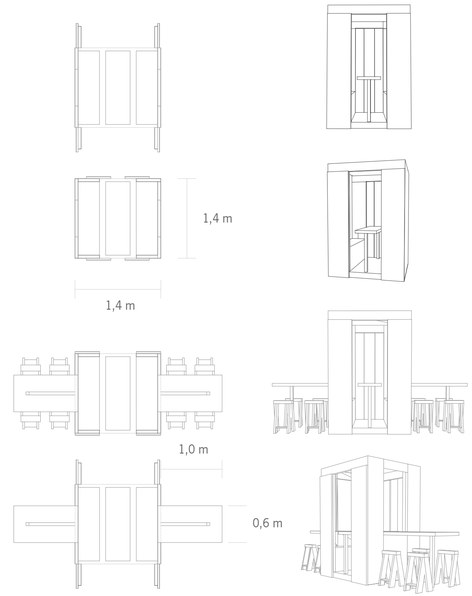
N

Projeto - Espaços de Estar | Escala 1:50

Planta Piso 1 | Planta e 3D- mesa | Cota 1,5 | Folha 18|11



1:50



Planta e 3D cubo multiusos- 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaço de Estar

Materialidade:

- Ripado de madeira
- Pedra
- Soalho em madeira de carvalho
- Pavimento em Betão
- Tapete de cairo

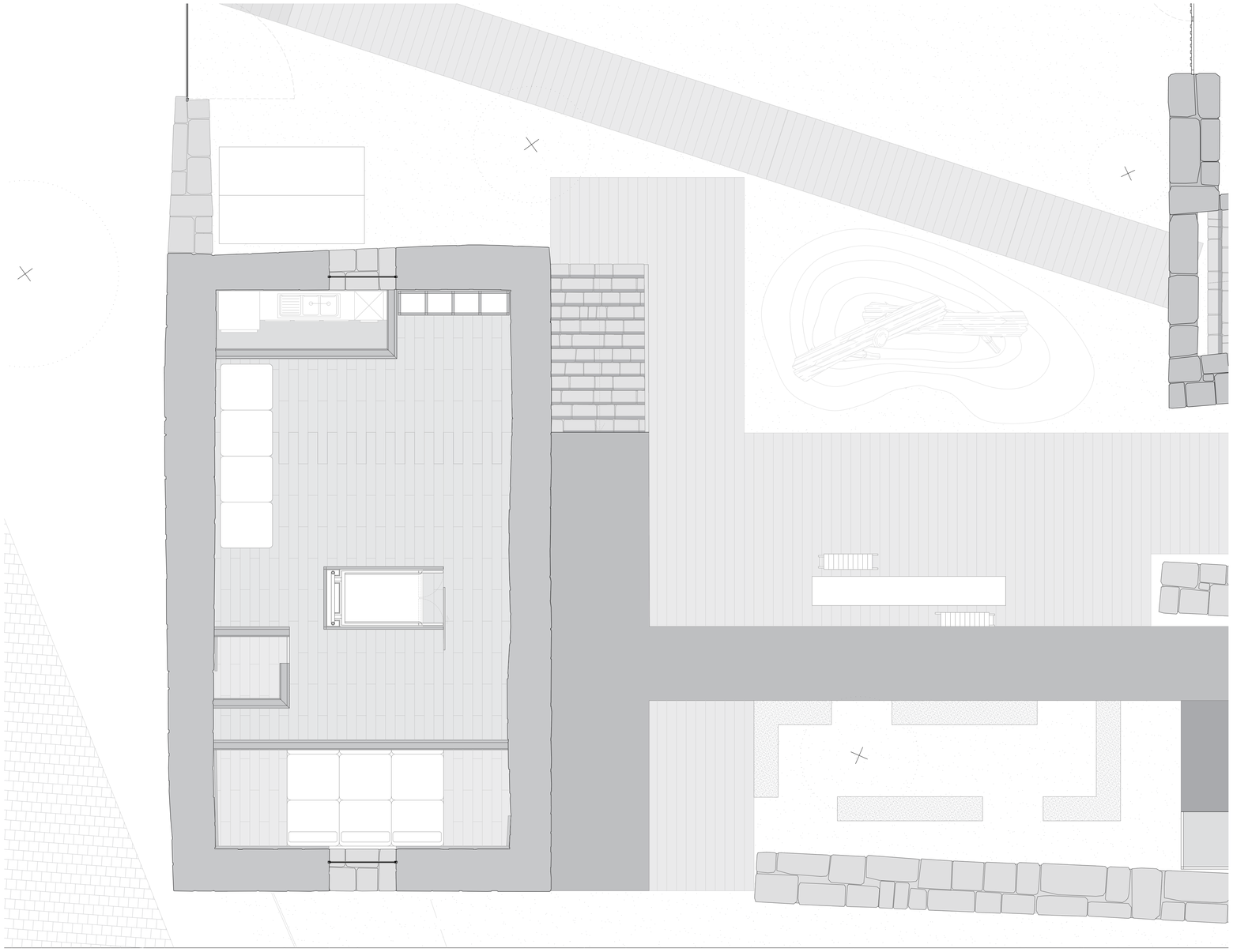
(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

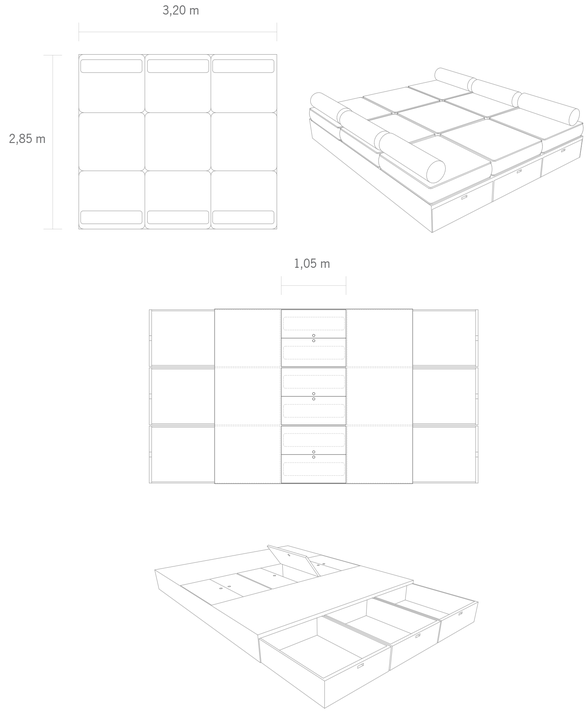
N

Projeto - Espaços de Estar — Escala 1:50

Planta Piso 2 | Planta e 3D- cubo multiusos | Cota 4,5 — Folha 18 | 12



1:50



Planta e 3D sofá- 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaço de Estar

Materialidade:

- Ripado de madeira
- Pedra
- Soalho em madeira de carvalho
- Pavimento em Betão
- Tapete de cairo

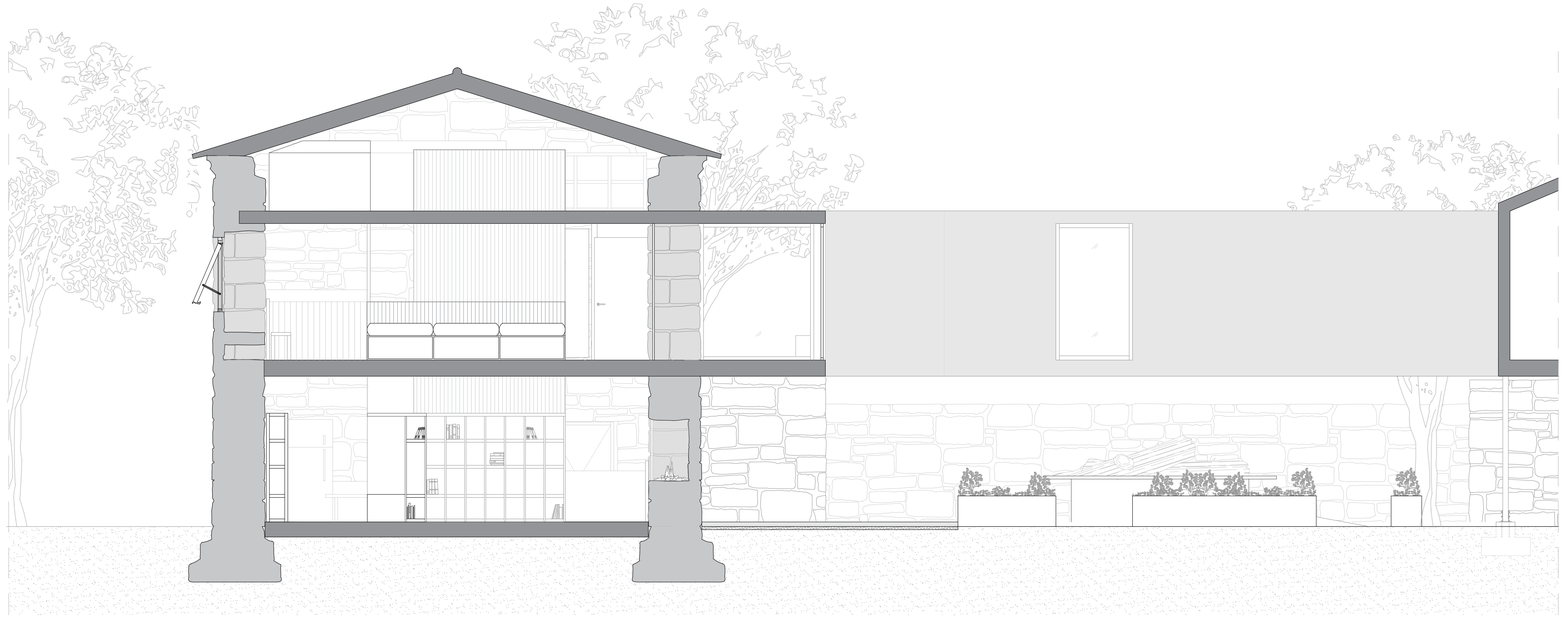
(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

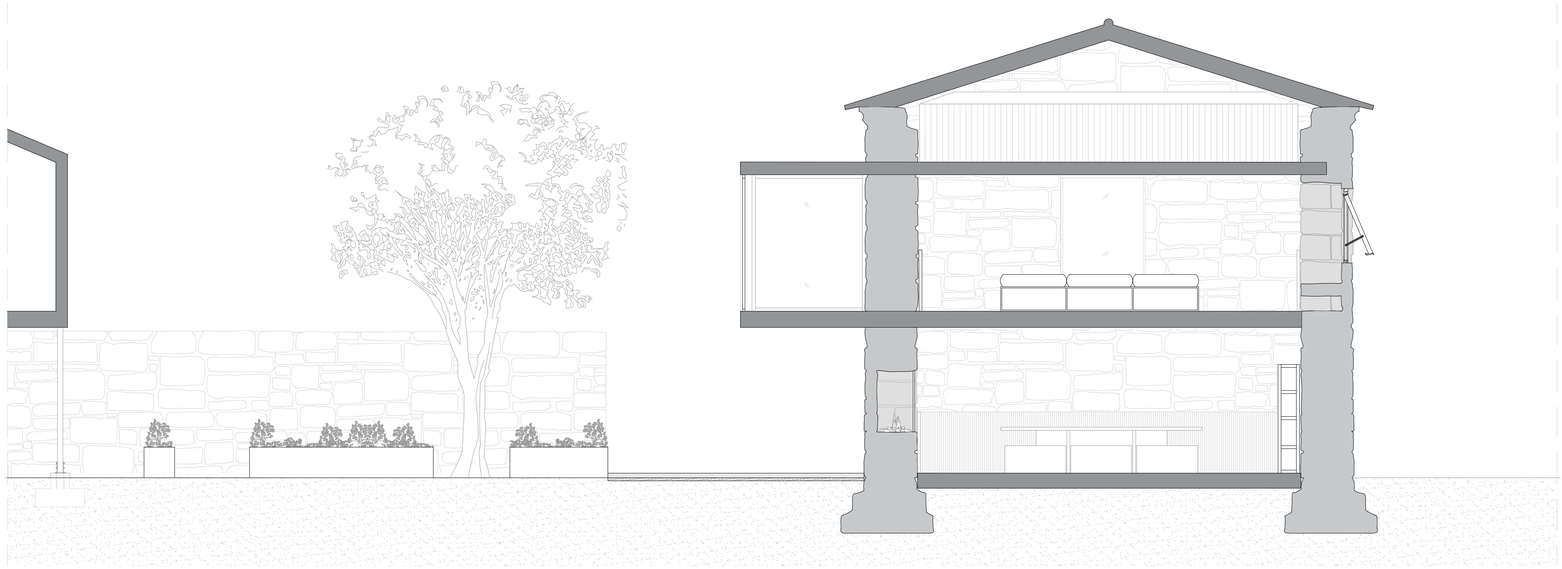
N

Projeto - Espaços de Estar — Escala 1:50

Planta Piso 3 | Planta e 3D- sofá | Cota 6,0 — Folha 18|13



Corte Q-Q' 1:50



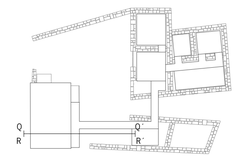
Corte R-R' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaço de Estar

Materialidade:

- Terra
- Pedra

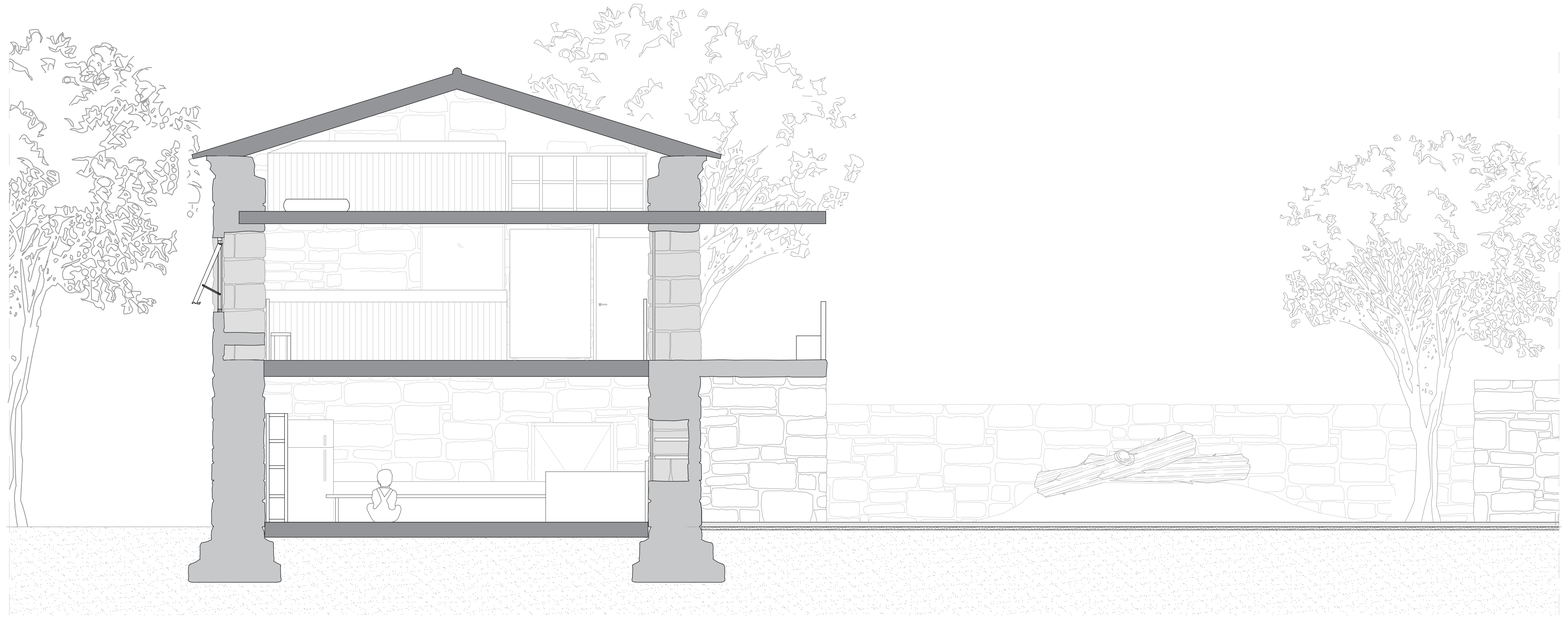


(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

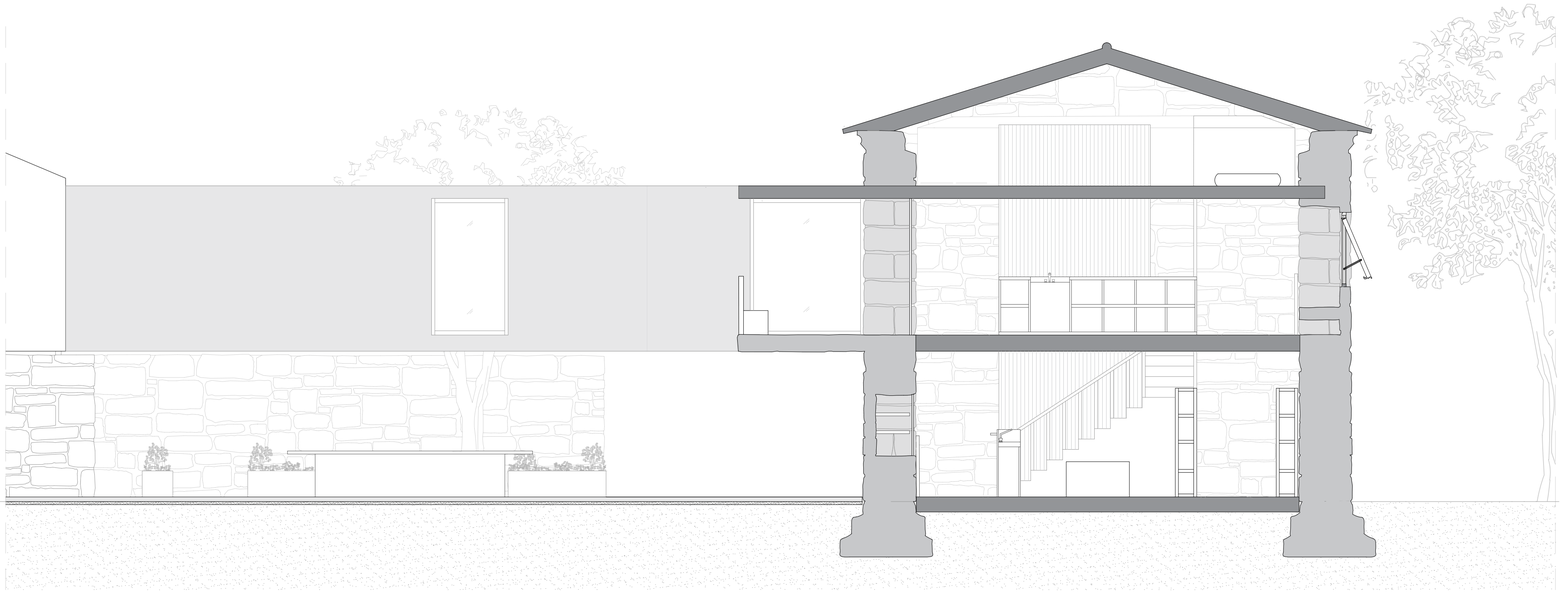
N

Projeto - Espaços de Estar — Escala 1:50

Cortes Espaços de Estar — Folha 18|14



Corte S-S' 1:50



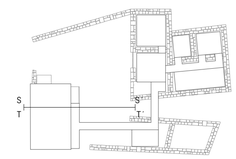
Corte T-T' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaço de Estar

Materialidade:

- Terra
- Pedra

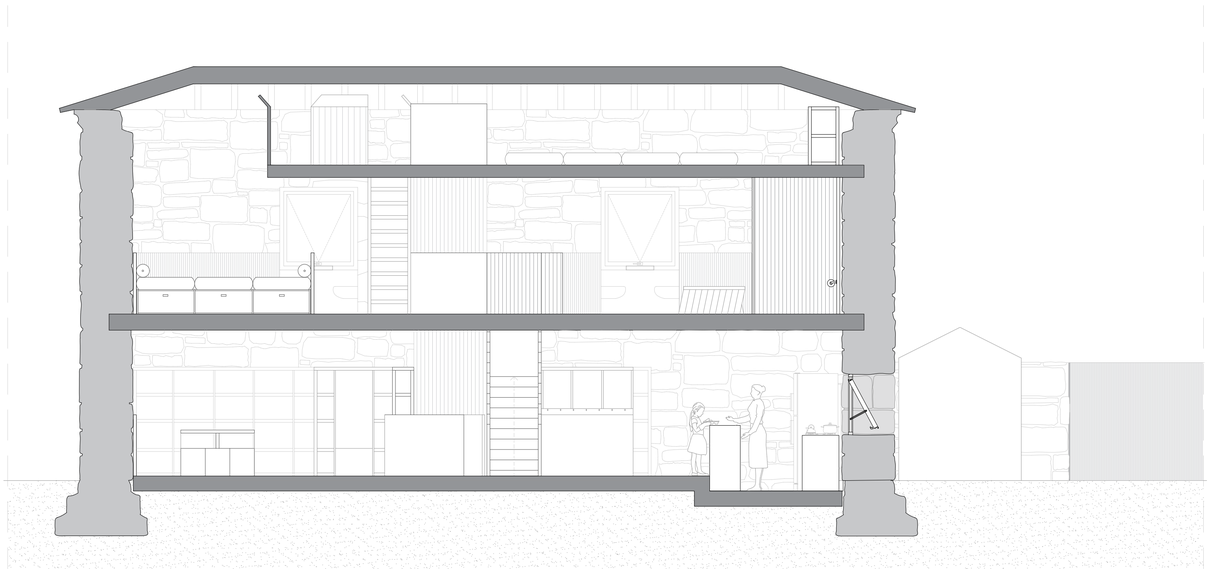


(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

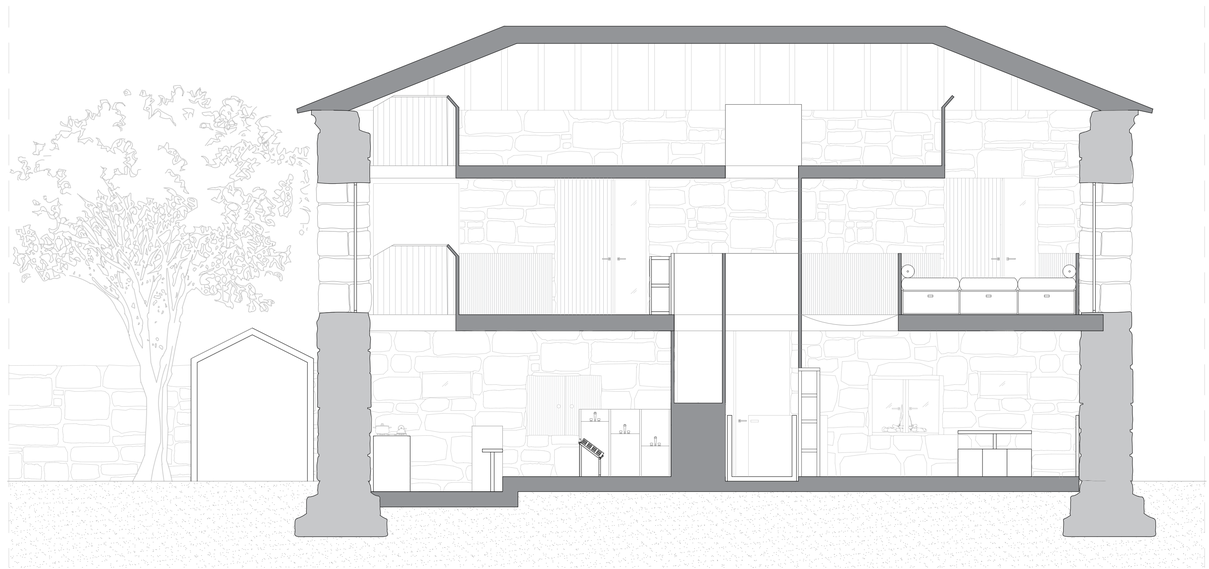
N

Projeto - Espaços de Estar — Escala 1:50

Cortes Espaços de Estar — Folha 18|15



Corte U-U' 1:50



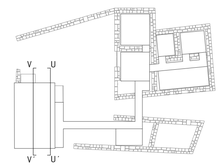
Corte V-V' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casa de banho
- Lavanderia
- Espaço de Estar

Materialidade:

- Terra
- Pedra

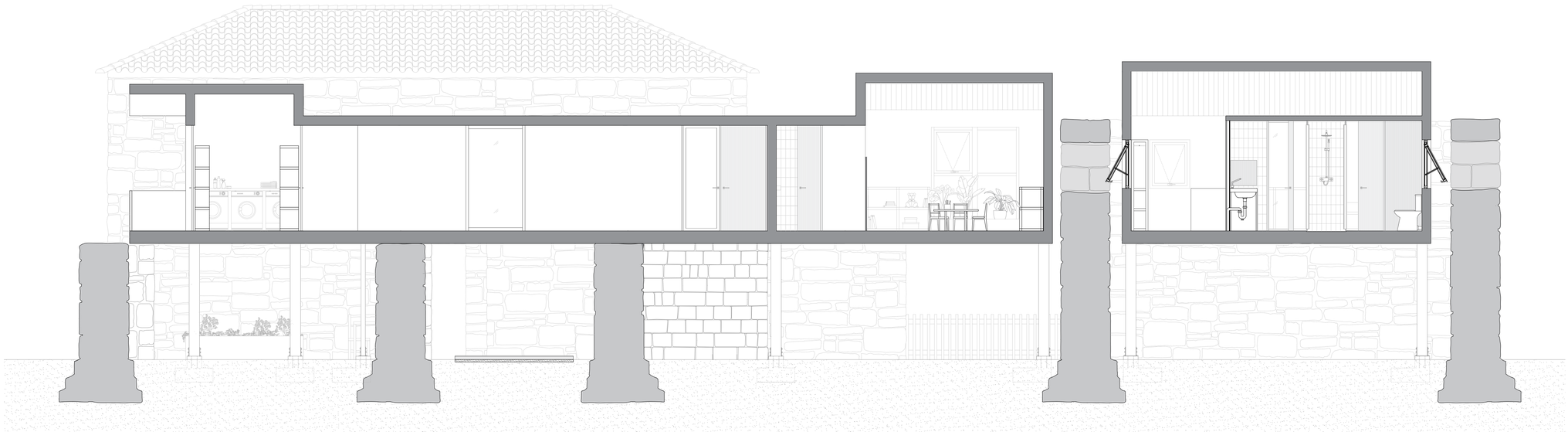


(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil
Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

N

Projeto - Espaços de Estar — Escala 1:50

Cortes Espaços de Estar — Folha 18|16



Corte W-W' 1:50



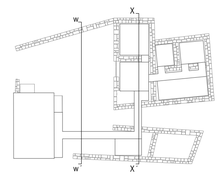
Corte X-X' 1:50

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casas de banho
- Lavanderia
- Espaço de Estar

Materialidade:

- Terra
- Pedra



(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

N

Projeto — Escala 1:50

Cortes — Folha 18 | 17



Fotomontagem 1

N



Fotomontagem 2

N

Legenda Programatica:

- Entrada
- Quarto 0 - 4 anos
- Quarto 5 - 12 anos
- Quarto 13 - 17 anos
- Casas de banho
- Lavanderia
- Espaços de Estar

Materialidade:

- Telha cerâmica tradicional
- Ripado de madeira
- Contraplacado marítimo inclinado
- Contraplacado marítimo plano
- Pedra

(Re)Pensar na Casa de Acolhimento Infantil

Um Projeto no Parque da Cidade de Guimarães

Projeto — Escala 1:50

Fotomontagens — Folha 18 | 18